

A história da China Popular no século XX

Shu Sheng





FGV de Bolso
Série História
21

A história da China Popular no século XX

Shu Sheng



E-book produzido por Monkey Books.

Tenho mais de 150 e-books produzido em formato EPUB, compartilhado em diversos sites de arquivos como DOCERO, ZLIBRARY, eLIVROS, etc. Caso queira, ajudar esse produtor de e-books...

Entre em contato para a lista total dos ebooks e doe para continua esse trabalho.

GRATO E APROVEITE A LEITURA!!!!

CONTATO, PAYPAL E PIX PARA COLABORAÇÃO:
monkey.booksbra@gmail.com



Divisão Administrativa da China

O limite nacional da China no presente mapa está conforme o "Mapa Topográfico da República Popular da China", publicado em 1989, à escala de 1:4.000.000, pela Editora de Cartografia da China.

Introdução

A história da República Popular da China (RPC) é uma das mais fascinantes do século XX, e tem atraído atenção de muitos estudiosos e do público em geral. Este livro constitui uma tentativa de analisar alguns destes fascínios seguindo a linha cronológica, porém sempre dando ênfase aos principais acontecimentos, como o Movimento das Cem Flores e o Grande Salto para Frente, a Revolução Cultural, os protestos de Tiananmen etc.

Até a década de 1920, a China ainda era um país esmagadoramente rural. Pelo menos 80% de uma população estimada em 500 milhões de habitantes viviam em pequenas aldeias, com pouco acesso a transporte, novas tecnologias de produção e informação. A dominação estrangeira (com a concessão de portos e até faixas do território sob jurisdição de países ocidentais, isenções alfandegárias, controle de ferrovias para exportações e importações) levou à ruína um importante artesanato rural, provocando considerável aumento de desempregados. Os membros da elite podiam disseminar sua influência através de redes de alianças e associações regionais que tinham suas sedes em cidades grandes. Assim, além de reforçar seu domínio sobre os negócios e a política locais, podiam explorar o novo crescimento econômico que estava em marcha nas primeiras décadas do século XX.

Ao mesmo tempo, os interesses comerciais e industriais estavam se tornando fatores significativos na vida social e política chinesa. Um grupo numericamente pequeno, mas politicamente significativo, dos senhores rurais próximos das cidades portuárias tinha começado a fusão com essa classe burguesa e transformara-se em *rentiers*. Os trabalhadores urbanos também fi zeram suas primeiras aparições de modo tempestuoso e violento. Foi dentro desta situação que o Partido Nacionalista, o Guomindang (Koumintang), foi reorganizado em 1923 por Sun Yat-sen (1866-1925), seguindo o *modus operandi* leninista.

Com o importante auxílio soviético e o apoio dos segmentos comunistas locais, o Guomindang, em fins de 1927, tinha obtido o controle de uma parte substancial da China, partindo da sua base na região Sul do país. Durante algum tempo, houve grandes esperanças de que a força militar do

Guomindang pudesse vencer os caudilhos militares locais e unificar a China na base de um programa revolucionário, mas a deflagração da guerra nacional de resistência contra a invasão japonesa em 1937 esmagou qualquer esperança de Chiang Kai-shek (1887-1975) de unificação nacional.

O Exército Vermelho dos comunistas, que haviam sido derrotados em 1935, escapou dos cercos e aproveitou a situação da guerra geral para expandir sua influência a todo o país. Quando terminou a Guerra Sino-japonesa em 1945, o Partido Comunista, sob liderança de Mao Zedong (Mao Tse-tung, 1893-1976), controlava quase um terço do território nacional. Logo em seguida, eclodiu a guerra civil entre os comunistas e nacionalistas. Como resultado desse duelo entre Mao e Chiang, as forças dos nacionalistas foram desbaratadas e obrigadas a se refugiar na ilha de Taiwan (ilha Formosa).

Desde 1949, quando os comunistas vitoriosos proclamaram a República Popular, ocorreram grandes transformações na China. No curso de guerras revolucionárias que mobilizaram o campesinato e terminaram por expulsar exércitos invasores, uma nova força social alterou não só a estrutura agrária e o lugar da China no cenário mundial, como também o sistema de poder e os padrões culturais que condicionavam a vida social do país.

Este livro procura compreender as transformações ocorridas na China por meio dos movimentos políticos e culturais lançados pelo regime comunista a partir de 1949, indicando as principais rupturas e continuidades no sistema de poder, na estrutura econômica e sociocultural. Assim, descrevemos, no capítulo 1, o clima político dos primeiros anos da República Popular. No meio das pressões e repressões, o Partido decidiu afrouxar a válvula e “deixar as cem flores desabrocharem e as cem escolas se rivalizarem”, o que logo escapou de controle. O efêmero Movimento das Cem Flores terminou numa campanha de repressão contra os “direitistas”. No capítulo 2, revelamos alguns detalhes da campanha de repressão lançada por Mao para perseguir os “direitistas”, isto é, a elite intelectual da China.

O capítulo 3 é dedicado à discussão do movimento denominado Grande Salto para Frente, um esforço sobre-humano do regime maoísta para transformar a China num país socialista e avançado, que acabou numa catástrofe. Sem dúvida alguma, a Revolução Cultural é uma das partes

mais surpreendentes da história da República Popular. O capítulo 4 tenta desvendar alguns mistérios em torno de sua gênese e desdobramentos. Analisamos, também, a interação entre Mao e os guardas vermelhos, e discorremos sobre as consequências desses movimentos extraordinários. No capítulo 5, “O fim da revolução”, recontamos a história da queda de Lin Biao, que deu um golpe fatal na saúde física e mental de Mao; da rebelião popular em Tiananmen, em 1976; do retorno de Deng Xiaoping ao poder depois da morte de Mao Zedong; das batalhas ideológicas travadas no interior do Partido e das manifestações democráticas em 1979, que desafiaram o seu poder.

O capítulo 6 é dedicado à discussão sobre a cultura e o poder na China contemporânea. Desde os primeiros dias da República Popular da China, Mao Zedong e outros líderes do Partido tinham a convicção de que certos aspectos do “feudalismo” da China contribuem para a perpetuação de práticas incompatíveis com o socialismo, tais como o respeito e a submissão à autoridade, a aceitação da ordem social hierárquica, a superioridade dos funcionários sobre as pessoas comuns. Uma discussão sobre a cultura política ajuda os leitores a compreender os desafios culturais da China contemporânea.

No capítulo 7 traçamos a trajetória dos protestos de Tiananmen em 1989, que terminou num massacre, e discorremos sobre os anos pós-1989. Devo registrar, aqui, minha dívida para com Daniel Aarão Reis, professor titular de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense, que me inspirou com seu brilhante artigo escrito em janeiro de 2003: “China atual: prosperidade econômica e ditadura política”.

O capítulo 8 oferece aos leitores brasileiros “Uma breve história sobre as relações Brasil-China”. Situando-se no contexto das relações sino-latino-americanas nos anos 1960, discutimos os relacionamentos sino-brasileiros nesses anos e, em seguida, analisamos de forma muito resumida as relações Brasil-China nos anos 1970-1990, com a formação de uma “parceria estratégica” entre os dois países.

A adoção do sistema Pinyin para transcrição de nomes chineses vem pôr termo à desordem nesse terreno, tanto em publicações feitas em outros países, quanto nas próprias edições chinesas em línguas estrangeiras. A escolha do *Pinyin*, depois do ingresso da China na ONU, tanto pelos organismos internacionais, quanto pela imprensa em todo o mundo, vem

possibilitar o pronto reconhecimento de qualquer nome próprio chinês em publicações de qualquer língua que utilize o alfabeto latino.

Nesta edição, estamos obedecendo o *pinyin* para a transcrição dos nomes próprios chineses, exceção feita a alguns, cuja grafia já esteja muito consagrada: Confúcio, Sun Yat-sen, Chiang Kai-shek, Cantão, Hong Kong, Macau. Os outros nomes famosos estão com a grafia *pinyin*, porém com a antiga transcrição colocada entre parênteses em sua primeira aparição no correr dos textos, como, por exemplo, Mao Zedong (Mao Tse-tung), Zhou Enlai (Chou En-lai, ou Chu En-lai) e Liu Shaoqi (Liu Shao-chi).

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao professor Daniel Aarão Reis, meu orientador de doutorado na Universidade Federal Fluminense e meu mentor intelectual, que ajudou muito na preparação e publicação do livro.

Agradeço ao professor Theotônio dos Santos, pelo seu carinho durante meus estudos no mestrado em economia da Universidade Federal Fluminense.

Minha gratidão aos professores Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Mattos e Sidnei Munhoz, que contribuíram para a publicação dos meus artigos, a partir dos quais originou-se o presente livro.

A Daniela Cândido e Renato Franco, pesquisadores da FGV, meu agradecimento sincero pela atenção dispensada na editoração deste trabalho,

Especialmente, devo muito ao professor Renato Franco pela sua meticulosa revisão, leitura crítica de todos os capítulos e sugestões muito pertinentes. No entanto, assumo todos os eventuais erros deste livro.

1. Comunistas no Poder

Em 1949, depois de 22 anos de luta armada, os comunistas chineses finalmente conquistaram o poder. Para estabelecer a nova ordem, em 1951 o Comitê Central lançou a campanha de repressão aos contrarrevolucionários (*zhengfan yundong*), na qual ocorreu cerca de 1 milhão de execuções. Alguns autores ocidentais estimam que, entre 1949 e 1953, cerca de 2 a 5 milhões de chineses tenham sido vitimados (Craig, 1994:69-72).

Talvez por causa do controle ferrenho dos comunistas, a China gozava uma paz social sem precedentes.

A Recuperação da China

Em 1949/1950, a situação econômica e financeira do país era muito precária. Os transportes de toda a China precisavam ser reparados, e o fluxo de mercadorias entre a cidade e o campo foi praticamente paralisado. Para controlar a inflação galopante, o novo governo tomou o controle do sistema bancário e fechou a Bolsa de Valores de Xangai, o centro de especulações. Ao mesmo tempo, mobilizou uma grande quantidade de grãos, algodão, carvão e sal, produtos de primeira necessidade para a população das cidades. O Estado criou lojas estatais nas cidades e no campo, monopolizando a compra e venda dos mais importantes produtos. Em consequência, baixou a inflação. A partir de março de 1950 os preços começaram a diminuir.

Tão logo terminou a guerra revolucionária, a China entrou em outra guerra, a Guerra da Coreia (ver o subitem “A Guerra da Coreia”, no final deste capítulo). O regime comunista precisava da indústria privada para aumentar a produção e recuperar a economia debilitada pelas guerras sucessivas. No sistema de economia de guerra, o governo começou a submeter o setor privado aos planos de produção do governo.

Tabela 1: Comparação da produção chinesa em 1952 com recordes anteriores

Produtos	Produção antes de 1949		Produção em 1952
	Ano	Produção	
Aço (t)	1943	920 mil	1,35 milhão
Carvão (t)	1942	61,88 milhões	66,49 milhões
Eletricidade (kWh)	1941	6 bilhões	7,3 bilhões
Cimento (t)	1942	2,29 milhões	2,86 milhões
Fios de algodão (fardos)	1933	2,45 milhões	3,62 milhões
Cereais (t)	1933	139 milhões	154 milhões
Algodão (t)	1933	850 mil	1,3 milhão

Fonte: Xue, Su e Lin, 1975:9.

A recuperação geral da indústria também começou em 1950. Em 1952 o valor global da produção da indústria do país aumentou 145% em relação a 1949, ou seja, em cada ano um aumento de 34,8% em relação ao ano anterior. Durante o período da recuperação as produções industrial e agrícola ultrapassaram o nível recorde anterior a 1949. A tabela 1 nos permite comparar a produção de alguns itens industriais e agrícolas em 1952 com a maior produção anterior a 1949 (Xue, Su e Lin, 1975:9).

Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957)

O novo governo começou a implementar, em 1953, o seu Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), com o foco na indústria pesada. A ajuda soviética desempenhou um papel muito importante na construção das primeiras bases da industrialização, com um total de 156 projetos, inclusive o projeto nuclear. Com o passar do tempo, a China montou um sistema industrial completo e tornou-se autossuficiente na fabricação de máquinas e equipamentos, no fornecimento de matérias-primas, combustíveis e energia elétrica. Também graças à ajuda soviética, a China podia fabricar aviões de guerra (do tipo MIG-15), caminhões e locomotivas modernas.

Em 1957 o valor global da produção industrial atingiu 65 bilhões de *yuan*s, o que constituiu um aumento de 141% em relação a 1952. A taxa anual média de crescimento foi de 19,2% (Xue, Su e Lin, 1975). A tabela 2 nos oferece uma visão da produção industrial e agrícola em 1957 e do aumento em relação a 1952.

Este desenvolvimento espetacular foi acompanhado por uma grande expansão da infraestrutura, das redes comerciais e do serviço público. No domínio dos transportes, até o fim de 1957 o país contou com 29.862 km

de ferrovias em tráfego, o que representava um crescimento de 22% em relação a 1952. Durante o primeiro quinquênio foram construídas 33 novas linhas férreas e foram recuperadas três linhas antigas. Ao mesmo tempo, foram construídos 250 mil km de grandes estradas (Xue, Su e Lin, 1975:9).

Tabela 2: Evolução da produção chinesa (1952 x 1957)

Produtos	Produção em 1957	Aumento em relação a 1952 (%)
Aço (t)	5,35 milhões	296
Ferro fundido (t)	5,94 milhões	208
Carvão (t)	130 milhões	96
Eletricidade (kWh)	19,3 bilhões	166
Cimento (t)	6,86 milhões	140
Fios de algodão (fardos)	4,65 milhões	28
Cereais (t)	185 milhões	20
Algodão	1,64 milhão	26

Fonte: Xue, Su e Lin, 1975:9.

Coletivização do Comércio

Até julho de 1955 o regime comunista havia consolidado o seu controle sobre o país. A reforma agrária e a campanha contra os contrarrevolucionários em 1951/1952 tinham efetivamente destruído a velha estrutura de poder no campo, o que permitiu aos comunistas estender o seu domínio às aldeias, que antes eram dominadas pelas grandes famílias rurais. No início de 1952 foi lançado o movimento “3 anti” (*sanfan*) para enquadrar o velho funcionalismo do governo, ou seja, combater a corrupção, o desperdício e a burocracia. Em seguida, o regime comunista lançou a campanha denominada “5 anti” (*wufan*), para dominar a classe burguesa nacional (contra a corrupção, a fraude fiscal, o desvio de bens do Estado, a fraude na execução dos contratos de Estado e o furto de informações econômicas provenientes de fontes governamentais).

Desde o fim de 1953 o novo regime começou a monopolizar a compra e a venda dos cereais, do algodão e de outros produtos, obrigando os camponeses a entregar ao Estado uma quantidade fixa de produtos e a vender seus excedentes também ao Estado, por preços fixos. Nenhuma empresa privada foi autorizada a comprar os produtos diretamente dos camponeses. O Estado fornecia à população urbana, a preços fixos, uma cesta de bens de consumo, tais como cereais, óleo comestível e tecidos de

algodão. O comércio privado foi limitado às atividades varejistas. Em 1954, o comércio atacadista privado foi proibido e substituído pelas redes de lojas do governo, medida que forçou as indústrias privadas a depender do governo tanto no fornecimento de matérias-primas quanto na venda dos produtos. O setor estatal fazia suas encomendas às empresas privadas para o processamento e a manufatura. Desde então, sob o controle do governo e a vigilância da classe operária, o setor capitalista foi praticamente submetido ao plano dos comunistas.

Coletivização das Indústrias

Durante a Guerra da Coreia, as empresas privadas trabalhavam para o Estado, que lhes fornecia matérias-primas e contratos de produção. No prazo contratado elas entregavam ao Estado os produtos finais, recebendo pagamentos que cobriam salários, custos de produção, impostos e uma razoável margem de lucro. Para fiscalizar a execução dos contratos, o Estado enviou representantes para as empresas privadas.

A fim de incentivar a produção nas indústrias privadas, o governo determinou que os empresários recebessem um lucro anual de cerca de 10% a 20% durante o período 1950-1953. Através das encomendas e contratos de produção, o setor privado foi colocado dentro da planificação do novo regime, processo em que surgiram empresas de gestão mista. Os empresários entregaram suas fábricas ao governo, recebendo pagamentos de recompensas na forma de juros prefixados, além de salários mensais pelas funções honoríficas em suas empresas. Em 1956, o governo resolveu pagar juros prefixados de 5% ao ano (sobre o volume total do capital fixo) aos empresários que colaboraram com o regime. O pagamento durou por 10 a 12 anos, começando a partir de 1º de janeiro de 1956, e estima-se que o país tenha gasto um total de 120 milhões de *yuans* por ano para este *buy-out*. Em consequência, os meios de produção privados foram colocados à disposição do Estado. Note-se que num país tão grande como a China, com condições locais tão variadas, as políticas do governo central nunca eram uniformemente implementadas; geralmente, nas grandes cidades os empresários recebiam melhor tratamento.

Após 1956 a coletivização das indústrias foi gradativamente concluída e consolidada ao longo dos movimentos antidireitistas (1957-1958) e do

Grande Salto para Frente (1958-1960), passando o Estado a administrar diretamente as empresas e eliminar as práticas abusivas. Por exemplo: antes das reformas, na indústria têxtil as operárias eram revistadas na saída das fábricas. Os novos dirigentes aboliram esta prática humilhante. Aboliram-na, também, dos capatazes e contramestres nas minas de carvão e dos estivadores nos portos. Melhoraram as relações entre os dirigentes e os dirigidos, através de críticas e autocríticas; formaram os comitês de gestão com participação dos operários, enfim, melhoraram as condições de trabalho dos operários e seu bem-estar material. Porém, os sindicatos foram incorporados pela estrutura do regime comunista e começaram a perder sua autonomia.

Instituição do *Hukou*

No meio do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957),¹ instituiu-se o sistema de cadastro familiar, conhecido na China como *hukou*, primeiramente realizado nas cidades e, depois, estendido ao campo. O *hukou* teve duas funções: primeira, servir como base de cálculo do racionamento para o governo, que controlava o consumo da população nas cidades e no campo; segunda, impedir que levas de camponeses pudessem deslocar-se para as cidades, indo tumultuar a obra de industrialização a cargo dos operários. O Partido Comunista institucionalizou, em 1955, o *hukou*, sistema que fixa cada habitante da China em seu local autorizado de residência – uma espécie de passaporte interno.

O *hukou* funcionava, em grande parte, como uma medida de controle preventivo. Ele permitiu às autoridades manter a ordem social – para todos os cidadãos era difícil mudar de residência e, no caso de mudança, era exigida a permissão prévia da delegacia de polícia local. Depois de 1955, o *hukou* serviu também como substituto da carteira de identidade, um documento obrigatório para obter quaisquer cupons para os bens e serviços essenciais (por exemplo, cupons para alimentos em geral, pano de algodão, carvão, óleo para lampião usado na falta da luz, alojamento, moradia, educação, serviços médicos e emprego).

Em resumo, sem o atestado correspondente, quando estava fora do seu domicílio, a pessoa (e seus dependentes) não fazia jus a cupons de racionamento ou ao acesso a escolas, hospitais etc. Ficava, sobretudo,

impedida de obter trabalho permanente. Este sistema evitou a favelização das cidades, mas encurralou os camponeses nos campos de trabalho de servidão maoísta.²

A Guerra da Coreia

A história da Coreia do Norte começa em 1945, quando acaba a II Guerra Mundial. Neste ano os japoneses que ocupavam a península coreana se renderam e as forças soviéticas e norte-americanas ocuparam a região. Os soviéticos estabeleceram-se ao norte do paralelo 38 e os norte-americanos ao sul. O líder guerrilheiro Kim Il Sung, que havia sido enviado por Stálin para participar da equipe soviética e receber a rendição japonesa, formou um governo provisório na chamada Coreia do Norte. No lado Sul, um coreano cristão, Syngman Rhee, formado pela Universidade de Harvard, recebeu apoio dos norte-americanos para formar o governo. Surgiram então dois países que reclamavam o direito sobre toda a península, cada um proclamando ser o legítimo representante do povo coreano.

Em 1949, o Norte comunista fez um ataque militar ao regime do Sul, sem, no entanto, receber apoio da União Soviética, que havia desempenhado um papel fundamental no estabelecimento do país. Em junho de 1949, a retirada das tropas norte-americanas do Sul enfraqueceu dramaticamente o regime sulista e incentivou Kim Il Sung, então presidente, a cogitar um ataque relâmpago contra a região. A princípio, a ideia foi rejeitada por Stálin, porém, com o desenvolvimento das armas nucleares soviéticas, a vitória de Mao Zedong na China e a indicação chinesa de que enviaria tropas e ajuda à Coreia do Norte, Stálin aprovou a invasão. Sem dúvida, todos subestimaram a habilidade de intervenção norte-americana, e o ataque do Norte tornou-se o estopim da chamada Guerra da Coreia.

A Guerra da Coreia (1950-1953) eclodiu em 25 de junho de 1950, quando tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38 e atacaram a Coreia do Sul. Em poucas semanas a Coreia do Norte tinha avançado rapidamente, tomado Seul, a capital do governo sul-coreano. O governo do Sul viu-se obrigado a uma resistência desesperada no porto de Pusan, recorrendo à ONU. Por irônica coincidência, a União Soviética estava, naquele

momento, boicotando o Conselho de Segurança daquele organismo, por causa de sua recusa em aceitar uma delegação da China Popular, em lugar de Taiwan.³ Sem a ameaça de um veto soviético, os outros membros do conselho decidiram rapidamente condenar a Coreia do Norte e exortar os membros da ONU a dar “tanta ajuda” quanto “possa ser necessário”. As tropas norte-americanas baseadas no Japão logo entraram na Coreia do Sul. Quinze outros países-membros da ONU uniram-se aos Estados Unidos no envio de tropas.⁴

© Arquivo Nacional e Registros Administrativos, China



Forças norte-americanas cruzando o paralelo 38, 1950.

Em uma manobra anfíbia, MacArthur, comandante em chefe das forças da ONU na Coreia, desembarcou suas tropas no porto de Inchon, na retaguarda das forças norte-coreanas, e ameaçou cortar o recuo delas. Quando as tropas da Coreia do Norte começaram a se romper e recuar, Zhou Enlai (Chou En-lai), o primeiro-ministro chinês, notificou o embaixador da Índia, sr. Pannika (que estava servindo de canal para as mensagens chinesas), que a China teria de intervir se os Estados Unidos invadissem a Coreia do Norte. As tropas norte-americanas cruzaram efetivamente a fronteira em 7 de outubro, tomaram Pyongyang, capital norte-coreana, e avançaram para o Norte, em direção à fronteira chinesa, ao longo do rio Yalu.



Selo comemorativo da assinatura do Tratado de Aliança Sino-soviética, assinado em 1950.

Durante o mês de outubro de 1950, cerca de 250 mil soldados “voluntários” da China entraram secretamente na Coreia do Norte; posteriormente esse número subiria para mais de 700 mil. Em dezembro, numa luta encarniçada, os chineses empurraram os norte-americanos de volta para trás do paralelo 38. Em janeiro de 1951 as forças da ONU recuaram ainda mais para o Sul, enquanto unidades norte-coreanas e chinesas retomavam Seul. Reorganizando-se, as forças da ONU recuperaram Seul e, a essa altura, as linhas de batalha se estabilizaram ao longo da cadeia de colinas situadas logo ao norte do paralelo 38. A luta selvagem por posições continuou, provocando baixas pesadas em ambos os lados. A guerra arrastou-se por mais dois anos, terminando com um armistício assinado em julho de 1953.

As baixas norte-americanas chegaram a mais de 160 mil (54 mil mortos, 103 mil feridos, 5 mil desaparecidos); as da Coreia do Sul, a 400 mil; as da Coreia do Norte, a 600 mil; e as da China ficaram entre 700 e 900 mil (Spence, 1996:504).

Não é nossa intenção discutir em detalhes as causas da entrada chinesa na Guerra da Coreia, entretanto, convém apontar, de forma resumida, algumas das principais motivações que levaram o envolvimento da China no conflito.⁵ Em julho de 1949, nas conversas de Liu Shaoqi (Liu Shao-chi) com Stálin em Moscou, houve um consenso crucial: enquanto a União Soviética permaneceria no centro da revolução proletária internacional, a promoção da revolução oriental seria a obrigação principal da China. No âmbito das alianças sino-soviética e coreano-soviética, coube à China a obrigação de promover a revolução socialista no Leste asiático, inclusive o apoio à revolução coreana.

Antes da entrada chinesa na Guerra da Coreia, foi acertado um acordo de “divisão de responsabilidade” entre Stálin e Mao: além de ajudar a modernizar a indústria militar chinesa, os soviéticos forneceriam armamentos, munições e a cobertura aérea para as forças chinesas. Com o apoio soviético, a China enviaria tropas terrestres suficientes para expulsar os norte-americanos da Coreia do Norte (e da península coreana, se for possível).

A China entrou na Guerra da Coreia seguindo uma velha tradição dinástica de “protetor-protegido”. Mao precisava da proteção militar e da assistência técnica soviética para edificar o socialismo na China e os soviéticos temiam que Mao seguisse o modelo da Iugoslávia (a famosa tendência do Titoísmo de se manter neutra nos confrontos Leste-Oeste). Portanto, a entrada chinesa na Guerra da Coreia seria uma espécie de “declaração de apoio” de Mao a Stálin. Com a ajuda soviética, Mao, por sua vez, pôde oferecer proteção para a Coreia do Norte e mantê-la aliada à China.

Na véspera da entrada das tropas chinesas na Coreia, Stálin quebrou a promessa de oferecer cobertura aérea à China na Coreia, criando tremendas dificuldades para Mao e a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC). Entretanto, Mao, seguindo seu objetivo de consolidar a revolução chinesa e resguardar a segurança nacional da China, resolveu manter a decisão de entrar na guerra. A longo prazo, a “traição” soviética num momento crucial aumentou a autoconfiança de Mao plantou a semente da futura cisão entre a China e a União Soviética.

A Guerra da Coreia causou grandes perdas humanas para a população chinesa, porém trouxe grandes benefícios para o Partido Comunista Chinês. Em primeiro lugar, a economia da guerra ajudou os comunistas a controlarem as atividades econômicas e acelerarem a coletivização da agricultura e a estatização do capital. Em segundo lugar, no meio da mobilização popular os comunistas centralizaram o poder e fizeram uma “limpeza e arrumação da casa”: lançaram as campanhas de repressão aos contrarrevolucionários, isto é, os elementos leais ao regime de Chiang Kai-shek; confiscaram as propriedades estrangeiras; estenderam o controle sobre a educação, a cultura e o pensamento. Foram enfraquecidas as influências do pensamento liberal-democrático do Ocidente. O imperialismo norte-americano foi denunciado em todo o país. A elite

intelectual da China sofreu grandes pressões políticas e foi obrigada a confessar e condenar publicamente suas posições liberal-burguesas. Em terceiro lugar, a guerra consolidou a amizade sino-soviética, e a China ganhou maciça ajuda econômica e militar da União Soviética, essencial para a construção socialista chinesa. Quarto lugar, a guerra fortaleceu o poder pessoal de Mao e a sua imagem diante de toda a população.⁶

Em 1953, quando Khrushchev assumiu o poder depois da morte de Stálin, a China ganhou mais pacotes de ajuda soviética, inclusive para o projeto nuclear. Os dois países entraram num período de boas relações até 1960, quando Khrushchev resolveu suspender os projetos de ajuda e retirar todos os técnicos soviéticos da China. Em resumo, a Guerra da Coreia silenciou os críticos do regime.

2. Repressão aos Direitistas

Depois da Guerra da Coreia, a China implementou seu Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957). Para acelerar a “acumulação socialista primitiva”, necessária para a edificação socialista, o Partido reforçou a coletivização agrícola. A partir de 1953, o regime instituiu o monopólio estatal do comércio dos alimentos, a chamada “compra e venda única” (*tonggou tongxiao*), que obrigaria os camponeses a entregar seus produtos ao Estado, de acordo com uma cota mínima e fixa, contra o pagamento também fixado antecipadamente. O agrupamento de milhões de pessoas em algumas dezenas de milhares de unidades coletivas de produção, permitindo um controle preciso, viabilizou o processo por meio do qual foi possível “espremer” os camponeses, extraíndo deles cotas anuais fixas, às vezes ascendentes, mesmo que a produção estivesse estagnada ou em declínio. O controle estatal sobre as redes de distribuição dos alimentos permitiu a redução do consumo dos camponeses e das populações urbanas, e constituiu um mecanismo crucial da acumulação primitiva socialista.

Apesar de a Constituição de 1954 garantir a “liberdade de expressão, crença e organização”, nem o código civil nem o penal foram votados para proteger os cidadãos. No verão de 1955, Mao lançou a campanha de “repressão aos contrarrevolucionários escondidos” (*sufan yundong*), que durou até o fim de 1956. Não sabemos os pormenores deste expurgo, mas, segundo um discurso de Mao Zedong, cerca de 4 milhões de pessoas foram investigadas. Entre elas, 160 mil foram consideradas suspeitas e apenas 38 mil condenadas como contrarrevolucionárias (Mao, 1975:209-225). Se dividirmos os 38 mil condenados pelos 4 milhões de investigados, veremos que apenas 0,95% dos investigados eram culpados de alguma forma, e 99,05% eram inocentes. É difícil saber o verdadeiro número das vítimas, porque os arquivos confidenciais ainda estão bem guardados. Não se sabe quantas pessoas, sob tortura, suicidaram-se, nem quantas fizeram confissões falsas, que as levaram à própria condenação.

Houve poucas execuções, e a maioria dos contrarrevolucionários escondidos foi delatada e condenada à reeducação. Esta campanha era destinada a erradicar os últimos vestígios do Guomindang, colocando em primeiro plano as origens e as ligações de famílias. Até então, os

comunistas haviam recebido pessoas de origens “indesejáveis” em suas fileiras. Diversos filhos e filhas da classe “inimiga” chegaram a posições elevadas – de fato, muitos dos primeiros líderes comunistas vinham de origens “ruins”. Mas, após 1955, a origem familiar foi-se tornando cada vez mais importante. Cada vítima política implicava muitas outras, inclusive, antes de tudo, sua família imediata.

O Estado aboliu ou tomou o controle de todas as associações voluntárias, de todos os grupos culturais e entidades científicas, órgãos editoriais e agências de previdência social, instituições educacionais e organizações juvenis. Em consequência, toda a intelectualidade chinesa tornou-se funcionária do Estado revolucionário e este, por sua vez, seu único empregador. Numerosas revistas, departamentos de propaganda do governo, instituições de pesquisa, escolas e indústria cinematográfica ofereciam vários tipos de emprego. Como resultado, para os intelectuais chineses a tática para progredir, ou mesmo sobreviver, era apoiar a posição do Partido.

Apesar da exaltação oficial dos valores do período revolucionário – a energia, a probidade, a fé e a abnegação dos prazeres materiais, muitos quadros do PCC se tornaram arrogantes e carreiristas. Numa sociedade onde o enriquecimento individual era excluído, todo o êxito pessoal passava para a hierarquia do Partido, agravando ainda mais o arrivismo. Na medida em que a “cadeira partidária” se tornou um bem precioso, os “oportunistas ingressavam no Partido como as minhocas permeando o jardim”, conforme apontou Huang Yaomin (1903-1987), militante da Liga Democrática e professor da Universidade Normal de Pequim (Qian, 1998a:408-409). Neste período de acirrada luta política e ideológica, a “vermelhidão” tornou-se o critério mais importante para a carreira, deixando para o segundo plano o profissionalismo e a virtude individual. Segundo Fu Ying, da Universidade de Pequim (Qian, 1998a:457), para provar sua vermelhidão, os “jovens ativistas atuavam como polícia secreta, semelhantes aos agentes secretos do Guomindang” (Qian, 1998a:297).

Eclodiram diversas manifestações. De acordo com uma estatística da Liga Juvenil Comunista, houve 30 manifestações estudantis na segunda metade de 1956, com a participação de mais de 10 mil alunos (Zhu, 1996:108). No mesmo ano foram deflagradas 29 greves de operários e ocorreram incidentes esporádicos de resistências camponesas: assassinatos

de militantes do Partido, revoltas, negligência no trabalho coletivo e abate dos animais para que não fossem entregues à cooperativa (Domenach e Richer, 1987:125). A resistência à política agrária tinha causado também dificuldades no abastecimento de cereais e proteína animal.

No cenário internacional, o ano de 1956 foi particularmente inquietante para o campo socialista. De 14 a 25 de fevereiro daquele ano, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Khrushchev denunciou brutalmente os atos tirânicos de Stálin, o que desencadeou uma grande crise ideológica e política no campo socialista. Para contornar essa conjuntura política, em 28 de abril, numa reunião do Politburo, Mao Zedong proclamou oficialmente a “Política das Cem Flores”: no domínio da arte e da literatura, deixar as cem flores desabrocharem e, no domínio das ciências, deixar as cem escolas se rivalizarem (Mao, 1975:165). Em 2 de maio, numa reunião de Estado, foi divulgada a “Política das Cem Flores”, permitindo às visões acadêmicas, “corretas” ou “erradas”, se expressarem nos jornais e revistas.

“Deixar as Cem Flores Desabrocharem e as Cem Escolas se Rivalizarem”

No entanto, grandes manifestações só ocorreriam depois do dia 27 de abril de 1957, quando o Comitê Central do Partido Comunista decretou a Campanha de Retificação, dirigida aos problemas como “burocratismo, subjetivismo e sectarismo”. Três dias depois desta decisão, Mao convidou todos os líderes dos partidos democráticos e figuras políticas importantes para a inauguração da Campanha de Retificação no Portão da Paz Celestial (Tiananmen). Logo em seguida, o Ministério da Frente Única começou a convidar os democratas para se expressarem livremente. Em função disto, os secretários do Partido, de todos os níveis do governo, começaram a convocar reuniões de crítica e a imprensa foi autorizada a publicar todo tipo de opiniões. Impressionados pela sinceridade do presidente Mao e convencidos de que agora era oficial a permissão para manifestar suas queixas, os intelectuais reagiram com entusiasmo. Através de fóruns (assistidos por delegados do PCC), na imprensa (controlada pelo Estado), nas revistas, nos cartazes colocados nas paredes, as pessoas começaram a se manifestar.

No dia 19 de maio de 1957 surgiu, na Universidade de Pequim, o “muro da democracia” – eram paredes utilizadas pelos estudantes para colocar os cartazes de grandes caracteres (*dazibaos*). Neles, os alunos apontaram a nova autocracia e o obscurantismo que estavam surgindo no país. Semelhantes manifestações também ocorreram nas outras universidades da capital, como a de Qinghua, a Universidade do Povo e a Universidade Normal de Pequim. No final de maio os protestos aconteceram em outras grandes cidades, e chegaram notícias de grupos de estudantes que espancavam quadros do Partido Comunista e saqueavam os arquivos da polícia política. Desde o “Quatro de Maio” de 1919 não houvera protestos estudantis dessas dimensões.

Campanha Contra os Direitistas

Vendo que a situação estava fugindo ao controle, Mao começou a mudar sua posição. Ainda em 15 de maio de 1957 divulgou, entre os líderes do Partido, um comunicado intitulado “As coisas estão mudando”, acusando os elementos direitistas da burguesia nacional de atacar agressivamente o poder do proletariado. Mas afirmou que continuaria a publicar essas opiniões “maliciosas” e “reacionárias”, para que o povo conhecesse essas “ervas venenosas”. A estratégia seria “atrair os inimigos para melhor aniquilá-los” (Mao, 1992:470-474). Mais tarde a posição de Mao seria chamada de “atrair as serpentes para fora das tocas [para matá-las]” (*ying she chu dong*).

No dia 8 de junho de 1957 Mao publicou, no *Diário do Povo*, um editorial intitulado “Por que isso?”, acusando os direitistas burgueses de “aproveitarem o Movimento das Cem Flores para desafiar a liderança do PCC e da classe proletária”. No mesmo dia, o Comitê Central divulgou, entre os quadros de alto escalão, o decreto do próprio Mao Zedong, “Organizar os contra-ataques às ofensivas tumultuosas dos elementos direitistas”, onde afirmou: “É uma guerra. Se nós não vencermos, o socialismo jamais seria edificado, e a China correria o risco de se transformar numa outra Hungria” (Ding, 1995:212).

A partir de julho de 1957 começou a grande caça aos direitistas. A palavra “caça” é muito apropriada, pois todos os julgados “direitistas” sofreram a mesma espécie de procura que se aplica aos malfeitores. Tal

processo implicava identificação de indivíduos que se acreditava estarem envolvidos numa atividade “subversiva” em relação ao sistema socialista. O secretário do Partido da província de Guangdong, Ou Mengjue, publicou um decreto no jornal *Nanfang Ribao*, convocando o povo de Guangdong a caçar os direitistas da mesma forma que os camponeses: cavando a terra para achar as rãs do inverno (Ding, 1995:263). A agência de notícias Xinhua reportou, no dia 8 de agosto de 1957, que os direitistas estavam sendo caçados um a um em cada setor. Em agosto, um sistema de alíquotas de denunciados (geralmente 5%) foi aplicado para caçar os direitistas.

Fonte: Monica Editora. © Arquivo Nacional e Registros Administrativos, China



Passeata no dia 1º de outubro de 1957: mobilização contra os “direitistas”.

Nem os juízes nem os advogados foram poupados. Na cidade de Pequim, 83 funcionários do setor judiciário foram denunciados, correspondendo a 9% de todos os trabalhadores do sistema legal, incluindo os presidentes dos tribunais, os secretários da Justiça e os diretores da Associação dos Advogados (Universidade do Povo, 1958 apud Ding, 1995:330). Nas províncias, os “direitistas do setor jurídico” incluíram He Gonggan, secretário da Justiça de Fujian; Peng Ruilin, procurador-geral de Zhejiang, entre outros. Muitos foram delatados porque defenderam o cumprimento das leis. Em algumas procuradorias, cerca de 30% dos funcionários foram acusados (Ding, 1995:331). O vice-ministro da Inspeção, Wang Han, defendeu um funcionário “direitista” e, por isto, foi condenado a trabalhar num projeto hidroelétrico. Após 16 anos de “reeducação”, morreu num hospital, em Pequim (Ding, 1995:331-332).⁷

Muitos professores de direito também sofreram repressões severas. O professor Han Depei, chefe do Departamento de Direito da Universidade de Wuhan, diplomado pela Universidade de Harvard, reivindicou a restauração do sistema legal. Foi perseguido por usar as leis para resistir ao Partido, tornando-se um dos 480 direitistas da Universidade de Wuhan. O Departamento de Direito, como o “viveiro dos direitistas”, foi fechado, e

todos os professores foram trabalhar para “reeducar-se”. No campo de reeducação, os professores de direito constitucional criavam os porcos; os de direito civil trabalhavam como cabeleireiros; os de direito penal, como cozinheiros. Os professores da filosofia do direito sobreviviam como vaqueiros (Ding, 1995:223-224).

Em 1952, durante a “Reforma do Pensamento”, haviam sido banidos os “cursos burgueses”, como o de sociologia, antropologia e demografia. O de inglês (que era considerado o idioma dos imperialistas) foi substituído pela língua russa, um idioma socialista. Em 1957 foram denunciados os que reivindicaram a restauração das “ciências sociais burguesas”. O professor Li Jinghan, da Universidade do Povo, foi acusado de “tentar usurpar o campo do marxismo-leninismo”, porque afirmava que “os sociólogos, mais do que os outros, valorizam a investigação científica”. O professor Li diplomou-se nos Estados Unidos; por isso, além do rótulo direitista, também foi chamado de “cão de guarda dos imperialistas americanos” (Ding, 1995:220).

Os setores mais atingidos foram o da imprensa e o da publicidade. Muitos jornais superavam a cota de 5% de direitistas. Em 1956, o jornal Juventude Chinesa (*Zhongguo Qingnian Bao*) publicou a reportagem “Uma loja que não devia existir”, denunciando os privilégios dos altos funcionários, que compravam mercadorias nas lojas especializadas. Em 1957, por causa desta reportagem, mais de 30 jornalistas foram perseguidos (Ding, 1995:276). No jornal do Partido Nova Hunan (*Xin Hunan Bao*, da província de Hunan), com 150 funcionários, o número de direitistas chegou a 54, ultrapassando 30% do total. Entre estas 54 pessoas, 12 foram para a reeducação, 11 foram exiladas no campo, outras demitidas, rebaixadas ou disciplinadas; muitas famílias foram destruídas e viviam na miséria (Qian, 1998b:359).

Os partidos comunistas, enquanto guerrilheiros, costumavam avaliar o grau de lealdade e competência dos seus quadros pelo número dos inimigos exterminados e, por isto, o sistema de cota era amiúde utilizado em todos os trabalhos políticos e administrativos. Os secretários tendiam a ultrapassar o percentual determinado, para demonstrar sua lealdade ao Partido e seu ódio implacável aos “direitistas”. Na Universidade de Pequim foram descobertos 589 direitistas, representando 7,8% do número total dos alunos e professores (Wang, 1998). A Universidade do Povo tinha 6 mil

alunos, e mais de 400 direitistas foram denunciados apenas no primeiro “lote”. Na Universidade Fudan havia mais de 600 professores, dos quais 8,5% foram acusados. No Instituto de Geologia de Pequim havia mais de 5 mil alunos e mil professores – 9% dos alunos e 12% dos professores foram perseguidos. Na Universidade de Wuhan, 480 alunos e professores foram delatados; na de Jiaotong, mais de 300 foram denunciados; e, na de Yunnan, 260 foram perseguidos no primeiro “lote”. Na Universidade Normal de Fujian, havia 3 mil alunos, e mais de 400 foram acusados; dezenas, que não resistiram aos intermináveis comícios e às humilhações públicas, suicidaram-se (Ding, 1995:238).

Apesar da política de Mao de não executar ninguém, três líderes dos alunos da primeira escola secundária de Hanyang, que tinham deflagrado um protesto contra a administração comunista do estabelecimento, foram processados e fuzilados. Segundo a agência Xinhua, as execuções dos adolescentes foram realizadas no início de 1958, na presença de 10 mil pessoas, muitas delas colegas destes condenados (Spence, 1996:541).

De acordo com a estatística divulgada pelo governo, o número total dos direitistas era de 552.877 (Jia, 1996:155), o que, na realidade, incluiu apenas as condenações nas grandes cidades. Levando em conta as perseguições ocorridas no nível local e na zona rural, segundo Ding Shu, o número dos caçados se situaria entre 1,5 e 2 milhões de pessoas (Ding, 1995:284). Se incluirmos as famílias das vítimas (uma família consiste, no mínimo, de 3 pessoas), poderemos, seguramente, afirmar que a campanha antidireitista atingiu mais de 4 milhões de pessoas.

3. Grande Salto para Frente

Mao Zedong chegara ao poder nos ombros do Exército de Libertação Popular (ELP), uma força essencialmente camponesa. No momento da vitória, o PCC tinha 4,5 milhões de membros, 90% dos quais eram camponeses. Logo em 1950, Mao iniciou a reforma agrária, cumprindo as promessas de “distribuir a terra a quem a trabalhasse”, mas não demorou a impor aos camponeses a solução leninista da coletivização das terras, dos instrumentos e de animais para a lavoura. Na verdade, a reforma agrária já havia sido implementada em diversas regiões do país durante o período da revolução; após a fundação da República Popular, foi lançada em escala nacional. A tarefa era confiscar a terra dos latifundiários e distribuí-la aos camponeses sem-terra ou com pouca terra.

Concluída em 1952 na maior parte do país, a distribuição de 46 milhões de hectares de terra gratuitamente para 300 milhões de camponeses transformou radicalmente a estrutura social do campesinato, o que, por sua vez, desencadeou um grande surto na produção agrícola. Entretanto, a terra era muito limitada e seu uso era muito disperso. Em média, cada família camponesa possuía apenas 0,8 hectare, um animal de tração para dois lares, uma charrua para três lares e uma roda hidráulica para cada 17 famílias. A produtividade era baixa, a acumulação de capital era lenta e, desse modo, não seria possível iniciar uma mobilização radical de matérias-primas para a industrialização maciça.

O desenvolvimento da indústria dependia da agricultura para o suprimento de matérias-primas. Quando o crescimento da agricultura abrandou, foi afetado o ritmo da produção industrial e da economia nacional. Por exemplo: em 1953 a produção industrial aumentou 30,2% em relação ao ano anterior; em 1954 o aumento foi só de 16,3%; em 1955 diminuiu drasticamente para 5,6%. Esta queda na taxa de crescimento da produção industrial era devida, em primeiro lugar, ao baixo aumento da produção agrícola em 1954 e, sobretudo, à baixa colheita das matérias industriais em decorrência de calamidades naturais. Isto mostrava os limites da pequena produção privada camponesa. Mao Zedong achou que a agricultura familiar dos camponeses tinha se tornado um obstáculo ao

desenvolvimento das forças produtivas socialistas e, por isso, resolveu acelerar a coletivização da agricultura.

Coletivização da Agricultura

Durante a reforma agrária (1949-1952), o Partido Comunista Chinês (PCC) incentivou a formação das equipes de ajuda mútua, em que dezenas de famílias camponesas do país se uniram para compartilhar mão de obra e animais de tração; as terras permaneceram como propriedades privadas. A partir de 1953 as equipes de ajuda mútua começaram a ser transformadas em cooperativas elementares, com 30 a 50 camponeses cooperados. As terras e os animais de tração foram entregues à cooperativa que, por sua vez, centralizou a decisão sobre as atividades produtivas. Desta forma os camponeses se tornaram operários rurais, cuja remuneração era baseada na “diária” ou nos “pontos de trabalho” (gongfen). Entretanto, aos camponeses foi permitido manter pequenos lotes de terra para uso próprio (geralmente 10% do total), onde cultivavam principalmente legumes para consumo e para serem vendidos em feiras rurais. Eles também tinham permissão para criar aves e animais no quintal das residências. Nessa etapa da socialização as autoridades prometeram que a cooperativa usaria uma parte da renda para pagar seus cooperados segundo as suas “ações”, ou seja, a quantidade de terra e o número de cabeças de gado entregues à cooperativa.

Ao “espremer” ao máximo os camponeses para acelerar a “acumulação socialista primitiva”, em 1953 o governo instituiu a política de “compra e venda única”, que obrigava os produtores a entregar seus excedentes para o Estado, na forma de cotas mínimas, fixas, contra pagamento também fixado antecipadamente. Sob esse sistema, mesmo nos anos de desastres naturais e de fome, os camponeses tinham obrigação de cumprir a cota de entrega ao Estado.

Em 31 de julho de 1955, numa reunião dos secretários dos comitês do Partido das províncias e municípios, Mao decidiu acelerar a coletivização no campo, afirmando que, nas condições da China, a coletivização agrícola devia vir antes da mecanização. Em função disso, as cooperativas elementares foram obrigadas a se transformar em cooperativas avançadas da produção agrícola, nas quais foi abolida a propriedade privada da terra e

dos animais de tração, como também foi suspenso o pagamento de dividendos aos “acionistas” (Xue, Su e Lin, 1975:149-150).

De fato, os camponeses não tiveram dificuldade para formar equipes de ajuda mútua, pois tinham tradição de solidariedade e apoio recíproco na produção, mas se desinteressavam pelas cooperativas, porque não queriam entregar as terras e os animais de tração. Deng Zhihui, vice-primeiro-ministro do governo e ministro do Trabalho Rural do Comitê Central do PCC, observou que o gado grosso (bois, cavalos etc.) fora socializado praticamente sem indenização e sem prazo de devolução. Também fora confiscado o gado miúdo (porcos, carneiros etc.). Então, para que não fossem entregues à cooperativa, houve uma onda de abatimentos dos animais. De acordo com os comentários de Deng Zhihui, “o gado das cooperativas escapava para longe, mas ninguém se importava em trazê-lo de volta; os barcos flutuavam no rio por quilômetros, ninguém se importava em ancorá-los nos cais. Cerca de 60% das cooperativas sofreram perdas de gado” (Ding, 1997).

A coletivização acelerada prejudicou os interesses dos camponeses. Mesmo numa boa colheita, o governo não aumentaria a parte do consumo dos camponeses, e nos anos de fome eles teriam de pedir “empréstimos” ao governo. Exceto em regiões atingidas pelas calamidades naturais, todas as cooperativas eram obrigadas a devolver os “empréstimos” e a cumprir as cotas do governo. Em consequência, os camponeses ficavam sem incentivos para produzir mais e melhor, na medida em que o Estado socialista eliminou, passo a passo, suas perspectivas de melhoria de vida.

Comunismo num Passo Só!

O período de 1958 a 1960 é geralmente definido pelos historiadores chineses como o tempo do Grande Salto para Frente. Ainda em 1956, sob a orientação de Mao Zedong, presidente do PCC, o jornal *Diário do Povo* – órgão porta-voz do Partido Comunista e do governo chinês – publicou um editorial, no dia 1º de janeiro, em que chamou o país para “edificar o socialismo de maneira mais rápida, melhor e mais econômica”. Em março de 1958, essa “linha geral” proposta por Mao foi aprovada pelo Comitê Central do PCC.

A expressão “grande salto” apareceu primeiramente no artigo editorial do Diário do Povo em 13 de novembro de 1957, afirmando que a cooperação agrícola havia criado a condição e a necessidade para realizar um “grande salto” na produção agrícola. O jornal clamou por “grandes saltos” em todos os setores da economia.

No final de 1957, no campo, os dirigentes do PCC começaram a mobilizar os camponeses para novas tarefas gigantescas de controle de águas e de irrigação. Os dirigentes do partido estavam confiantes de que a vontade e a força humanas podiam vencer todos os desafios naturais e técnicos. Em novembro de 1957, 70 milhões de pessoas trabalharam nas obras de conservação da água, em dezembro do mesmo ano, o número subira para 80 milhões. No final de janeiro de 1958, 100 milhões de camponeses tinham, presumivelmente, aberto 7,8 milhões de hectares de terras para obras de irrigação.

Entretanto, a coação quase militar ao trabalho nos projetos de irrigação gerou novos problemas sociais, à medida que os homens eram afastados das cooperativas para trabalhar longe de casa. Uma solução para esse problema era persuadir as mulheres do campo a assumirem um papel maior no trabalho agrícola fora do lar. Para tanto, era essencial liberá-las do trabalho doméstico, verificando-se tentativas de centralizar o cuidado das crianças e as tarefas domésticas, inclusive a preparação de refeições.

Em consequência, as cooperativas (de dezenas ou centenas de famílias) começaram a ser transformadas em grandes cooperativas com 5 a 6 mil famílias (ou seja, 20 a 30 mil pessoas). Em março de 1958, na conferência de Chengdu, Mao incentivou a formação das “grandes cooperativas” que centralizariam as atividades produtivas da zona rural, sobretudo o empreendimento industrial, a produção agrícola, o comércio, a educação e a formação da milícia.

Em abril de 1958, na região Cha-ya-shan, do distrito (xian) de Suiping, da província de Henan, 20 cooperativas avançadas se juntaram e formaram uma “grande cooperativa”, batizada inicialmente como “Fazenda Coletiva Sputnik”, semelhante às fazendas coletivas da União Soviética (no idioma russo, kolkhoze), com o nome escolhido em comemoração ao lançamento do satélite soviético Sputnik, em setembro de 1957. Em maio, a “Fazenda Coletiva Sputnik” foi rebatizada como “comuna popular de Cha-ya-shan”.

Mao elogiou o surgimento da comuna popular como “embrião do comunismo”. Em 9 de agosto discursou na província de Shandong: “As comunas populares são vantajosas. Uma das vantagens é unir cada setor – a indústria, a agricultura, o comércio, a educação e as milícias. Isto facilitará a direção [do Partido]”. Ele resumiu as características principais das comunas populares: a primeira, “grande”, e a segunda, igualitária (yi-da-er-gong). Nota-se que, em média, cada comuna consiste em 10 mil pessoas ou até 10 mil famílias; é administrada como se fosse um quarteirão militar, onde cada componente é um combatente efetivo, e recebe gratuitamente comida e roupa.⁸

“O comunismo é o paraíso e a comuna popular é a sua ponte” – eis o slogan que se espalhou por todo o país a partir do segundo semestre de 1958. No condado de Xushui, da província de Hebei, os quadros colocaram um slogan: “Entrar no comunismo num passo só!” Dias depois, o Diário do Povo publicou uma reportagem sobre o avanço do comunismo em Xushui e afirmou que

no futuro próximo, as comunas populares da região levarão o seu povo ao mais alto paraíso do céu. Isto é, a cada um, de acordo com a sua necessidade. Pular do reino da necessidade para entrar diretamente no reino da liberdade.

Devemos lembrar que não só Mao, mas também os outros líderes do Partido, como Liu Shaoqi (1898-1969), foram contagiados por essa euforia.⁹ Numa conversa com os visitantes da delegação do Partido Comunista Italiano, Liu disse:

Agora, em termos da distribuição de alimentos, a zona rural está praticando o princípio comunista “a cada um, de acordo com a sua necessidade”. A partir de 1963, a moradia e as roupas também serão distribuídas de acordo com a necessidade de cada um. Isto é o comunismo.¹⁰

Febre de Aço

Na indústria, o “grande salto” começou com a “febre de aço”. Apesar dos abalos e tumultos de 1956, a partir da segunda metade de 1957 o campo socialista estava em euforia. Em agosto a União Soviética lançou o

míssil balístico intercontinental (ICBM) e, em setembro, colocou em órbita, com êxito, o Sputnik, o primeiro satélite artificial do mundo. Em 6 de novembro de 1957, Khrushchev anunciou que, em 15 anos, a União Soviética ultrapassaria os Estados Unidos na produção de itens principais, como aço, petróleo, cimento etc. Mao Zedong fez sua segunda e última viagem a Moscou, participando da comemoração do quadragésimo aniversário da Revolução de Outubro. Em 18 de novembro de 1957, na Conferência de Moscou, dos representantes dos partidos comunistas (e trabalhistas) vindos de 64 países do mundo, Mao afirmou que “o vento do Oriente está prevalecendo sobre o vento do Ocidente”. Na esteira de Khrushchev, ele declarou que, em 15 anos, a China ultrapassaria a Inglaterra na produção de aço.

Em dezembro de 1957, a Comissão Nacional do Planejamento anunciou a meta de aço para 1958: 6,25 milhões de toneladas, um crescimento de 17% sobre 1957 (5,35 milhões de toneladas). Em junho de 1958, a mesma meta aumentou para 10,7 milhões de toneladas (100% sobre 1957).

© Arquivo Nacional e Registros Administrativos, China



O desastroso Grande Salto para Frente (1958-1960): uma tentativa de ampliar a produção com indústrias rústicas, inclusive fornos grosseiros de fundição.

Entretanto, a produção de aço do país foi de apenas 0,7 milhão de toneladas por mês até julho. De janeiro a julho de 1958, a produção total do país era de 4,5 de milhões de toneladas. O que fazer para atingir 100% de aumento?

Para cumprir a meta, Mao decretou a campanha do aço. O primeiro-ministro Zhou Enlai (1898-1976) dividiu os ministérios em oito grupos, cada um responsabilizado pela montagem dos fornos de aço no seu respectivo setor. No prédio da Comissão de Planejamento os funcionários

improvisaram um forno artesanal, cortaram os arames de ferro para produzir “aço”. No Ministério da Cultura as autoridades mobilizaram os artistas para vangloriar o “grande salto” e montar um forno de aço no quintal do prédio. O Ministério das Relações Exteriores também construiu um forno. A febre do aço contagiou, ainda, a madame Soong Ching-ling (a viúva do falecido revolucionário Sun Yat-sen), que também montou um forno no jardim de sua residência. Todas as faculdades na capital montaram fornos em seus campi.

Mais de 20 províncias da China estavam empenhadas na corrida para o aço. De acordo com o Diário do Povo, em sua edição de 12 de outubro de 1958, “na província de Henan, 6 milhões de pessoas estão fabricando o aço.” A agência de notícias Xinhua divulgou, no dia seguinte, que, em Sichuan, 8 milhões trabalhavam para os fornos de aço. O Diário de Yunnan anunciou, em 15 de outubro do mesmo ano, que em toda a província 3 milhões estavam envolvidos na fabricação do aço.

Segundo a notícia da agência Xinhua, em setembro de 1958 mais de 50 milhões de pessoas trabalhavam para a campanha de aço. Em outubro, 60 milhões de pessoas foram mobilizadas para fabricar aço. Em dezembro, mais de 90 milhões trabalhavam para os fornos de quintal. Se incluirmos a participação dos residentes nas cidades, dos funcionários do governo, dos alunos das escolas primárias e secundárias, bem como dos estudantes das faculdades e dos soldados do Exército, podemos afirmar que os envolvidos chegavam a 100 milhões, ou seja, um sexto da população chinesa (Jin, 1998:259-260).

Ciclos Mentirosos

Numa conferência de trabalho do Comitê Central do PCC, realizada em janeiro de 1958, na cidade de Nanning (a capital da província de Yunnan), Mao propôs a ideia dos “duplos planos”. São dois planos para o governo central: o “plano I” é obrigatório e divulgado oficialmente; o “plano II” é a expectativa da ultrapassagem do “plano I” e não é divulgado oficialmente. Seguindo os passos do governo central, as províncias também elaboram os seus planos “III” (obrigatório, com base no “plano II” do governo central) e “IV” (que é a expectativa da ultrapassagem do “plano III”). Seguindo as províncias, os distritos (diqu – cada um consiste em dezenas de condados)

e os condados (xian – cada um consiste em vintenas de comunas populares) terão planos “V” e “VI” e planos “VII” e “VIII”, respectivamente. Em consequência dessa inflação espiral de planos, as metas de produção se tornaram cada vez mais surrealistas.

Devemos admitir que a “intenção original” do presidente Mao não foi atizar um ciclo mentiroso; o que ele queria era “edificar o socialismo cada vez mais e mais rápido”. O que aconteceu foi que os “duplos planos” empurraram os quadros para a mentira. Para demonstrar esse “ciclo mentiroso” tomamos o caso da produção dos cereais. Na conferência de Nanning, em janeiro, foi definido o “plano I” da produção dos cereais, que era de 196 milhões de toneladas para 1958 (5,9% sobre 1957); em março, numa outra conferência de trabalho do PCC, realizada na cidade de Chengdu (a capital da província de Sichuan), foi definido o “plano II”, que elevou essa meta para 215,8 milhões de toneladas (16,6% sobre 1957). Os governantes locais também fizeram novos aumentos. No nível de condados, a meta de produção de cereais para 1958 foi-se acumulando, até 60% ou 70% de aumento em relação ao ano anterior.

Em relação à meta de algodão para 1958, no “plano I”, ela foi fixada em 1,75 milhão de toneladas (6,7% sobre 1957). Em março, foi proposto o “plano II”: 2,05 milhões de toneladas (24,8% sobre 1957). Em maio a meta foi novamente modificada; desta vez aumentou para 2,4 milhões de toneladas (47% sobre 1957). No nível local a meta de algodão para 1958 chegou a 3,5 milhões de toneladas (114% sobre 1957).

Em consequência desse “ciclo mentiroso”, todos os 2 mil condados da China soltaram os seus sputniks – relatos fantasiosos, tão fantásticos, como se fossem o lançamento do Sputnik na União Soviética. O Diário do Povo disse que a produção de trigo alcançou 54,9 toneladas por hectare (cabe ressaltar que, em 1957, a produção média de trigo era de apenas 3 toneladas por hectare). No caso do arroz, a província Hubei anunciou que a produção atingira 277,5 toneladas por hectare (até hoje a produção de arroz ainda é menor que 7,5 toneladas por hectare). Logo em seguida, a província Anhui anunciou que a produção de arroz por hectare atingira 322,5 toneladas (Ding, 1997).

Além do Diário do Povo e os outros jornais do país, o estúdio dos documentários do Comitê Central também era uma fonte dos “sputniks mentirosos”. O estúdio lançou um documentário intitulado O fervor de

Guangxi, no qual mostrou o espetáculo das colheitas do condado de Luocheng – uma região subdesenvolvida do sudoeste da China – que acabara de “soltar um sputnik” segundo o qual teria colhido 975 toneladas de arroz em apenas um hectare de terra.

Para se ter uma ideia sobre o tamanho da mentira, basta fazer um simples cálculo: em 1958, a China tinha cerca de 5 milhões de hectares de plantação de arroz. Se fosse verdadeira a colheita sputnik de Luocheng, no ano de 1958 o país teria colhido 4,875 bilhões de toneladas de arroz (multiplicando 975 por 5 milhões) – o que seria 24 vezes mais do que a safra de todos os tipos de grãos do país (em 1958, a China produziu apenas 200 milhões de toneladas de grãos).

A euforia durou vários meses, enquanto os números astronômicos da produção relatados pelos quadros rurais eram multiplicados pelos líderes provinciais antes de serem enviados a Pequim. Os números da produção tinham sido desastrosamente inflacionados. O Partido, percebendo as mentiras, anunciou em agosto a meta de 375 milhões de toneladas de grãos para o ano de 1958, e em outubro, ela seria revisada e reduzida para 250 milhões. Em 1983 as autoridades chinesas aceitaram que a produção real de 1958 era em torno de 200 milhões de toneladas.

Porém, o ciclo mentiroso já estava em pleno vapor. Nenhum funcionário do Partido Comunista ousara questionar os números por medo de ser rotulado de “direitista” ou “derrotista”. Além disso, muitos dos economistas e sociólogos haviam sido condenados a “reeducação” durante a Campanha Anti-direitista de 1957, e, portanto, não estavam em condições de anunciar palavras de cautela. Num círculo concêntrico, as mentiras se tornaram cada vez mais verdadeiras e as verdades, cada vez mais distantes.

Grande Fome

Enquanto Mao estava reprimindo os críticos do Grande Salto, os camponeses de todo o país já estavam famintos em suas aldeias.

A quantidade média de grãos disponível para cada pessoa no campo, que fora de 205 quilos em 1957 e 201 quilos em 1958, caiu para desastrosos 183 quilos em 1959, e catastróficos 156 quilos em 1960. Em 1961, a média de produção caiu de novo, desta vez para 154 quilos. O resultado foi uma fome em escala gigantesca, que ceifou cerca de 20 milhões de vidas entre

1959 e 1962. Muitos outros morreram pouco depois, em razão dos efeitos do Grande Salto, sobretudo crianças, enfraquecidas por anos de desnutrição. Na China de 1957, a idade média dos que morriam era de 17,6 anos; em 1963, caíra para 9,7 anos. Em outras palavras, metade dos que morreram naquele ano tinha menos de 10 anos de idade. O Grande Salto para Frente acabou se tornando um grande salto para trás (Spence, 1996:550).

A fome arrasou todo o país, de norte a sul. Em abril de 1961, quando Liu Shaoqi viajou para a sua terra de origem – o condado de Ningxiang, da província de Hunan – ficou sabendo que a fome matara um filho da sua irmã em 1960, o pior ano do Grande Salto, quando os camponeses do condado só tinham cascas de árvore para se alimentar. Alguns aldeões contaram a Liu Shaoqi que, na vila onde nascera, muitas pessoas haviam morrido ou desertado da roça para mendigar nas cidades.

Para investigar a gravidade da fome, tomamos o caso da província de Anhui, uma das mais atingidas do país. De acordo com as estatísticas oficiais, em 1959 a população de Anhui era de 34,2 milhões; no final de 1961 este número diminuía para 29,8 milhões (tabela 3). No distrito de Fengyang, cuja situação foi particularmente grave, entre 1959 e 1960, 60.245 pessoas morreram – 17,7% de uma população de 335.698; 8.404 famílias pereceram, 27 aldeias se tornaram comunidades de fantasmas (MacFarquhar, 1997:1).

Tabela 3: Província de Anhui: a produção dos grãos e a população (1957-1962)

Ano	Grãos (milhões de toneladas)	População
1957	10,27	33.370.244
1958	8,845	33.941.565
1959	7,01	34.265.037
1960	6,746	30.425.058
1961	6,29	29.876.855
1962	6,707	31.335.852

Fonte: Bureau de Estatística da Província de Anhui (1989). 40 anos de Anhui: Relatório Estatístico da Província de Anhui (Anhui Sishi Nian), 1989: 40, 102, 123.

A província de Henan também foi abalada pela fome: cerca de 2 milhões de pessoas morreram, como ilustra a tabela 4 (Su, Luo e Chen, 1988:390). No município (diqu) de Xinyang, que tinha 10 distritos sob a sua jurisdição, quase 1 milhão de pessoas morreram de fome. Para manter os refeitórios comunais, os quadros procuravam os grãos escondidos pelos camponeses. De novembro de 1959 (o início da fome generalizada) até

julho de 1960, os quadros prenderam 10 mil pessoas, e 700 delas morreram de fome nas casas de detenção (Su, Luo e Chen, 1988:390).

O “caso de Xinyang” se tornou tão grave que, em 1961, o Comitê Regional do Partido foi obrigado a relatar ao Comitê Central as perdas da colheita, a fome, a desnutrição, a mortandade e a fuga da população. Segundo este relatório, 80 mil pessoas morreram num condado e 100 mil morreram em outro até a primavera de 1960. Na comuna popular de Chaya-shan (do condado de Suiping), a primeira comuna popular do país, 4 mil camponeses morreram – cerca de 10% da população total da comuna.¹¹

Tabela 4: Número total de mortes em algumas províncias (1957-1960)

Ano	Jiangsu	Hunan	Hubei	Henan	Guangxi	Gansu
1957	424.500	370.059	290.600	572.000	261.785	142.041
1960	785.900	1.068.118	670.300	1.908.000	644.770	538.479

Fonte: MacFarquhar, 1997:3.

Para resolver a crise e enfrentar as atividades “contrarrevolucionárias” provocadas pela fome, uma força-tarefa de 4.633 oficiais (entre eles, 359 do governo central) foi enviada para Xinyang. Em 1962 os dirigentes de Xinyang foram demitidos dos cargos e os principais responsáveis receberam a pena de morte.

Mesmo nas províncias menos afetadas, como Hubei, morreram doentes, idosos e bebês (tabela 4). Autoridades das brigadas de produção autorizavam os camponeses a mendigar. Os revoltosos saqueavam os armazéns públicos, que tinham de ser defendidos por tropas do governo especialmente enviadas para esse fim.

A província de Sichuan, a mais populosa do país, também sofreu quedas dramáticas de população. Em 1957 sua população chegou ao pico: 70.810.100 habitantes, que foram reduzidos a 64.591.800 em 1961.

Em 1957 a população cresceu numa velocidade de 100.217 pessoas por mês. Em 1962, quando o país começou a se recuperar do Grande Salto, o crescimento mensal era 72.219 pessoas. Em 1957 a taxa de natalidade era de 170.744 nascidos por mês, em 1962 esse número tinha caído para 151.091 (Mac Farquhar, 1997:2).

Em Pequim, a capital do país, uma cidade privilegiada, a taxa anual de óbitos subiu de 320 mil, em 1957, para 790 mil, em 1960. Nos piores momentos, os funcionários do jornal Diário de Pequim e os jornalistas da

agência de notícias de Xinhua tinham apenas folhas de milho para se alimentar. Muitas pessoas sofreram edemas causados pela desnutrição. Os principais líderes do país também demonstraram sua vontade de sofrer junto ao povo. Mao retirou a carne do seu cardápio por cerca de sete meses em 1960; os outros dirigentes, como Zhou Enlai e Liu Shaoqi, também não consumiram carne nesse período.

Vale a pena mencionar que, nos campos de concentração (os gulags chineses), os prisioneiros enfrentaram condições muito piores que em qualquer outro lugar do país. A estimativa é de que 20% dos presos tenham morrido de fome entre 1959 e 1961 (Ding, 1995:361-362). Um aluno do Instituto de Estudos Étnicos do Noroeste, Sha Yunqing, foi acusado de “direitista” em 1957, condenado a 15 anos de prisão no início de 1958 e cumpria pena numa cadeia da província de Qinghai. Durante a grande fome, dos 25 prisioneiros da cela, só sobreviveram ele e um outro preso (Ding, 1997).

Afinal, quantas pessoas morreram em todo o país? De acordo com a estatística oficial (final de cada ano), a população total, em 1959, era de 672,07 milhões; em 1960 era de 662,07 milhões e 658,59 milhões em 1961. Por isso, nos relatórios oficiais, a perda da população entre 1959 e 1960 foi de 10 milhões, e entre 1960 e 1961 a perda foi de 3,48 milhões. Os analistas ainda debatem sobre as estimativas da mortalidade – de 17 a 40 milhões – sem conclusão final (Banister, 1987:85). A revista americana *Population and Development Review* publicou um artigo em dezembro de 1984 intitulado “Famine in China: 1958-61”, em que os autores Basil Ashton e colaboradores mencionaram mais três estimativas: 23, 27 e 30 milhões (Ding, 1997).

Desastre Humano

Em 1º de julho de 1958, no 37º aniversário do Partido Comunista Chinês, todos os jornais do país publicaram a promessa de Mao: “No futuro breve, em todo o país, cada pessoa receberá cerca de 500 kg de grãos alimentícios por ano, 50 kg de carne suína por ano, 10 kg de óleo culinário e 10 kg de algodão [...]”. Mao não disse quão breve seria esse futuro “comunismo de goulash”.¹² Ao contrário, em menos de dois anos ele levou o país a uma grande fome, que ceifou milhões de vidas.

Por que faltou a comida?

Primeira causa – Com a dedicação da população aos fornos de aço e às obras de conservação da água, as plantações deixaram de ser colhidas por falta de mão de obra. Em 12 de outubro de 1958, o Diário do Povo alertou:

Agora, o algodão já floresceu; em algumas regiões já está maduro. Exceto em pouquíssimos lugares, a maioria absoluta das regiões ainda não colheu nada. É uma situação muito grave. Se chover, estará perdida toda a colheita.

O jornal fez o alerta, mas não conclamou os camponeses a suspenderem a fabricação de aço e voltarem para a colheita; ao contrário, disse: “A tarefa mais importante ainda é implementar corretamente as políticas do presidente Mao de agarrar o aço com uma mão, e a agricultura com a outra” [grifos nossos].

Lembrou o então vice-ministro das Obras Hidráulicas, Li Baohua (cf. Ding, 1997:135):

Viajei para a represa d’água de Miyun [no subúrbio de Pequim]; no caminho vi os fi os de algodão voando ao vento, cobrindo todo o céu, como se estivesse nevando. Estávamos sem colhedores porque todos os camponeses foram fabricar o aço e montar os diques. Foi uma boa produção sem boa colheita.

Os fornos de aço e as obras hidráulicas fi zeram milhões de camponeses se afastar das atividades agrícolas. Tomamos o exemplo da província de Shanxi. No campo, a maioria da mão de obra masculina se afastou do cultivo, deixando apenas mulheres, crianças e idosos para cuidar da plantação. As outras províncias também se encontravam na mesma situação. No condado de Tongwei, da província Gansu, em junho de 1958 foram recrutados 23 mil camponeses para realizar obras hidráulicas, 13 mil para trabalhar nos fornos de aço e, em consequência, mais de 30% da mão de obra foi afastada das lavouras. Em setembro 50 mil camponeses foram convocados para trabalhar nas obras de conservação da água e, em outubro, mais de 25 mil para reforçar os diques. No final só restaram as mulheres, as crianças e os idosos para colher os frutos do trabalho. A plantação de trigo do inverno não foi colhida por falta de mão de obra. Quando o ministro Peng Dehuai visitou uma aldeia, só encontrou um idoso para informar sobre a situação (Ding, 1997).

Segunda causa – A luta pelo poder, que culminou no expurgo do ministro da Defesa Peng Dehuai, e a conseqüente campanha nacional contra o “oportunismo da direita” impediram a correção dos “desvios para a esquerda”, agravando os problemas da coletivização forçada e as crises no campo. Desde o início de 1958 o ministro da Defesa, marechal Peng Dehuai (1898-1974), visitou vários lugares do país e testemunhou os desastres causados pelo Grande Salto para Frente. O próprio Mao também percebeu alguns “desvios” e permitiu algumas tentativas de restringir as comunas e voltar ao planejamento central antes mesmo da reunião do Comitê Central, em Wuhan, em dezembro de 1958. No início de 1959, algumas comunas já estavam voltando a suas formas cooperativistas anteriores e, em algumas regiões, lotes particulares foram novamente distribuídos para famílias individuais. Em julho de 1959 uma conferência nacional dos altos dirigentes foi convocada por Mao, para solucionar os problemas no campo. Nessa reunião, realizada em Lushan (na província de Jiangxi), um famoso ponto turístico da China, Mao enfrentou muitas críticas. Peng Dehuai criticou o programa extremista de Mao e expressou sérias dúvidas acerca dos números da colheita de grãos que haviam sido anunciados para 1958; numa carta particular que entregou a Mao em Lushan, Peng explicou suas preocupações sobre as crises no campo e seu efeito negativo sobre a nação. Nesta carta Peng também apontou o “aventurismo burguês” do Grande Salto.

Em vez de tratar a carta como uma comunicação particular de um companheiro, Mao fez com que ela circulasse para todos os quadros presentes e lançou uma denúncia pessoal contra Peng, acusando-o de formar uma “camarilha oportunista de direita” e de “atividade antipartidária”, apesar de nunca ter existido qualquer prova concreta contra o marechal. Peng foi removido de todos os cargos oficiais e colocado em prisão domiciliar. Em setembro foi lançada uma campanha nacional de repressão aos “oportunistas da direita”, ou seja, os supostos seguidores de Peng Dehuai. Em conseqüência, o país perdeu a melhor oportunidade para corrigir os erros do Grande Salto.

Terceira causa – Em lugar de corrigir o radicalismo como fora planejado antes da reunião de Lushan, Mao expurgou milhares de quadros que mantiveram opiniões críticas, condenando-os como “oportunistas da direita” e insistiu no radicalismo socialista, empurrando o país para o precipício. Em fevereiro de 1960, o Comitê Central mandou consolidar os

refeitórios comunais, ora definidos como a “frente do socialismo”. Antes da mencionada reunião de Lushan, na província de Shanxi, apenas 20% da população faziam refeições nos refeitórios comunais; em 1960 quase 90% da população rural dessa província foram obrigados a comer nos refeitórios públicos, incluindo os moradores das montanhas. Até abril de 1960, 89% da população, em 14 províncias, aderiram aos refeitórios.

Os camponeses atravessavam rios e montanhas só para fazer refeições. O vice-ministro do Trabalho Rural do Comitê Central do Partido, Gao Yang, que fora acusado de “oportunista da direita” e condenado a trabalhar numa fazenda na província de Guizhou, no sudoeste da China, lembrou (Ding, 1997):

Minhas duas filhas me acompanhavam nas jornadas para os refeitórios populares. Atravessávamos os morros e, quando chegávamos ao local, enfrentávamos filas gigantescas. Depois de horas de espera, trazíamos de volta para casa apenas uma panela de sopa de tofu.

Para agravar ainda mais a situação, em janeiro de 1960, na reunião de Xangai, o Comitê Central decidiu reforçar o igualitarismo e a grandiosidade das comunas populares por meio da chamada “igualação e centralização” (yi-ping-er-diao). O PCC tentou “igualar” as riquezas entre as comunidades mais abastadas e as mais carentes, tirando os recursos das mais ricas para ajudar as mais pobres. Pela “centralização” o PCC permitiu às comunas populares centralizarem os recursos das equipes de produção, o que, na verdade, era uma medida de confisco das comunidades rurais. Em consequência, além dos camponeses, os dirigentes das aldeias também perderam o interesse pela coletivização.

Para resumir, citamos a crítica do escritor Zhao Shuli, que testemunhou as graves consequências da coletivização forçada. Em agosto de 1958, Zhao escreveu uma carta para os dirigentes da província Shanxi:

Entramos no socialismo, mas faltam-nos a comida, as lenhas e o dinheiro... Trabalhamos muito mais do que antes, mas a vida se tornou cada vez mais difícil. Quem queria o socialismo? Quem se interessaria na produção coletiva?

Modelo de Anhui

A partir de junho de 1960, Zhou Enlai começou a discutir com os ministros sobre a falta de grãos. Na época, as cidades de Xangai, Pequim, Tianjin e Shenyang só tinham estoques para poucos dias e, em alguns locais, só havia reserva para um dia. O vice-primeiro-ministro Chen Yun (1905-1995) sugeriu importar os grãos, e a sua proposta foi aprovada por Zhou Enlai. Por questões ainda não conhecidas, só no fim do ano Mao deu o sinal verde para a importação.

Em dezembro de 1960, Zhou Enlai decidiu importar 1,5 milhão de toneladas de trigo do Canadá e da Austrália, e Chen Yun aumentou a importação para 2,5 milhões de toneladas (no final de 1961, a China importou 5,8 milhões de toneladas do cereal). O primeiro navio de trigo chegou ao porto de Tianjin no início de 1961, e cerca de 1.200 caminhões haviam sido anteriormente importados para o transporte e distribuição do produto.

Os grãos importados sustentaram a população urbana do país por mais de quatro meses, até junho de 1961, quando chegou a nova colheita. A importação do trigo aliviou a fome apenas nas cidades, mas não resolveu o problema no campo. Para aumentar a produção, era preciso devolver a liberdade aos camponeses e incentivá-los a produzir mais.

Desde 1955 os camponeses já vinham reivindicando a “terra da responsabilidade”, que consistia em cada família cooperada cultivar uma determinada área de terra da coletividade, entregar uma parte da colheita para a comuna e ficar com o resto.

Em 1960, no condado de Suxian, da província de Anhui, um velho aldeão de 72 anos pediu ao secretário da comuna para deixá-lo trabalhar individualmente. O pedido foi acolhido. Na colheita do outono, além de garantir o próprio consumo, o velho entregou para a sua comuna 900 quilos de grãos e um valor de 60 yuans da venda de aves e porcos.

O primeiro-secretário de Anhui, Zeng Xisheng, era fanático pelo Grande Salto mas, depois da morte de quase 2 milhões de camponeses, mudou a posição. Em agosto de 1960, numa reunião com os secretários dos distritos e condados, Zeng propôs a distribuição das “terras salva-vidas”, o que significava distribuir uma parte das terras da comuna para os camponeses cultivarem e se alimentarem.

Do fim de 1960 ao início de 1961, Anhui foi a primeira província do país a praticar “três liberdades e um contrato” (san-zi-yi-bao): feira livre,

lotes particulares de terra, lucros e perdas por conta própria e contratos de produção familiar. Zeng Xisheng fez uma investigação e descobriu que, nas equipes de produção que “emprestaram” terras para os camponeses plantar, a produção aumentou 39% em relação a 1960; nas equipes que não fizeram a experiência, o aumento foi de apenas 12%. Os camponeses que plantaram individualmente trabalharam menos e colheram mais. Assim, Zeng ficou convencido das vantagens que a produção familiar apresentava e manteve a experiência. Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e Chen Yun também apoiaram a ideia da produção familiar sob contratos.

Mao sabia que os camponeses preferiam contratos de produção individual, mas achou que a prática seria uma “restauração capitalista”. No final de 1960, reconhecendo a gravidade do problema, Mao começou a moderar as suas políticas radicais. Em 3 de novembro ele propôs “12 pontos”: a propriedade coletiva até o nível das equipes de produção; as equipes como as unidades básicas de contabilidade; a devolução total para as equipes dos recursos confiscados pelas comunas populares durante a “igualação e a centralização”; a distribuição segundo o trabalho de cada um; pequenos lotes de terra para os camponeses etc. No entanto, como já dito, Mao considerava os contratos de produção familiar uma “restauração do modo de produção capitalista”. Na “Reunião de 7 mil” [de 7 de janeiro a 7 de fevereiro de 1962], Mao expurgou Zeng por “representar os interesses dos camponeses ricos” e por “praticar o capitalismo e o revisionismo” (Ding, 1997).

O ano de 1962 é geralmente considerado o início do “racha” entre o Partido Comunista e o seu líder, Mao Zedong. Em fevereiro de 1964, Mao disse a Kim Il Sung, líder máximo da Coreia do Norte que estava visitando a China:

No início de 1962, dentro do nosso Partido, alguns reivindicaram “três liberdades mais um contrato”, os seus propósitos eram dissolver a economia coletiva e derrubar o sistema socialista.[...] Essas pessoas são membros do Comitê Central, secretários do Partido, vice-primeiros-ministros. Elas têm seguidores em cada ministério, cada província e cada comitê local.

Consequências Políticas do Grande Salto

Por causa da resistência dos camponeses, dos erros do Comitê Central do Partido e, sobretudo, do presidente Mao, o Grande Salto para Frente se transformou em grande fome, um dos maiores desastres humanos da história chinesa. A partir do segundo semestre de 1960, Mao, relutantemente, abandonou a ilusão de que a China poderia se tornar uma superpotência de um dia para o outro.

Com o Grande Salto, Mao esperava que os esforços sobre-humanos do povo chinês pudessem tirar o país da pobreza, mas os seus erros políticos e econômicos levaram o país à catástrofe. O fracasso do Grande Salto para Frente mudou o pensamento da maioria dos dirigentes acerca do tipo de desenvolvimento que o país deveria buscar. Liu Shaoqi, presidente do governo, aparente sucessor de Mao, havia se alistado sob a bandeira de Mao e ajudou-o a expurgar o ministro da Defesa, Peng Dehuai, durante a Reunião de Lushan, em julho de 1959. Mas depois da morte de milhões de camponeses (inclusive de seu sobrinho), Liu acordou da “febre” e se tornou líder da ala pragmática do Partido.

Vale lembrar que o Grande Salto para Frente foi um plano político e econômico lançado num momento de grandes crises no campo socialista, causadas pelo “relatório secreto” de Khrushchev contra Stálin, no XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956. Em resposta ao “novo revisionismo” de Khrushchev, Mao implementou uma série de políticas radicais, como a Campanha das Cem Flores, em 1957, e o Grande Salto para Frente, em 1958. A partir de 1960, Pequim e Moscou empenharam-se em polêmicas acerca de uma gama de assuntos nacionais e internacionais, quando Mao começou a desafiar abertamente a competência de Khrushchev para ditar as políticas do socialismo mundial.

O colapso do Grande Salto para Frente e o conseqüente colapso da utopia coletivista na China tiveram um impacto profundo sobre o pensamento do presidente Mao. Fracassado na transformação material da China, ele começou a concentrar toda a sua energia para lutar contra o “revisionismo” representado por Liu Shaoqi e a maioria dos quadros do Partido. Desde 1962 o PCC e seu presidente começaram a se distanciar. Mao começou a preparar uma revolução cultural para preservar a vitalidade da revolução chinesa e exorcizar o “revisionismo” e seus seguidores no interior do PCC. O armagedon iria acontecer em 1966, quando Mao lançaria a Revolução Cultural.

4. Mao, Guardas Vermelhos e a Revolução Cultural

Quando lançou o Grande Salto para Frente, em 1958, Mao promoveu o marechal Lin Biao a uma das vice-presidências do Partido, para contrabalançar os outros dirigentes. Quando o ex-ministro da Defesa Peng Dehuai contestou Mao sobre os excessos do Grande Salto para Frente e a consequente fome em 1959, o apoio firme de Lin impediu que outros ousassem tomar o lado de Peng. Mao, então, colocou Lin no lugar de Peng. Lin promoveu o culto à personalidade de Mao, especialmente no Exército, criou o Pequeno livro vermelho, uma coleção de citações muito curtas do líder, para servir de mecanismo de doutrinação. Na “Reunião de 7 mil”, em 1962, Lin salvou a pele do chefe ao defender o equivalente à infalibilidade papal para Mao. Depois disso, quando este estava preparando o terreno para o grande expurgo, Lin continuou a fazer do Exército o bastião do culto a Mao.

Portanto, no início da década de 1960, apesar de todos os desastres que tinha causado, Mao era ainda o líder supremo da China, idolatrado pela população. Mas, como eram os dirigentes pragmáticos que governavam de fato o país, havia uma relativa liberdade artística e cultural. Após longa hibernação, surgiu uma série de peças teatrais, óperas, filmes e romances. Ninguém criticava abertamente o Partido, e eram raros os temas contemporâneos. Nessa época, Mao estava na defensiva, e voltava-se cada vez mais para sua esposa, Jiang Qing, que tinha sido atriz na década de 1930. Mao fez dela sua chefe de polícia, para reprimir a cultura em todo o país. Foram escolhidos como pontos de despejo os setores da cultura e da educação, que se encontravam sob controle dos seus rivais.

A ofensiva do casal começou a partir da nova peça histórica Demissão do mandarim Hai Rui, escrita pelo historiador Wu Han, que ocupava a pasta de vice-prefeito de Pequim. O protagonista desse drama era Hai Rui (1514-1587), um mandarim da dinastia Ming (1368-1644), que arriscava a própria vida para protestar junto ao imperador em favor do povo simples sofredor e foi demitido e eLivros. Mao desconfiara de que o mandarim da dinastia Ming estava sendo usado para representar o marechal Peng Dehuai, ex-ministro da Defesa, que em 1959 se manifestara contra sua desastrosa política no Grande Salto para Frente (1958-1960). Jiang Qing

tentou fazer com que denunciassem a peça, mas, quando conversou com os ministros da Cultura e da Propaganda, eles recusaram-se a publicar as críticas escritas por Yao Wenyuan, assessor de Jiang.¹³ Mao interpretou a reação das autoridades do Partido à sua convocação para uma caça às bruxas como uma indicação de que a lealdade deles estava enfraquecendo. Percebeu que estava isolado de seus súditos pelo sistema do Partido, que vinha sendo o intermediário entre ele e o povo. Mao sentiu-se ameaçado. Viu-se como um Stalin, na iminência de ser denunciado ainda vivo por um Khrushchev.

Mao decidiu desfechar um ataque preventivo e destruir o homem a quem via como o “Khrushchev da China”, Liu Shaoqi (o presidente do Estado) e seus associados, como Deng Xiaoping (secretário-geral do PCC) e Peng Zhen (prefeito de Pequim, membro do Politburo). Qualificou sua ofensiva de “Grande Revolução Cultural Proletária”. Tomou o controle do Diário do Povo, depois de expurgar Deng Tuo, o editor-chefe do jornal, que havia se aliado a Peng Zhen. Em seguida, condenou Wu Han e, com isso, obrigou Peng Zhen a renunciar a seu cargo na prefeitura de Pequim. Reorganizou sua própria cadeia pessoal de comando, que operava fora do aparato do Partido – o Pequeno Grupo Dirigente do Comitê Central para a Revolução Cultural (zhong-yang wenge xiaozu, abreviado doravante GDRC). Nomeou Chen Boda (seu secretário político) chefe do GDRC e Jiang Qing, vice. Nomeou também Kang Sheng – o chefe de sua polícia secreta – assessor do GDRC.¹⁴

Mao voltou-se para os meios de comunicação, sobretudo o Diário do Povo, que despejou sobre o país um editorial após outro, reafirmando a “autoridade absoluta” do presidente Mao, chamando os jovens para “varrer os diabos e demônios” e mobilizando a população para a Revolução Cultural. Mao denunciava os “intelectuais burgueses” por envenenarem a mente dos jovens com lixo capitalista. “Não podemos mais deixar que a classe burguesa domine nossas escolas!”, disse Mao em 16 de maio de 1966, no Diário do Povo. Ele apontou a necessidade de identificar e desmascarar os agentes da burguesia infiltrados no PCC, inclusive na sua mais alta direção – pessoas do tipo Khrushchev, que estariam prestes a usurpar o poder do proletariado.

Inspirado pelo “discurso de 16 de maio”, a sra. Nie Yuanzi, comissária política do Departamento de Filosofia, reuniu cinco professores da

Universidade de Pequim (Beida) e, juntos, colocaram um dazibao¹⁵ em 25 de maio de 1966 e criticaram a reitoria por proibir as manifestações estudantis, tratar as lutas ideológicas como se fossem simples debates acadêmicos e atrapalhar as lutas de classe para proteger os inimigos do socialismo. Repetindo o discurso de Mao, o dazibao chamou os jovens intelectuais para se libertarem das algemas dos revisionistas e levarem a cabo a revolução socialista.

O dazibao causou um grande impacto na Universidade de Pequim. Surgiram mais de 1.500 dazibaos respondendo ao de Nie Yuanzi. Liu Shaoqi e Zhou Enlai, que estavam na “primeira linha do comando”, criticaram Nie Yuanzi por ter disparado tiros sem esperar a ordem dos superiores, portanto atrapalhando o plano do Partido. Kang Sheng, o chefe da polícia política, que estava apoiando os radicais, imediatamente recorreu a Mao, que viajara ao sul do país observando os bastidores. Mao mandou a imprensa divulgar o dazibao de Nie Yuanzi. Em 1º de junho, a rádio Central do Povo transmitiu o conteúdo do dazibao. No dia seguinte, o jornal Diário do Povo (o porta-voz do Partido) publicou o documento e apontou a direção da Beida como “revisionista”, “antipartidária” e “antissocialista”. O jornal chamou as massas para destruir, sem piedade, as “quadrilhas reacionárias” infiltradas no interior do Partido Comunista. A partir daí, a Beida tornou-se o foco de atenção do país.

Os debates políticos também envolveram alunos secundários de Pequim. No Colégio Secundário da Universidade de Qinghua os alunos criticaram a direção da escola que, por sua vez, proibiu os debates e ameaçou punir com rigor quem desobedecesse a ordem. Os alunos reagiram denunciando os dirigentes como “revisionistas”. Em 29 de maio de 1966, oito alunos ativistas do colégio se uniram e fizeram um juramento (Ding, 1998:13):

Somos guardas do poder vermelho. O Partido e o presidente Mao são nossas encostas. Libertar toda a humanidade é nossa missão. O pensamento de Mao é nosso supremo guia. Para defender o Partido e o grande presidente Mao Zedong, lutaremos até a última gota de sangue.

Surgiu, assim, o primeiro grupo dos guardas vermelhos. O mais velho do grupo estava com 19 anos, e o mais novo tinha apenas 13 anos de idade (Ding, 1998:11-15). Em 2 de junho esses alunos colocaram um dazibao no colégio, com a assinatura “Guarda Vermelho”, conclamando todos a

“defenderem a autoridade absoluta do pensamento de Mao” e “lutar até morrer pela Revolução Cultural Proletária”. Logo os alunos dos outros colégios secundários de Pequim também organizaram grupos próprios de “guardas vermelhos”. Com forças explosivas, esses adolescentes idealistas e zelosos começaram a estrear na arena política do país.

Mao intensificou a aterrorização da sociedade. Escolheu, como seu primeiro instrumento de terror, jovens das escolas e universidades, os viveiros naturais de ativistas. Os estudantes foram instruídos a condenar seus professores e os encarregados da educação, porque envenenavam suas cabeças com “ideias burguesas” e os perseguiram com provas e exames, que a partir de então foram abolidos. A fim de garantir a total disponibilidade dos estudantes para levar adiante seus desejos, Mao mandou encerrar as aulas a partir de 13 de junho. Em 18 de junho, Nie Yuanzi e os estudantes montaram um palanque de comícios na Universidade de Pequim e amarraram mais de 40 dirigentes, funcionários e professores. Colocaram chapéus de burro na cabeça dos reitores e vice-reitores, pintaram seus rostos, penduraram placas nos pescoços e fizeram-nos desfilar. Forçaram-nos a ajoelhar-se, alguns foram espancados e as mulheres foram sexualmente molestadas. Foi o primeiro caso do “terror das massas” da Revolução Cultural. Rapidamente, nos colégios primários e secundários, e nas instituições do ensino superior, surgiram ondas de luta contra os reitores e professores, paralisando as organizações do Partido nesses setores. Muitas vítimas não suportavam torturas e humilhações públicas e se suicidavam.

Agitações políticas e violências também aconteceram em outras instituições de ensino superior. Na Universidade de Qinghua, Kuai Dafu, aluno do curso de engenharia química, também colocou dazibaos criticando a direção “revisionista”.¹⁶ Em 20 de junho, sob o incentivo de Jiang Qing, vice-chefe do Grupo Dirigente da Revolução Cultural (GDRC), os alunos começaram a lutar contra as equipes de investigação enviadas por Liu Shaoqi, que pretendia lançar uma campanha de repressão contra os agitadores. Os investigadores prenderam Kuai Dafu, o principal líder dos rebeldes. Kuai foi condenado como “direitista” e “contrarrevolucionário” e, com ele, 50 alunos foram condenados como “integrantes da quadrilha Kuai Dafu”; 500 pessoas sofreram advertências. Sob pressão, duas pessoas se suicidaram. Em protesto, Kuai Dafu entrou em greve de fome.

A ditadura dos investigadores durou 50 dias. No final de julho de 1966, depois de oito meses de ausência, Mao retornou a Pequim. Ele logo manifestou seu apoio aos estudantes. Em 24 de julho Mao criticou Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, e mandou retirar todas as equipes de investigação. No dia seguinte, Chen Boda elogiou a luta violenta de Nie Yuanzi contra as autoridades da Beida; Jiang Qing condenou as equipes de investigação enviadas por Liu Shaoqi e Zhou Enlai. Em 29 de julho, no Palácio do Povo, o GDRC organizou uma conferência dos guardas vermelhos das faculdades e colégios de Pequim. Convidou o líder rebelde de Qinghua, Kuai Dafu, para a conferência e recebeu-o como herói nacional. Em consequência, a conferência se transformou num comício de luta contra as equipes de investigação, o que obrigou Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e Zhou Enlai a se autocriticarem.

Cabe lembrar que, no meio do fogo cruzado, as equipes de investigação tomaram medidas vingativas contra os alunos rebeldes. Segundo uma estimativa, na cidade de Pequim cerca de 10 mil alunos haviam sido condenados como “direitistas”. Nos outros centros urbanos, a repressão era muito mais severa. Os métodos repressivos das equipes de investigação lembravam a Campanha Anti-direitista de 1957. Quando souberam da ordem de Mao para dissolver as equipes de investigação, todos os alunos se sentiram aliviados e libertados desse pesadelo.

Assim, Mao não só inocentou os alunos que haviam sido rotulados como “direitistas” pelas equipes de investigação, como também lhes conferiu o direito de rebelião contra toda a ordem sociopolítica.

Queremos Ver o Presidente Mao!

Mobilizados pelas máquinas de propaganda de Mao, porém impotentes diante das autoridades repressoras, os alunos de todos os cantos do país começaram a viajar a Pequim para recorrer ao Comitê Central e ao presidente Mao. Além do mais, eles admiravam os guardas vermelhos de Pequim e queriam aprender com os colegas da capital. Da agonia, desesperança, medo e raiva surgiram a coragem e a esperança. Iniciou-se então a grande “peregrinação” dos alunos. Brandindo o Livrinho vermelho de Mao e cantando músicas revolucionárias, os jovens invadiram os ônibus, trens e outros meios de transporte e rumaram para Pequim.

Circularam boatos de que Mao iria encontrar-se com os guardas vermelhos de todo o país. Imediatamente os pequenos fluxos de “peregrinos” se transformaram em torrentes, que confluíram para a cidade vermelha de Pequim. Em 15 de agosto de 1966 Pequim era um oceano de guardas vermelhos. Cerca de meio milhão de alunos procedentes de todo o país acamparam nas praças e nos campi das universidades. As universidades de Pequim e Qinghua foram os lugares mais frequentados pelos “peregrinos”. A grande quantidade de dazibaos e os intermináveis comícios sobre a luta absorveram esses adolescentes. Eles odiavam as autoridades das escolas, que se interessavam apenas em se manter no poder e reprimiam as iniciativas dos alunos. Se não fosse o presidente Mao ter anulado as equipes de investigação, todos teriam sido rotulados como “direitistas” e castigados para sempre. Havia sido Mao quem libertara esses adolescentes; assim, a gratidão e a adoração a Mao predominavam na psique dos jovens. Eles lutariam até morrer para defender o seu querido presidente.

Os alunos visitantes inundaram o setor de protocolo do governo central para denunciar as repressões que sofreram das autoridades locais. Impacientes com a burocracia, eles gritavam: “Queremos ver o presidente Mao!”

Nesse período, do fim de julho ao início de agosto de 1966, a liderança política do país sofreu mudanças dramáticas. Mao saiu da “segunda linha” e tomou o comando efetivo; Liu Shaoqi e Deng Xiaoping encontravam-se isolados. Ao mesmo tempo, o marechal Lin Biao, que há muito tempo vinha se recuperando de uma doença, tornou-se o segundo homem mais importante do país. Em 4 de agosto Mao discursou numa reunião do Politburo do XI Plenário do VIII Congresso do PCC, e criticou Liu Shaoqi por ter cometido um “erro político” ao reprimir o movimento estudantil.

Em 5 de agosto Mao escreveu, e divulgou para todos os participantes do plenário, um dazibao no qual elogiou as ofensivas de Nie Yuanzi e condenou os companheiros do Partido por terem praticado a ditadura burguesa, impondo o terror branco sobre as massas (Ding, 1998:57). Com a declaração de Mao, os guardas vermelhos, inicialmente uma organização dos alunos secundários, se tornaram os protagonistas da política chinesa. Surgiram, então, milhares grupos de guardas vermelhos no setor de ensino médio e superior de todo o país.

Mao Reuniu-se aos Guardas Vermelhos

O dia 18 de agosto de 1966 transformou-se numa data histórica que jamais será esquecida pelos guardas vermelhos. Nesse dia Mao decidiu encontrar-se com os alunos que lutavam na Revolução Cultural. O Comitê Central do PCC organizou um comício na praça da Paz Celestial para celebrar a “Grande Revolução Cultural do Proletariado”. Cerca de 1 milhão de guardas vermelhos participaram da celebração.

Acompanhado por uma enfermeira, Mao, vestido com uniforme militar, apareceu no pavilhão do portão da praça da Paz Celestial. Desde então, até 1976, quando morreu Mao, todos os alunos dos colégios e das universidades se vestem com o uniforme militar e colam nas mangas uma braçadeira vermelha, onde se lê: “guarda vermelha”. Às 7h30min começou o comício. No discurso de abertura, Chen Boda, chefe do GDRC, chamou Mao de “grande líder, grande mestre e grande timoneiro”. Uma aluna do colégio secundário da Universidade Normal de Pequim, filha de um membro do Partido, se aproximou de Mao e colocou em sua manga uma braçadeira dos “guardas vermelhos”. Mao perguntou o nome da menina, e ela respondeu: “Song Bingbing”. Mao disse: “Bing bing quer dizer culto, elegante?” A aluna respondeu que “sim”. Mao comentou: “Preferiria que fosse agressiva [yaowu].” Logo a adolescente trocou seu nome para “Song Yaowu”. O episódio gerou uma onda de troca dos nomes tradicionais e conservadores tais como “Fugui” (rico e nobre), Furen (rico e benevolente), para nomes revolucionários como “Hongwei” (guarda vermelha), “Wenge” (revolução cultural), “Jiefang” (libertação).

Lin Biao e Zhou Enlai também discursaram no comício. O discurso de Zhou Enlai foi relativamente moderado, mas ele jurou que seguiria fielmente Mao, para levar a cabo a Revolução Cultural. O discurso de Lin Biao foi enfático na utilização de termos como “atacar”, “destruir”, “abaixar”. Ele fez um chamamento à derrubada dos “seguidores poderosos da via capitalista”, dos “peritos reacionários da burguesia”, dos “monstros e diabos”. Disse:

Quebraremos toda a velha cultura, os velhos pensamentos, costumes e hábitos da classe exploradora, reformaremos toda a superestrutura que não acompanha a base econômica do socialismo. Varreremos todas as pestes e demônios!

Ao concluir, Lin Biao gritou: “Sob a liderança do presidente Mao, atacaremos a velha ideologia, a velha cultura, os velhos costumes e hábitos e as forças conservadoras da burguesia” (Ding, 1998:63).

No pavilhão do Portão da Paz Celestial, Mao encontrou-se com Nie Yuanzi, líder do grupo rebelde da Beida, e os representantes dos guardas vermelhos da capital e das províncias. É difícil para os jovens de hoje imaginar o impacto desse encontro sobre os adolescentes, numa época em que predominava o culto à personalidade. Os guardas vermelhos nunca esqueceriam este momento de delírio, êxtase, encantos e lágrimas de felicidade.

Peregrinação e Articulação

Com a propaganda oficial efervescente, o movimento dos guardas vermelhos se transformou em furacão. Ir a Pequim e ver o querido presidente Mao tornara-se a vontade coletiva dos jovens.

No início de agosto, milhares de alunos das províncias já estavam a caminho de Pequim, e para isto contavam com o incentivo de Mao. Para este, os alunos visitantes eram fundamentais para estender a Revolução Cultural a todo o país. Mao reuniu-se por duas vezes aos guardas vermelhos, em 18 e 31 de agosto, aproveitando o culto à sua personalidade para atrair mais alunos a Pequim. Em 5 de setembro de 1966 o Partido decidiu organizar os professores e alunos de todo o país para visitar Pequim e assistir à Revolução Cultural na capital. Além das passagens de trem, o governo central oferecia também as refeições e o transporte local durante a visita. O governo municipal de Pequim oferecia, gratuitamente, refeições e alojamento para os “peregrinos” (Ding, 1998:97).

Os colégios e as faculdades acolheram os “peregrinos”. As fábricas e instituições públicas também se abriram para acomodar os visitantes. Nos bairros, as casas confiscadas dos “elementos com manchas negras” logo se tornaram hotéis dos guardas vermelhos. Para manter o fervor dos jovens, Mao encontrou-se novamente com os guardas vermelhos, em 15 de setembro, 1º e 18 de outubro, 3 e 11 de novembro, 25 e 26 de novembro, num total de nove vezes (incluindo 18 e 31 de agosto). Através dos guardas vermelhos Mao virou a sociedade chinesa de ponta-cabeça. Utilizando a

energia dos guardas vermelhos, Mao esperava expurgar os “seguidores da via capitalista” e exorcizar o “revisionismo” no interior do Partido.

Enquanto os alunos das províncias peregrinavam em Pequim, os guardas vermelhos da capital, com o apoio de Mao, também viajavam para as províncias visando articular (chuan-lian) o movimento estudantil e orientar as rebeliões locais. Em 7 de setembro de 1966 Mao proibiu que os dirigentes provinciais reprimissem os guardas vermelhos vindos de Pequim. Em 11 de setembro, o Diário do Povo publicou um editorial pedindo a união dos operários, camponeses e guardas vermelhos sob a bandeira do pensamento de Mao Zedong. O jornal proibiu qualquer pessoa de instigar os operários e camponeses contra os alunos vindos da capital (Ding, 1998:122-123). Com o incentivo do seu “líder espiritual”, os guardas vermelhos de Pequim conseguiram vencer os bloqueios montados pelas autoridades locais e difundir a revolução.

Os meses de agosto, setembro e outubro de 1966 foram caracterizados pelo fanatismo e pelo “terror vermelho”. Todos os alunos do ensino médio e superior dos colégios e das universidades denominavam a si próprios guardas vermelhos, vestiam-se com uniforme militar, com imagens de Mao grampeadas no peito, e brandiam o Livrinho vermelho. As estátuas de Mao apareceram nas praças públicas e nas instituições do Partido e do governo. As portas das casas e lojas também foram enfeitadas com o retrato de Mao ou com suas “palavras máximas”. As estatuetas de Mao entraram nas residências das pessoas. Até as bacias de lavar, os copos, malas, invólucros de lâmpadas, portas, painéis e tigelas eram pintados com a imagem de Mao. De 1967 a 1969 mais de 80% dos jovens grampearam a imagem de Mao nas roupas. Estima-se que alguns bilhões de imagens do líder tenham sido fabricados usando materiais plásticos, cerâmicos, vidros, bambu, madeira, esmalte, ferro, cobre, prata e ouro.

Em 25 de novembro de 1966 a temperatura de Pequim baixou para zero grau. Apesar do frio, Mao encontrou-se com cerca de 600 mil guardas vermelhos e, no dia seguinte, pela última vez, ele reuniu-se a 800 mil jovens visitantes. De 18 de agosto até 26 de novembro de 1966, Mao havia se reunido, em nove vezes, com um total de 13 milhões de guardas vermelhos.

As ondas de peregrinação causaram grandes problemas para as redes de transporte nacional. O fluxo de mercadorias foi interrompido, as fábricas

adiaram a produção por falta de matérias-primas e o suprimento urbano de alimentos também esteve sob ameaça. O primeiro-ministro Zhou Enlai persuadiu o GDRC a suspender as viagens dos guardas vermelhos provinciais para Pequim. Mas os “peregrinos” continuavam inundando Pequim, causando difíceis condições para a cidade, que estava se preparando para enfrentar o inverno. No final, em 1º de dezembro, o Comitê Central ordenou que os alunos voltassem para sua terra de origem antes de 20 de dezembro, e informou que, a partir de 21 de dezembro, as passagens de ferrovia, rodovia e hidrovia seriam cobradas, assim como as refeições. No final, o problema da peregrinação dos jovens foi contornado.

Nesse mesmo período, os santuários da revolução, como Jinggang Shan (onde Mao se refugiou e iniciou a guerrilha depois da sublevação por ocasião da colheita de outono em 1927), Yan’an (onde Mao se refugiou depois da Longa Marcha) e Shao Shan (a terra natal de Mao), também estiveram repletos de guardas vermelhos. De setembro de 1966 a janeiro de 1967, cerca de 1 milhão de guardas vermelhos peregrinaram para Jinggang Shan, que tinha apenas 50 mil habitantes (Ding 1998:173). Cerca de 200 contraíram meningite e seis morreram (Ding, 1998:181). Para alimentar 1 milhão de pessoas e proteger a saúde desses visitantes, o governo central foi obrigado a usar um avião militar e até helicópteros, para transportar alimentos, cobertores e remédios para abastecer a cidade.

Em 3 de fevereiro de 1967, o Comitê Central mandou suspender todas as viagens de peregrinação e de articulação, e convocou todos os alunos a voltarem aos colégios e faculdades, “fazendo a revolução dentro da escola”. Em consequência, grupos de jovens começaram a assumir a direção dos colégios. Mas as novas estruturas políticas eram extremamente instáveis, o poder passava das mãos de uma facção para a outra. Sob esse clima de insegurança e desconfiança, a “reforma do ensino” proposta por Mao – redução do período de escolaridade, simplificação das matérias, associação do estudo com a produção agrícola e industrial e com a arte militar e combinação do trabalho manual e intelectual – mais uma vez resultou nas sessões de luta de classes e enquadramento dos professores.

Em suma, de agosto de 1966 a fevereiro de 1967, cerca de 100 milhões de jovens viajaram para Pequim, de Pequim para os santuários da revolução, do Sul para o Norte, do Norte para o Sul, do Leste para Oeste, difundindo a Revolução Cultural por todo o país.

Vandalismo Cultural e Banditismo Estatal

A partir de 18 de agosto de 1966, quando Lin Biao convocou a juventude para “quebrar os quatro velhos” (velho pensamento, velha cultura, velhas práticas e velhos hábitos), começou uma grande cruzada contra a cultura tradicional chinesa. Uma onda de vandalismo sem precedente na história da China.

De fato, a formação e a renovação cultural passaram por um longo período histórico; da mesma maneira, a Revolução Cultural só pôde ser alcançada através das gerações. Porém, para esses adolescentes, qualquer milagre poderia ser conseguido pela força de vontade. A cultura e os costumes foram reduzidos a simples objetos públicos ou escondidos nos cofres das famílias. No final de contas, a destruição dos objetos culturais é mais rápida, fácil e, sobretudo, visível.

O primeiro ato das “quatro quebras” foi a troca dos nomes tradicionais pelos revolucionários. No dia 19 de agosto, cerca de 300 mil alunos dos colégios secundários surgiram de todos os cantos públicos da cidade de Pequim, dos estúdios de fotografia, dos salões de beleza e cabeleireiros, das lojas de alfaiate, das livrarias de livros usados, dos restaurantes e lanchonetes para trocar os nomes. Mil guardas vermelhos dos colégios secundários de Pequim invadiram o famoso restaurante Pato Assado, o quan-ju-de (que significa “perfeito, concentrado e virtuoso”). Despedaçaram a placa desse restaurante fundado no fim do século XIX e colocaram uma nova placa, “Restaurante Pato Assado de Pequim”. Rasgaram todas as pinturas nas paredes e as substituíram por 100 retratos do presidente Mao (Ding, 1998:69).

Esses alunos também entraram no Hospital União de Pequim, fundado em 1921 pela Fundação Rockefeller dos Estados Unidos. Removeram o nome do hospital e o substituíram por uma faixa onde se lia: “Hospital Anti-Imperialista”. Assim o hospital teve seu nome trocado. Em poucos dias toda a cidade de Pequim fora coberta de dazibaos e faixas com slogans e cartas de ultimatums. A toda hora eram tocadas músicas em louvor ao presidente Mao, e todos os homens e mulheres vestiram uniformes do Exército. Logo os operários se juntaram aos guardas vermelhos.

A população foi mobilizada. No setor de cadastro familiar da polícia as pessoas entraram na fila para trocar seus nomes. A imprensa elogiava a

união de operários e guardas vermelhos nas “quatro quebras”. Em 22 de agosto, a Rádio Central do Povo transmitiu a todo o país notícias das “quatro quebras” na capital e, no dia seguinte, o Diário do Povo repetiu a transmissão do rádio e conclamou os operários, os camponeses e os militares a apoiarem as atividades revolucionária dos alunos.

A afirmação oficial jogou lenha na fogueira. Em 24 de agosto os guardas vermelhos e os operários rebeldes organizaram um comício antirrevisionista durante o qual a rua da embaixada soviética (yangwei lu) foi rebatizada de rua Antirrevisionista (fanxiu lu). O II Colégio Feminino de Pequim, sediado na mesma rua, foi renomeado Colégio da rua Antirrevisionista.

A onda logo se espalhou por todo o país. Na cidade de Tianjin, 4 mil restaurantes, lojas e oficinas retiraram seus nomes “burgueses”. Em Xangai a decoração das vitrines das lojas e suas lâmpadas de néon também foram quebradas. Muitos estabelecimentos comerciais trocaram seus nomes. Os salões de beleza suspenderam os serviços “burgueses”, como pintura de unhas, embelezamento facial e massagens. As clínicas de odontologia suspenderam os serviços de limpeza dos dentes. As lojas de artigos luxuosos começaram a vender somente mercadorias populares. O Cemitério Internacional de Xangai também foi atingido. Todas as lápides, esculturas religiosas e epitáfios foram despedaçados. As igrejas foram atacadas, as cruzes e os altares foram destruídos e as bíblias, queimadas.

Em todo o país, igrejas, templos budistas e mesquitas foram atacados. Alguns foram desmantelados, outros tiveram suas imagens e escrituras queimadas. Num santuário budista de Nanyue, na província de Hunan, 15 templos sofreram saques, mais de 1.500 estátuas de Buda e Budhisatva foram destruídas, e 54 tomos de sutras foram queimados. Os monges budistas foram expulsos e muitos foram obrigados a se casar. A sucata de ferro e cobre resultante pesou cerca de 60 toneladas. O santuário milenar transformou-se em ruínas (Ding, 1998:78).

Na época o caso mais anunciado foi o ataque aos santuários de Confúcio. O túmulo do santo cultural da China foi aberto, e muitos objetos de valor inestimável foram destruídos.

Em 27 de agosto, na província de Shandong, os alunos secundários abriram o túmulo de Wu Xun, exumaram e desfilaram o corpo desse famoso educador da dinastia Qing (1644-1911). Depois de um comício de

condenação, despedaçaram e queimaram o esqueleto. Os túmulos de ancestrais de Chiang Kai-shek também foram destruídos. Mas, para agradar o líder de Guomindang, Zhou Enlai mandou restaurar os túmulos destruídos pelos guardas vermelhos.

Depois de rebatizar as ruas e estabelecimentos públicos, saquear e desmantelar os templos e igrejas, exumar os mortos, ora condenados como “feudais” e “reacionários”, os guardas vermelhos começaram a invadir as residências dos “elementos negros” e confiscar os acervos privados.

Na Universidade de Pequim mais de 100 pessoas tiveram suas residências invadidas. Por exemplo, invadiram a residência do professor de filosofia Feng Youlan, confiscaram os livros estrangeiros e objetos artísticos. Sua filha e seu filho também foram perseguidos. O neto de Feng foi expulso da creche.

Os guardas vermelhos agiam em grupos que geralmente não se comunicavam entre si, motivo pelo qual uma residência podia sofrer até dezenas de invasões de diferentes grupos. Por exemplo, a escritora Ding Ling foi rotulada de “direitista” em 1957. No segundo semestre de 1966 os guardas vermelhos invadiram dezenas de vezes a sua residência e confiscaram todos os manuscritos dela. O escritor Ouyang Shan também sofreu diversas invasões residenciais e perdeu manuscritos de obras ainda não publicadas.

Em Xangai os guardas vermelhos, além de invadir a residência e agredir o famoso tradutor Fu Lei e sua esposa, confiscaram seus livros e quadros. No dia seguinte, não suportando a humilhação, o casal suicidou-se. O diretor do Instituto de Música de Xangai, He Luding, foi agredido, teve sua casa invadida e seus objetos pessoais confiscados; durante todo inverno a família só teve um cobertor para resistir ao frio.

Segundo estatísticas, de agosto a setembro de 1966, na cidade de Pequim, 114 mil famílias sofreram confiscos e 85.198 pessoas foram expulsas da cidade para o campo. Os objetos de valor apreendidos, dinheiro, depósitos em bancos, títulos públicos, valores em moeda estrangeira, somaram 44,78 milhões de yuans. Mais de 2,35 milhões de livros foram confiscados e 3.305.100 móveis e objetos artísticos foram apreendidos. Apenas numa rua residencial de Pequim, 1.061 famílias sofreram saques. Os livros, as pinturas e manuscritos queimaram por oito dias e oito noites. De acordo com estatísticas incompletas, 520 mil

residências foram confiscadas e, entre estas, 82.239 casas privadas foram apropriadas (Ding, 1998:81)

Na cidade de Tianjin, os guardas vermelhos invadiram 1,2 milhão de residências, confiscaram 5,56 milhões de yuans em dinheiro, 40,5 milhões de yuans em poupanças bancárias, 2,61 milhões de yuans em títulos públicos, 40 mil taéis de ouro, 60 mil peças de joias e 600 mil yuans em prata. De 27 de agosto a 9 de setembro, 11.525 famílias “voluntariamente” entregaram 49.776 casas privadas (Ding, 1998:83).

Um dos objetivos de Mao com os ataques às residências era usar os guardas vermelhos como “bandidos do Estado”. Todos os despojos foram para os cofres do Estado, bem como muitas antiguidades, pinturas preciosas e livros antigos. O saque e a destruição irracional tiraram praticamente todas as posses valiosas das mãos particulares. Um pouco do fruto da pilhagem foi exportado para obter divisas estrangeiras. Os líderes do alto escalão tiveram permissão para pegar sua parte do butim. Madame Mao escolheu um relógio pingente francês de ouro 18 quilates, cravejado de pérolas e diamantes, pelo qual pagou uma pequena quantia de sete yuans (nota-se que, na época, um professor titular ganhava 300 yuans por mês, um operário ganhava 30 yuans por mês). Kang Sheng, chefe da polícia secreta de Mao, que adorava antiguidades, privatizou alguns ataques a residências mandando seus saqueadores pessoais disfarçados de guardas vermelhos. O próprio Mao surrupiou milhares de livros antigos. Depois de esterilizados por raios ultravioletas, eles enchiam as estantes de sua enorme sala de estar, compondo o pano de fundo das fotografias em que o líder aparecia recebendo autoridades mundiais e impressionando visitantes estrangeiros (Chang e Halliday, 2006:637).

Limpeza de Classe

Em 22 de agosto de 1966 Mao aprovou um decreto do Ministério da Segurança Pública que proibia a polícia de reprimir os movimentos revolucionários dos estudantes. Nesse decreto a polícia foi proibida de entrar em qualquer escola para interferir nos movimentos estudantis. O ministro da Segurança Pública, Xie Fuzhi, mandou os policiais fornecerem informações aos guardas vermelhos sobre os “elementos suspeitos” de cada bairro, e ajudarem nas “quatro quebras” (Ding, 1998:85-86).

Em consequência da conivência e da colaboração policial, a violência aumentou cada vez mais, principalmente cometida pelos guardas vermelhos dos colégios secundários. Os teatros de Pequim se tornaram santuários dos comícios violentos contra os “intelectuais direitistas”. Em 23 de agosto, cerca de 30 escritores e atores foram amarrados e torturados no Templo de Confúcio, em Pequim. Os guardas vermelhos penduravam placas com as inscrições “quadrilhas negras”, “peritos reacionários”, “monstros e diabos”; raspavam os cabelos das vítimas e jogavam tinta nas cabeças raspadas. O escritor Lao She, de 67 anos, foi surrado até que desmaiou; no dia seguinte, afogou-se num lago.

Alguns reagiram contra as agressões. Foi o caso de Li Wenbo, um membro da “burguesia nacional”, cuja residência foi invadida pelos guardas vermelhos do XXV Colégio Secundário de Pequim. Depois de buscarem por toda a casa e não conseguirem nada, os alunos obrigaram Li e sua esposa a se ajoelhar e entregar as “provas contrarrevolucionárias”. O casal foi açoitado. Li Wenbo reagiu e defendeu-se com uma faca de cozinha. Logo o casal foi preso e condenado à morte. Depois do “caso de Li Wenbo”, a violência cresceu; pessoas morriam todos os dias nas mãos dos guardas vermelhos de Mao.

A partir de 20 de agosto de 1966, os guardas vermelhos de Pequim iniciaram uma campanha de expulsão (qian-fan yundong) dos “elementos manchados”. As expulsões receberam o patrocínio do Comitê Municipal do Partido, de Pequim. A polícia e os comitês de ruas foram avisados para que colaborassem com os guardas vermelhos no sentido de identificar quem deveria ser expulso, cancelar os hukou (cadastros residenciais) das vítimas, o que cassaria o direito dessas pessoas de morar na cidade. A Companhia de Transportes Urbanos e a Estação Central Ferroviária também receberam ordem de levar os expulsos para fora da cidade.

Com a ajuda da polícia, os guardas vermelhos aprisionavam os “manchados” e obrigavam-nos a sair de Pequim dentro de três dias. Foi permitido que ficassem na cidade os filhos das vítimas que tivessem “boa atuação política” e independência econômica. Os marcados para expulsão foram obrigados a vestir roupas pretas (costuradas pela própria vítima), simbolizando “elementos com manchas negras”. Nem os guardas vermelhos sabiam para onde levariam os expulsos; apenas que seria para a zona rural. Por isso, foi-lhes permitido levar somente cobertores, roupas e

tigelas, sendo proibido que levassem quaisquer objetos de valor – estes eram considerados despojos da exploração de classe.

Na Estação Central de Pequim, milhares de guardas vermelhos dos diversos colégios supervisionaram a expulsão dos “manchados”, obrigatoriamente vestidos com calças e casacos pretos. Vestidos com uniforme do Exército de Libertação Popular (ELP), com chicotes e cacetes nas mãos, os guardas vermelhos formaram um corredor de passagem, como se fossem os senhores levando seus escravos para o campo de trabalho. Eles revistavam os expulsos antes da partida. Um velho escondeu 100 yuans no casacão, foi descoberto e espancado.

Os xingamentos dos guardas vermelhos, os gemidos e gritos das vítimas ecoaram na cidade por mais de um mês. Com tal grau de atrocidades, dentro de uma semana (do fim de agosto ao início de setembro de 1966), mais de 90 mil pessoas foram expulsas da capital, sob condições humilhantes. Entre agosto e setembro, um total de 85.198 pessoas foram retiradas da cidade de Pequim e levadas para o campo (Ding, 1998:81).

Essa “limpeza de classe” foi elogiada pela imprensa oficial. Em 29 de agosto, o Diário do Povo publicou (Ding, 1998:91-92):

Desde o surgimento dos guardas vermelhos, num curto espaço de tempo, a sociedade inteira foi sacudida. Todos os velhos costumes e hábitos da classe exploradora foram varridos. Os parasitas também não conseguiram escapar [...] São grandes feitos dos nossos guardas vermelhos.

Em 31 de agosto de 1966, Mao, acompanhado por Lin Biao, encontrou-se com os guardas vermelhos na praça da Paz Celestial. Na ocasião, Lin repetiu a orientação de Mao (Ding, 1998:85):

Apoiamos vocês! Vocês sacudiram a sociedade, varreram os vestígios do velho mundo de exploração. Têm conseguido grandes resultados nas quatro quebras. A facção seguidora da via capitalista (no interior do Partido), os peritos reacionários, os parasitas, todos foram sacudidos. Muito correto e muito bem!

No campo, a violência e o terror também aguardavam os “elementos com manchas negras”. As comunas populares e as aldeias ao redor das grandes cidades também tinham os seus guardas vermelhos. Para demonstrar sua adesão à revolução, eles prepararam diversos métodos para

“reeducar” os expulsos de Pequim. Por exemplo, em Gaopaidian, um pequeno ponto ferroviário na província de Hebei, dezenas de “manchados” expulsos de Pequim foram espancados pelos guardas vermelhos do local. Nas estações ferroviárias de Baoding e Huailai, na mesma província, os guardas vermelhos locais também agrediram os “manchados” de Pequim. A polícia ficava de braços cruzados, porque qualquer tratamento humano para com os “inimigos” significaria uma traição de classe. Em consequência, o “terror vermelho” se tornou rotina (Ding, 1998:92-94).

A onda de “limpeza de classe” logo se espalhou para Xangai, Tianjin, Shenyang, Wuhan, Guangzhou, Nanning, Chongqing, Changsha etc. Praticamente todas as cidades expulsaram os seus indesejáveis “manchados”. Inúmeras famílias foram atingidas pela “limpeza de classe”.

Com os ataques a residências e expulsões, o regime obteve algo mais: espaço para moradia. A escassez de habitação era aguda, pois os comunistas não haviam construído praticamente nada para os moradores das cidades. Agora as famílias atacadas eram espremidas em um ou dois quartos e os vizinhos ocupavam o resto de suas casas. Não surpreende que isso tenha resultado, com frequência, em relações interpessoais terrivelmente amargas.

Muitas famílias atacadas foram exiladas em aldeias, liberando espaços de escritórios ou de moradias para os líderes comunistas. Aumentavam a dor e a violência de um processo que Mao já iniciara: a acumulação primitiva (e sangrenta) do socialismo maoísta.

Perseguição aos “Defensores do Capitalismo”

Em meados de setembro de 1966 o país já estava totalmente aterrorizado, e Mao sentiu confiança suficiente para começar a atacar seu verdadeiro alvo: dirigentes do Partido. Em 15 de setembro, numa manifestação dos guardas vermelhos na praça Tiananmen, Lin Biao disse que eles deveriam mudar de alvo e “concentrar-se em denunciar os detentores de poder, dentro do Partido, que seguem um caminho capitalista”, conhecidos como “defensores do capitalismo”. Mao e Lin referiam-se, na realidade, aos velhos colegas que haviam demonstrado

aversão às políticas extremistas de Mao. De fato, um dos objetivos de Mao na Revolução Cultural era derrubar os seus inimigos políticos, sobretudo o presidente do Estado, Liu Shaoqi.

Para essa missão formaram-se novos grupos que, às vezes, se chamavam guardas vermelhos, mas que ficaram conhecidos como “rebeldes”, porque atacavam seus chefes. Esses rebeldes não faziam parte dos grupos originais de guardas vermelhos, compostos em sua maioria por adolescentes. Os guardas vermelhos desintegraram-se, pois haviam sido organizados tendo como principais elementos os filhos dos dirigentes que, a partir de então, se tornaram alvos. Mao usara os jovens guardas vermelhos para aterrorizar a sociedade em geral. Agora atacava seus verdadeiros inimigos, dirigentes do Partido, e para isso usou uma força mais ampla e marcadamente mais velha.

A missão básica dos rebeldes era punir os quadros do Partido Comunista, algo que Mao desejava havia anos. Alguns rebeldes odiavam seus chefes partidários e aproveitaram a oportunidade para se vingar. Outros eram simplesmente arrivistas e sabiam que a única maneira de subir na hierarquia era ser implacável com os “defensores do capitalismo”. Havia também muitos facínoras e sádicos.

A primeira alta autoridade a ser torturada até a morte foi o ministro do Carvão, em 21 de janeiro de 1967. Mao o odiava, porque se queixava do Grande Salto para Frente – e do próprio Mao. Um dia, durante o comício, ele foi jogado num banco, sangrando, sem camisa numa temperatura abaixo de zero, enquanto sicários o cortavam com canivetes. Por fim, uma enorme estufa de ferro foi amarrada em seu pescoço, empurrando sua cabeça para o chão de cimento, onde seu crânio foi golpeado com as fivelas de metal dos cintos. Tudo isso foi fotografado e as fotos foram mostradas depois a Zhou Enlai e, sem dúvida, a Mao (Chang e Halliday, 2006:641).

© Coleção particular, China



Mao contra todos: "todos os povos do mundo, uni-vos! abaixo os imperialistas americanos, revisionistas soviéticos e os reacionários do mundo!"

Em 25 de dezembro de 1966 Kuai Dafu reuniu grupos de guardas vermelhos universitários numa passeata na praça da Paz Celestial, gritando “abaixo Liu Shaoqi”, “abaixo Deng Xiaoping” e “lutar até o fim contra Liu e Deng”. A partir do meado de 1967, sob a ordem de Mao, Liu Shaoqi foi submetido a prisão domiciliar, sendo-lhe suspenso o fornecimento dos medicamentos contra diabetes. Os filhos de Liu foram expulsos para o campo e sua esposa, Wang Guangmei, foi presa; os rebeldes construíram um muro em torno da sua residência. Tudo isso foi feito sob a orientação de Jiang Qing, vice-chefe do GDRC, e Mao não fez nada para impedir esse tipo de perseguição. Liu morreu em novembro de 1969, doente e sob tortura, uma morte dolorosa e lenta. Deng Xiaoping foi enviado para trabalhar numa fábrica; seu filho mais velho foi jogado pela janela de um prédio e ficou paraplégico.

Por fim, depois de dois ou três anos de sofrimentos desse tipo, milhões de funcionários foram enviados em campos de trabalhos forçados, que tinham o nome anódino de “Escola de Quadros 7 de Maio”. Esses campos também receberam os guardiões da cultura – artistas, escritores, intelectuais, atores e jornalistas – que se haviam tornado supérfluos na nova ordem de Mao.

Durante a Revolução Cultural, a cultura e o lazer desapareceram e deram lugar a reuniões intermináveis para ler e reler as Obras escolhidas de Mao e o Diário do Povo, que entorpeciam a mente e eram, ao mesmo tempo, enervantes. As pessoas eram levadas para numerosos e violentos comícios de denúncia contra os “defensores do capitalismo” e outros inimigos designados. A brutalidade pública tornou-se parte inevitável da vida cotidiana. Cada instituição tinha sua prisão de fato, em que as vítimas eram

torturadas, algumas até a morte. Além disso, não havia muitas formas de lazer, pois praticamente não existiam livros, revistas, filmes, peças de teatro e ópera, nada de música ligeira no rádio. Para entretenimento contava-se apenas com as equipes de propaganda do pensamento de Mao, que cantavam suas citações mal-musicadas e dançavam, acenando o Pequeno livro vermelho (Chang e Halliday, 2006:642-643).

A Tomada do Poder e a Guerra Civil

Em 6 de janeiro de 1967, dezenas de grupos de operários rebeldes de Xangai se reuniram e promoveram um comício de luta contra os dirigentes daquela cidade, condenaram o prefeito a “trabalho sob vigilância” e obrigaram o comissário político da cidade a “confessar os crimes dentro de uma semana”. Em 8 de janeiro os rebeldes tomaram o poder em Xangai, numa ação planejada por Zhang Chunqiao (homem de confiança de Mao Zedong). No mesmo dia Zedong elogiou as iniciativas em Xangai: “uma vitória de uma classe sobre a outra, uma grande revolução; o acontecimento em Xangai trouxe a esperança para todo o país” (Ding, 1998:301). Em 9 de janeiro o Diário do Povo e todos os outros jornais do país divulgaram a notícia da revolução em Xangai. Em 11 de janeiro o Comitê Central, o Conselho de Estado, a Comissão de Assuntos Militares e o GDRC mandaram um telegrama de comemoração ao “Comando Geral” e a outras 32 organizações rebeldes. Em 19 de janeiro Zhang Chunqiao decidiu proclamar a “comuna de Xangai”, colocando “a revolução de janeiro” no mesmo patamar da revolução de outubro de 1917, e da comuna de Paris, de 1871.

Talvez temendo o anarquismo inerente da “comuna de Xangai”, no final de fevereiro de 1967, Mao mandou Zhang Chunqiao transformá-la num “comitê revolucionário”. Tais comitês, fosse em grandes áreas urbanas, em comunidades rurais ou em instituições como universidades, escolas e jornais, deveriam constituir, a partir de então, uma “aliança tríplice”, compreendendo representantes das massas, membros do Exército e aqueles quadros que fossem julgados “corretos” em atitude e comportamento. Na prática, isso significava uma redução importante na representação dos operários industriais na direção local. A “comuna de Xangai” do início de fevereiro, por exemplo, tivera um comitê de direção, presidido por Zhang,

que incluía cinco representantes dos operários, dois camponeses, dois membros do ELP, um guarda vermelho e um antigo quadro “revolucionário”. O grupo de comando do “comitê revolucionário” do final de fevereiro, por sua vez, tinha cinco quadros “revolucionários”, seis membros do Exército e apenas um representante dos trabalhadores. Este último, Wang Hongwen, era um jovem militante do PCC de uma tecelagem e companheiro fiel de Zhang, que exercia o controle sobre o anteriormente “radical” Quartel-General dos Trabalhadores. De acordo com o professor Daniel Aarão Reis (1985:30), “nesse contexto, a tomada de poder de janeiro de 1967 em Xangai pode ser também considerada como uma tentativa bem-sucedida de evitar que os trabalhadores ganhassem um poder verdadeiramente independente”.

Seguindo as experiências de Xangai, iniciaram-se, em todo o país, ondas de tomada do poder. Mao incentivou essas insurreições dos operários ao consolidar a Revolução Cultural.

No início de 1967 a maioria dos alunos retornou para as suas escolas. Nas faculdades, os grupos dominantes tomaram o poder e restabeleceram a nova direção – a dos comitês revolucionários. Os guardas vermelhos também participaram das tomadas do poder do governo local. Por exemplo, na Universidade de Chongqing, na província de Sichuan, um grupo anunciou a tomada do poder da prefeitura de Chongqing, mas os operários rebeldes e os alunos de outras universidades logo entraram em disputa, o que conduziu aos conflitos armados. Na cidade de Wuhan, os rebeldes das três universidades se reuniram com os operários rebeldes da indústria siderúrgica, ocuparam o prédio do jornal Diário do Changjiang e atacaram o comando militar da cidade.

Para garantir a tomada do poder, Mao resolveu envolver o ELP na Revolução Cultural. Em 23 de janeiro de 1967 foi divulgado um decreto: “o ELP deve apoiar as massas revolucionárias da esquerda”. Mas existiam diversas facções. Qual esquerda? Quem o ELP deveria apoiar? Além do mais, a Revolução Cultural já se estava espalhando dentro das Forças Armadas, onde também se formaram grupos rebeldes que se posicionavam contra os seus comandantes. Em janeiro de 1967, por exemplo, na região autônoma de Xinjiang, grupos de rebeldes do Regimento Militar da Produção e Reconstrução atacaram as tropas regulares do próprio

regimento, saquearam as metralhadoras, fuzis, rifles, granadas e munições. No conflito, 24 pessoas morreram e 74 se feriram (Ding, 1998:353-356).

Na cidade de Chengdu, capital da província de Sichuan, grupos de guardas vermelhos rebeldes atacaram o prédio do comando do distrito militar de Chengdu, que apoiava outros grupos dos rebeldes. Havia também grupos engajados em guerrilha contra o ELP. Na cidade de Xining, da província de Qinghai, os guardas vermelhos ocuparam o prédio do jornal oficial Diário de Qinghai, tentando “revolucionar” o jornal. O Exército resolveu desocupar o prédio e expulsar os guardas vermelhos. Os dois lados trocaram tiros e morreram vários guardas vermelhos. Na região autônoma de Ningxia, no processo de tomar o poder, surgiram dois grupos de guardas vermelhos adversários, ambos autodenominados revolucionários, cada um acusando o grupo rival de contrarrevolucionário. Kang Sheng interferiu no conflito, mandou o Exército apoiar o grupo rebelde mais radical e desarmar o grupo rival ora acusado de “conservador”. Os “conservadores” não se conformaram com a intervenção de Kang, invadiram o prédio do Exército, causando um derramamento de sangue.

Nas outras regiões também ocorreram conflitos armados. Na cidade de Suzhou, da província de Jiangsu, duas facções rivais permaneceram em estado de guerra por três meses; diversas pessoas morreram.

Em Harbin, capital da província de Heilongjiang, os guardas vermelhos atacaram o arsenal do Exército e saquearam 11 lançadores de foguetes, 20 fuzis mecanizados, 40 metralhadoras, centenas de rifles, dezenas de baionetas e 7 mil munições (Ding, 1998:353-356).

Em 20 de julho de 1967, na cidade de Wuhan, da província de Hubei, ocorreu um incidente que teve repercussão nacional. No meio da tomada do poder surgiram duas facções rivais: a facção dominante chamava-se “Milhão do Exército”, que tinha uma postura moderada e teve apoio do setor conservador e do Exército; a outra, menos numerosa porém muito mais radical, chamava-se “Comando Operário” e teve apoio do GDRC. Os dois grupos se envolveram numa guerra fratricida.

Em julho de 1967 Mao viajou para Wuhan, onde ordenou que os comandantes militares libertassem os líderes presos da facção radical “Comando Operário”; ao mesmo tempo, criticou-os por terem apoiado a facção moderada. Mas o grupo “Milhão do Exército” recusou-se a aceitar a

decisão de Mao. Em 20 de julho cercou o hotel onde fi cavam os dois assistentes de Mao, Xie Fuzhi e Wang Li. Paralisou a cidade de Wuhan, cortando o fornecimento de energia elétrica e bloqueando o transporte local e regional. Xie Fuzhi e Wang Li escaparam e retornaram a Pequim, sendo recebidos pelo GDRC com um grande comício de condenação ao “motim contrarrevolucionário de Wuhan”, em que se apontava a formação de uma “quadrilha” pelos comandantes e pelo comissário do Partido de Hubei. Em 26 de julho Mao assinou um decreto declarando que “o incidente de Wuhan foi uma ação traiçoeira contra o nosso grande presidente Mao e contra o GDRC”. Em consequência da intervenção de Mao, mais de 10 mil pessoas dos quadros do Partido e do Exército sofreram expurgos e muitas foram mortas ou feridas nas lutas das facções (Ding, 1998:360-361).

Depois do “incidente de Wuhan”, o GDRC decidiu estender a onda de tomada do poder para dentro das Forças Armadas. Isto significaria uma guerra geral entre as tropas leais aos comandantes e as tropas rebeldes. Ao mesmo tempo, os guardas vermelhos de Pequim tomaram uma atitude ainda mais radical: incendiaram o escritório diplomático da Grã-Bretanha.

Em julho, agosto e setembro de 1967, o caos político chegou ao apogeu. O poder trocava de dono do dia para a noite. Mao sentiu o perigo: se a situação caótica persistisse, ele perderia o apoio das massas e das Forças Armadas, o que enterraria o seu projeto político. Portanto, o discurso de Mao insistia na necessidade de tomar o poder dos rebeldes, manter a unidade das Forças Armadas, proteger os comandantes militares e a estrutura do Partido. Mao mandou prender três integrantes do GDRC – Wang Li, Guan Feng e Qi Benyu – como bodes expiatórios do extremismo.

De julho a setembro de 1967 Mao viajou a cinco províncias para se informar sobre a situação política do país. No final de 1967, divulgou o seu comentário (Ding, 1998:381):

A situação do país está muito boa. Para se tornar melhor, é preciso os grupos se unirem. Dentro do campo da classe proletária, não existem contradições fundamentais; portanto, não há razão para se dividir em dois lados opostos. Se alguém cometer um erro, não há problema. Faça uma autocrítica.

Mao começou a proibir a guerra das facções e mandou preservar os quadros do Partido. Ele disse que a maioria dos quadros era “boa”; era preciso dar-lhes uma oportunidade para corrigir seus erros.

Em 1º de janeiro de 1968 todos os grandes jornais do país publicaram a ordem de Mao: “combater o facciosismo burguês e pequeno-burguês. A luta contra facciosismo é um critério importante para medir o grau de militância dos revolucionários.” Em 15 de janeiro, O Diário do Povo publicou um artigo sobre “a natureza reacionária do facciosismo”, no qual analisou as causas do facciosismo e afirmou que “faccionismo ou não, é o critério para julgar a veracidade dos grupos revolucionários”.

Essas guerras diminuíram, mas não desapareceram. Na Universidade de Pequim, que estava sob controle de Nie Yuanzi e seu grupo dominante – “comuna da Nova Beida” –, surgiram vários grupos dissidentes. Em 17 de março de 1968, a facção rival atacou o comitê revolucionário dirigido por Nie Yuanzi e sequestrou os locutores da rádio Nova Beida. Em 21 de março eles invadiram a sede do Comitê Revolucionário da Beida e ocuparam diversos prédios. Só com o apoio do Ministério da Segurança Pública, Nie Yuanzi e sua facção conseguiram recuperar os prédios ocupados pela facção dissidente. O conflito só chegou ao fim em 26 de abril, quando, sob o corte de comida, água e luz, os rebeldes finalmente se renderam. Morreram diversas pessoas.

O conflito em Qinghua durou por mais tempo. Desde 14 de abril de 1968 surgiu uma facção dissidente dentro do grupo dominante de Kuai Dafu. Cada lado atacava o adversário através do jornal e do rádio. Passo a passo, essas discussões e bate-bocas se transformaram em conflitos armados. Em 29 de maio daquele ano o grupo dominante decidiu atacar a facção inimiga, e logo o campus universitário se tornou um campo de batalha. Os dois lados empregaram tanques de fabricação caseira, usaram pistolas, rifles, metralhadoras mecanizadas, lançadores de foguetes, canhões, granadas e minas; dezenas de alunos morreram nos conflitos. A guerra entre as duas facções durou três meses, morreram 18 alunos e 1.100 pessoas foram feridas, 30 delas gravemente. O incidente era conhecido como “Guerra de Cem Dias de Qinghua”.

A população estava exausta. A euforia revolucionária já se dissipara, e o espírito aventureiro havia sido substituído pela indiferença. As pessoas continuavam a desfilar nas ruas com a bandeira vermelha e o retrato de Mao, mas tudo isso se devia mais ao hábito do que ao entusiasmo. A estabilidade política e a ordem social também se tornaram preocupações principais de Mao e do Comitê Central. Para tal fim, foram divulgados dois

decretos, em 3 e 24 de julho de 1968, proibindo os conflitos armados e banindo os grupos de lutas. Mandaram demolir as trincheiras e os fortes, e, incondicionalmente, entregar as armas, munições e os materiais saqueados, além de punir qualquer pessoa que matasse ou roubasse os outros.

Para controlar as escolas e universidades, Mao resolveu enviar o Grupo Operário de Propaganda do Pensamento de Mao” (GOP). Em 27 de julho de 1968 cerca de 30 mil operários de 60 fábricas de Pequim foram mobilizados para ocupar a Universidade de Qinghua. A primeira coluna do GOP¹⁷, formada por mais de mil operários, chegou a Qinghua e sofreu a resistência dos estudantes rebeldes. No confronto, cinco operários morreram e 731 ficaram feridos. Cinco horas depois, 10 mil operários, com apoio do Exército, finalmente ocuparam a universidade. Assim como Qinghua, as outras universidades também foram ocupadas pelos operários e soldados do Exército. Mao disse aos líderes dos rebeldes que o erro principal dos guardas vermelhos era a guerra das facções. A partir de então, quem bloqueasse as redes de transporte e resistisse ao Exército seria tratado como bandido e combatido sem piedade.

Em 26 de agosto de 1968, o Diário do Povo divulgou a última decisão de Mao: nas cidades, colunas do GOP permaneceriam e dirigiriam as escolas e universidades. No campo, os camponeses pobres – o aliado mais fiel do proletariado – tomariam a direção das escolas. Seguindo o exemplo de Pequim, nas províncias os grupos de propaganda tomaram a direção das escolas e faculdades, marcando o fim do movimento dos guardas vermelhos.

Reeducação no Campo: Exílio dos Guardas Vermelhos

A situação do país se estabilizou. Mas um novo problema chegou: o desemprego dos alunos. Desde o meado de 1966, quando aboliram o vestibular para entrar na universidade, as escolas e universidades não admitiram nenhum aluno novo durante três anos. Nas cidades, mais de 10 milhões de alunos das classes de 1966, 1967 e 1968 estavam aguardando trabalho. Antes de 1967, nas cidades, grande número dos alunos formados, mas desempregados, e dos ainda não formados serviu como força fundamental para o movimento dos guardas vermelhos, mas, com a entrada

do GOP nas escolas, esses jovens politizados se tornaram ameaças à estabilidade política.

Em abril de 1968 Mao mandou todos os governos locais distribuírem empregos para os jovens. Porém, como fazer isso? O PIB de 1967 encolheu 10% em relação a 1966, e o PIB de 1968 encolheu 4,2% em relação a 1967, apenas 86,6% de 1966. As indústrias estavam em declínio consecutivo e não havia possibilidade de absorver nova mão de obra. Portanto, a única saída seria a zona rural, as regiões interiores e as fazendas fronteiriças (Ding, 1998:390-391).

A partir de julho e agosto de 1968 Mao incentivou os jovens a viverem com as massas, principalmente no campo, para receberem a “reeducação” dos camponeses. Em setembro de 1968, foi organizado um comício na praça da Paz Celestial, no qual o primeiro-ministro Zhou Enlai disse que, para tornar vermelhos todos os cantos do país, seria preciso que os jovens subissem as montanhas e descessem para as aldeias para trabalhar e se “reeducar” junto com os camponeses.

Em 15 de novembro o governo central decretou: “os alunos secundários de classes de 1966, 1967 e 1968 devem deixar as escolas para receber a reeducação no campo”. Em 22 de dezembro, o Diário do Povo publicou um discurso de Mao (cf. Ding, 1998:395):

Os jovens intelectuais devem ir ao campo para receber a reeducação dos camponeses pobres. O campo é um vasto mundo, ele oferece grandes oportunidades de sucesso... Os quadros do Partido devem dar um exemplo, mandando os próprios filhos para trabalhar no campo. As autoridades do campo devem receber esses jovens com braços abertos.

No mesmo dia o jornal divulgou a notícia de que, da cidade Lanzhou, 18 mil alunos formados nas escolas primária e secundária se ofereceram para ir ao campo, e 20 mil dos alunos da cidade Wuhan fizeram o mesmo. Logo começou a onda de migração da juventude chinesa revolucionária: a maioria dos 10 milhões de alunos formados no ensino médio do país foi para o campo. Em algumas regiões, muitos alunos não formados também saíram da cidade para o campo, para as regiões fronteiriças. Por vontade própria ou pela pressão política, milhões de jovens saíram da cidade para morar no campo, tentando levar o progresso aos camponeses e em busca de um novo sentido de vida.³⁶ Aproveitando o idealismo dos jovens, Mao

lançou a campanha de “subir às montanhas e descer às aldeias” – uma estratégia do PCC para resolver os problemas de desemprego e arrefecer o ativismo político dos jovens.

Algumas Reflexões sobre as Origens e Consequências da Revolução Cultural

A Revolução Cultural, isto é, a Grande Revolução Cultural Proletária é o episódio mais espetacular na história da China contemporânea. Esse movimento desafia as classificações simples, pois embutidos nele estavam muitos impulsos que, ao mesmo tempo, alimentavam-se e obstruíam-se uns aos outros. Havia a concepção de Mao de que a revolução chinesa estava perdendo a militância devido ao conservadorismo partidário e à burocracia. Havia, também, a consciência de Mao de sua idade avançada – estava então com 73 anos – e a preocupação de que seus colegas mais antigos estivessem tentando colocá-lo de lado. Havia revoltas dos jovens contra repressões políticas encabeçadas pelos veteranos comunistas, como Liu Shaoqi, Deng Xiaoping etc...

No centro desse espetáculo histórico estavam o “comandante vermelho” (o grande timoneiro, Mao Zedong) e os “guardas vermelhos” (os jovens lutadores da revolução). Mao lançou a Revolução Cultural, estimulando a juventude a perseguir seus inimigos políticos, acusados de “revisionistas” e “seguidores da via capitalista”, que haviam colocado a nação chinesa de ponta-cabeça.

Os guardas vermelhos eram, majoritariamente, alunos do ensino médio e superior dos anos de 1966, 1967 e 1968. Nascidos pouco antes ou depois de 1949, desde a infância haviam sido instruídos para odiar a velha sociedade “antropofágica” e amar o Partido e o presidente Mao. Ansiavam realizar os mesmos feitos do adorado presidente e dos heróis da revolução. Na medida em que a liberdade de pensamento foi banida, e proscria a influência ocidental, eles eram suscetíveis ao extremo esquerdismo. Inexperientes, mas cheios de impulsos, esses adolescentes logo se organizaram em pequenos grupos de guardas vermelhos, que se tornaram um furacão de 11 milhões de jovens alunos. Espalharam-se por todo o país, com impacto sobre o resto do mundo.

Contudo, cometeremos uma grande injustiça ao identificar os guardas vermelhos como instrumentos de luta pelo poder. Os alunos de camadas sociais diferenciadas se associaram em pequenos grupos, sob a bandeira de guardas vermelhos e, para cada um, a imagem de Mao tinha significados diferentes. Para os filhos dos “elementos com manchas indesejáveis” – aqueles afastados dos caminhos do progresso político porque tinham, na linha de sangue, parentes que no passado haviam tido conexões com o Guomindang, os proprietários rurais ou os capitalistas “exploradores” do antigo regime –, a figura de Mao era símbolo da liberdade e igualdade de oportunidades. Para os jovens que tinham sido acusados de “direitistas” pelas equipes de trabalho político enviadas por Liu Shaoqi para enquadrar o movimento estudantil, Mao era símbolo da justiça e da emancipação. Para os milhões de jovens urbanos que tinham sido mandados para o campo em razão do plano do governo para economizar o custo de fornecer grãos subsidiados para moradores das cidades, o chamamento de Mao significava uma oportunidade de retornar para a cidade e rebelar-se contra o regime repressivo. Para aqueles que não tinham acesso ao pequeno número de escolas de elite que, na verdade, tinham-se tornado “escolas preparatórias” para os filhos de quadros partidários influentes – com a escassez de faculdades na China e os complexos exames, o acesso à educação superior só estava garantido para os alunos dessas escolas elitistas –, a imagem de Mao significava o igualitarismo na distribuição das oportunidades. Finalmente, para aqueles que achavam que as posições no Partido Comunista eram monopolizadas pelos quadros rurais do tempo das guerrilhas camponesas, Mao oferecera uma oportunidade de ascensão social aos mais jovens e mais instruídos.

No outono e inverno de 1966 as lutas se tornaram mais violentas; a destruição e perda de vidas, mais terrível. Com todas as escolas e faculdades fechadas para a encenação da luta revolucionária, milhões de jovens foram estimulados pelos líderes da Revolução Cultural a demolir os velhos prédios, templos e objetos de arte de suas cidades e vilas e a atacar professores, diretores de escolas e os líderes do Partido. Sob a orientação do GDRC – um pequeno grupo de confidentes de Mao – o Partido foi expurgado em seus escalões cada vez mais altos, até que Deng Xiaoping e Liu Shaoqi foram, ambos, destituídos de seus cargos e submetidos à crítica de massa, com suas famílias perseguidas pelo terror vermelho.¹⁸

A extensão dessa erupção de violência e a raiva dos jovens guardas vermelhos contra os mais velhos sugerem a verdadeira profundidade da frustração que estava no centro da sociedade chinesa. Os jovens precisavam de pouco estímulo de Mao para se levantar contra os mais velhos, contra seus pais, professores, quadros partidários, e executar incontáveis atos de sadismo calculado. Durante anos tinham sido convocados a levar uma vida de sacrifício revolucionário, contenção sexual e obediência absoluta ao Estado, tudo sob condições de controle perpétuo. Sentiam-se reprimidos, irados e conscientes de sua impotência. Assim, aceitaram avidamente a ordem de eliminar toda restrição, e os alvos naturais eram aqueles que pareciam restringir suas vidas. Para eles, o todo-sábio e todo-culto Mao era o salvador.

Outra explicação para a extensão da violência pode ser encontrada na natureza da política chinesa e da manipulação pessoal dos últimos 17 anos após a revolução de 1949. Todos os chineses estavam, então, enredados em um sistema que controlava as pessoas atribuindo-lhes rótulos de classe, tornando-as totalmente dependentes dos “chefes” de suas “unidades” específicas e habituando-as às campanhas maciças de terror e intimidação. Um sistema assim provocava medo e submissão. Agora, os opressores estavam submetidos ao outro lado do mesmo processo.

Além do mais, apesar das reformas sociais implementadas pelo PCC, o povo chinês continuava a viver no “despotismo coletivista”. O Partido nunca deixou de criticar o “individualismo burguês”, instando nos jovens os valores comunistas: “crença, sacrifício, coragem, sinceridade”. A partir do momento em que Mao Zedong – o “Sol Vermelho” – chamou os jovens a “duvidar de tudo, combater tudo”, eles começaram a se livrar de todos os valores tradicionais e códigos éticos. Vivendo nos comícios, desfiles e lutas de massas, seus comportamentos se tornaram carnavalescos. Nas multidões amorfas e anônimas, o sadismo (tortura) e a violência começaram a predominar. Ao mesmo tempo, aumentaram as tendências da população a se agrupar para se proteger. Assim, surgiram inúmeras facções dos guardas vermelhos, competindo entre si pelo poder e pela “vermelhidão”.

A partir de janeiro de 1967, quando os operários rebeldes de Xangai tomaram o poder na cidade, os guardas vermelhos cumpriram seu papel histórico. Logo, por vontade própria e por pressões do Partido, eles saíram da cidade para o campo para receber a “reeducação” dos camponeses. Mais

uma vez, o “Comandante Vermelho” aproveitou o idealismo dos jovens, lançou a campanha de “subir às montanhas e descer para as aldeias”, o que de fato transformou milhões de jovens idealistas em eLivross no campo.

A história da República Popular da China é uma das mais tumultuadas do século XX, e o capítulo mais espetacular dessa história é a Revolução Cultural. Oficialmente, ela começou em 1966 e terminou em 1969, mas, para a maioria dos chineses, ela só terminou em 1976, depois da morte de Mao Zedong, o seu comandante-general. O povo chinês se refere ao período de 1966 a 1976 como os “10 anos de grandes desastres” (shinian haojie), e na China, normalmente, a Revolução Cultural é sinônimo de “grande tumulto” e “grande caos”. Paradoxalmente, nem o próprio PCC nem os mais estudiosos conseguem contabilizar exatos números de vítimas. Talvez, durante esses 10 anos desastrosos, milhões de pessoas tenham sido mortas e outras tantas tenham sofrido maus-tratos ou tenham sido presas sob acusações falsas. Para os historiadores, o que é único é o fato de, durante a Revolução Cultural, a autoridade suprema da China, com apenas algumas diretivas demagógicas, atear agitações que conduziram às barbaridades entre a camada mais instruída da sociedade chinesa. Em outras palavras, Mao não impunha nenhuma regra; apenas manipulava atrás das cortinas, deixando o povo lutando entre si, verbal e fisicamente, numa violenta guerra de todos contra todos. Por que as lutas faccionais dentro da direção partidária espalharam-se a toda população e conduziram à anarquia geral? Por que os amigos, colegas da escola e companheiros de trabalho atacavam uns aos outros, numa luta de vida e morte? Os estudiosos chineses e os sinólogos estrangeiros têm produzido um oceano de literatura sobre a gênese, a trajetória e o desdobramento da Revolução Cultural, tentando explicar como a sociedade chinesa produziu uma convulsão de tal escala.

Aqui, saliento alguns pontos fundamentais. Em primeiro lugar, seria impossível discutir o fenômeno da Revolução Cultural sem examinar o comportamento de Mao Zedong e sua deificação depois de 1949. Sabemos que, na cultura chinesa, a autoridade do imperador é postulada no “mandato celestial”, e o imperador é sinônimo do “fi lho do céu”, possuindo, portanto, um caráter divino. Na ausência de uma religião predominante, como nas culturas indo-europeias, os imperadores chineses acumularam os poderes máximos do espiritual e do secular.

Desde os anos de Yanan (1937-1947), Mao Zedong já promovia cultos à sua personalidade. As primeiras medalhas-estatuetas com imagem de Mao eram produzidas pelos artistas plásticos de Yanan ainda em 1945. A música panegirista *O leste vermelho*, que proclamava “Mao Zedong é o nosso salvador” foi composta por um camponês de Yanan no mesmo ano. O culto à personalidade diminuiu em 1956, no XVIII Congresso do Partido, mas foi reaceso em 1959, chegando ao auge em meados dos anos 1960, e transformou Mao numa fígura onipotente e onipresente. O povo praticava o culto semelhante ao xamanismo: idolatrar a imagem de Mao, cantar as músicas “sagradas”, rezar pelos livrinhos vermelhos e desfilar com “danças de lealdade”.

Neste ambiente de fanatismo “religioso”, Mao publicou seu “grande cartaz” (*dazibao*) atacando os partidários pelo “revisionismo”. Os jovens acreditavam que os inimigos do socialismo tinham-se infiltrado no PCC para “restaurar o capitalismo”, e que a China iria sofrer como no passado, e “milhões morreriam por causa desta contrarrevolução”. Esta foi a verdadeira mentalidade dos guardas vermelhos. Eles começaram a caçar os “revisionistas” nas escolas, nas fábricas, nas organizações de base, entre os familiares e vizinhanças, nos aparatos do Estado-Partido, e, depois, até se armaram para tomar o poder de suas instituições e de suas cidades. Consequentemente, o país inteiro entrou num estado de guerra civil.

Em segundo lugar, diferentemente de Stálin, que expurgou suas fileiras pela execução e banimento, Mao Zedong, o líder supremo, sempre enfatizava o papel da “autocrítica” e da “reeducação”. Durante sessões de “autocrítica”, as vítimas foram obrigadas a confessar todas as suas relações sociais, tais como: contato com estrangeiros, ou sua educação fora do país ou numa faculdade estrangeira instalada na China; qualquer parente ultramarino; ligação pessoal com alguém condenado por um crime político; os pontos de vista errados... Estas são provas do “crime de associação”, muito semelhante ao que ocorreu durante o mccarthismo nos Estados Unidos, na década de 1950. Assim, a perseguição ao “renegado e traidor” Liu Shaoqi vitimava todos que estavam a ele associados, incluindo a sua esposa, seus filhos, os parentes, seus aliados políticos, seus guardas pessoais, e até mesmo um faxineiro que Liu conheceu um dia na rua.

O “crime de associação” impôs uma pressão sobre os cidadãos comuns durante as campanhas de luta: se não denunciasses os outros, eles

poderiam se tornar denunciados – eis a ampliação do famoso “dilema do prisioneiro”. Durante esses “10 anos desastrosos”, milhões de pessoas foram perseguidas por “crime de associação” com os “direitistas”, “traidores”, ou com os “espiões”. Maridos e mulheres se separavam, numa tentativa de desassociar-se do cônjuge acusado de “direitista”, ou “contrarrevolucionário”. No reinado de Mao Zedong, as campanhas contra Hu Feng (1955), contra “direitistas” (1957-1958), contra Liu Shaoqi, Lin Biao produziram milhões de vítimas.

Quanto às consequências da Revolução Cultural, destacam-se três. A primeira: a Revolução Cultural não beneficiou ninguém e nenhum setor social. Os operários tiveram salários congelados, “ganhavam mal e trabalhavam pior”. Os camponeses perderam muitos direitos concedidos durante os anos de ajuste (1962-1964), tinham de entregar ao Estado os lotes da terra e os produtos do quintal, trabalhando na comuna popular, vivendo na servidão do socialismo. Foram vítimas principais a elite dirigente e os intelectuais funcionários. Também foram vitimados milhares de guardas vermelhos – uma geração de estudantes universitários e alunos secundários. Milhões foram mandados para trabalhar na zona rural, nas fazendas fronteiriças, com mínimo padrão de vida. Quando a Revolução Cultural terminou, eles tiveram de carregar o peso de uma geração “perdida”, que deixou de ter seus espaços nas cidades e passou a viver em barracos, marginalizada. Foi um trauma para as vítimas, verificando-se um profundo sentimento de perda da cultura e dos valores espirituais, da esperança e dos ideais, da juventude e do entusiasmo revolucionário.

A segunda: em relação à elite dirigente, também prevaleceram o trauma e o ceticismo. Toda a geração dos partidários foi vitimada, sofreu expurgos e desgraças. Liu Shaoqi morreu pelos maus-tratos da polícia política de Mao. Outros foram perseguidos até a morte ou suicídio. Entre os sobreviventes, Deng Xiaoping sofreu humilhações públicas e foi enviado junto com a família, para trabalhar numa fábrica na província de Jiangxi; o filho mais velho de Deng foi jogado pela janela e tornou-se paraplégico pelo resto da sua vida. Devido ao medo e à insegurança, os quadros veteranos resolutamente declararam que “Revolução Cultural, nunca mais”.

A terceira consequência da Revolução Cultural foi a perda da fé comunista e a resultante aceleração do processo de democratização. Os

intelectuais que foram rotulados “direitistas” e foram reabilitados depois de 1978 começaram a “falar a verdade e agir de acordo com a verdade”, sobretudo o jornalista Lin Binyan, o escritor Wang Ruowang e o cientista Fang Lizhi. Tudo isso contribuiu para o sucesso dos programas da reforma e abertura nas décadas de 1980 e 1990, quando Deng Xiaoping chamou o povo e o Partido para se concentrarem no trabalho econômico. Profundamente decepcionada e desiludida com os movimentos políticos do passado maoísta, a população chinesa demonstrou um grande ceticismo em relação aos debates ideológicos e reagiu com grande entusiasmo na recuperação da autoconfiança através de atividades econômicas. Em consequência, a economia chinesa entrou numa fase de desenvolvimento acelerado.

5. O Fim da Revolução

Mao respaldou a Revolução Cultural na sua aliança com Lin Biao, que havia fornecido o suporte das Forças Armadas de que Mao precisava para expurgar os “revisionistas” do Partido e reconstruir seu regime. O desaparecimento de Lin Biao favoreceu a “normalização institucional”: foram reabilitados centenas de quadros afastados durante a Revolução Cultural, entre os quais Deng Xiaoping, ex-secretário geral do PCC e braço direito de Liu Shaoqi. Entre 1975 e 1976, os últimos dois anos antes da morte de Mao, surgiu uma tremenda “oposição” às suas políticas, na forma de uma aliança centrada em torno de Zhou Enlai e Deng Xiaoping. Além disso, após a queda de Lin Biao, surgiu um ceticismo geral entre o povo chinês e uma disposição crescente para criticar o Partido. Na primavera de 1976 realizou-se em Pequim a maior manifestação espontânea da história da República Popular da China até então. Os manifestantes pediam mais abertura no governo, o fim da ditadura e a volta ao verdadeiro espírito do marxismo-leninismo.

Queda de Lin Biao

Para garantir a Revolução Cultural, Mao fez uma parceria estratégica com o marechal Lin Biao. Até agosto de 1970, a aliança Mao-Lin funcionou extremamente bem. Nos quatro anos anteriores, Lin havia fornecido o suporte das Forças Armadas de que Mao precisava para expurgar o Partido e reconstruir seu regime. E Mao fi zera o máximo para agradar Lin Biao: entregara o Exército nas mãos dele e o nomeara oficialmente seu sucessor na direção do PCC. Sua esposa fora posta para dentro do Politburo (onde só havia um outro membro do sexo feminino, madame Mao), rompendo assim um antigo tabu contra a promoção de esposas. Mao até tolerou um culto a Lin. Todos os dias, quando vinha a cantilena “que o grande presidente Mao viva para sempre!”, acompanhada de acenos com o Pequeno livro vermelho, a homenagem continuava com “que o vice-presidente Lin tenha muita saúde, e saúde para sempre!”

Em agosto de 1970, na reunião de Lushan, no entanto, Mao percebeu que deixara Lin ficar muito poderoso, e que isso representava agora uma

ameaça para ele. Tudo começou com uma disputa aparentemente inócua sobre a presidência do país, que havia sido ocupada por Liu Shaoqi. Mao não queria assumir a pasta porque detestava as atividades públicas, porém não queria que nenhum outro líder do partido tomasse a presidência do Estado, que tinha um enorme valor simbólico. Portanto, decidiu abolir o cargo. Lin, Zhou Enlai e todos os outros líderes insistiram em que o cargo deveria continuar a existir, e que Mao deveria ser o presidente.

Mao decidiu, de imediato, vetar qualquer possibilidade de haver uma presidência. Tratou de mostrar enorme desagrado em relação a Lin e, depois, condenou seu velho secretário, Chen Boda – o quinto na hierarquia do Partido –, que se tornara íntimo demais de Lin. Como era costume nesses casos, Chen foi posto em prisão domiciliar e, depois, jogado no calabouço.

Mao pediu que Lin fizesse autocrítica diante do alto escalão e dissesse que havia sido “enganado” por Chen. Lin recusou-se. Até então, graças a sua relação especial com Mao, sempre havia conseguido evitar se submeter a esse ritual humilhante. Embora Mao tenha insistido, Lin não arredou pé. Estava armado o impasse. Após quatro décadas, a relação Mao-Lin começou a se desfazer.

Após a plenária de Lushan, que terminou de forma inconclusiva em 6 de setembro de 1970, Mao tomou medidas para reduzir o poder de Lin e também para garantir sua própria segurança. Teve de avançar com cautela para não fazer com que Lin se sentisse pessoalmente ameaçado. Não podia se dar ao luxo de romper com ele em definitivo. O regime inteiro estava praticamente nas mãos de gente selecionada por Lin e sua rede pessoal. Mao queria neutralizá-lo o máximo possível, sem expurgá-lo. As maquinações intermináveis esgotaram suas energias e, naquele inverno de 1970, ele teve pneumonia. Foi então, aos 77 anos, que a velhice o atacou de súbito e ele, que gozava de saúde extraordinária, começou a sofrer problemas de saúde.

Enquanto isso, Lin Biao continuava a se recusar a fazer a auto-humilhação que Mao exigia. Sempre solitário, tornou-se ainda mais recluso e passava a maior parte do tempo caminhando em sua sala; às vezes, via filmes de guerra. Uma opção mais realista para Lin seria fugir, como adversários anteriores de Mao haviam feito: Zhang Guotao para o lado de Chiang Kai-shek, na década de 1930, e Wang Ming para Moscou, nos anos

1950. Com seu controle sobre a Força Aérea, Lin poderia fugir para o exterior. A escolha óbvia era a Rússia; ele passara mais de quatro anos naquele país, e sua mulher falava um russo razoável. Mas um sinal da desconfiança de Lin Biao em relação aos regimes comunistas era que sua primeira opção para a fuga apontava para a colônia britânica de Hong Kong, que fi cava perto da cidade de Cantão, onde os militares lhe eram excepcionalmente devotados. Para garantir essa rota de fuga, confiou em seu fi lho único, Lin Liguó, a quem chamava de “Tigre” e que estava com 20 e tantos anos. Em novembro de 1970, logo depois do rompimento de Lushan, Tigre começou a encontrar pessoas das Forças Armadas de Cantão. Seus amigos íntimos fizeram frequentes visitas secretas àquela cidade, obtiveram armas pequenas, rádios e carros, e aprenderam a pilotar helicópteros.

Mas Tigre não se contentou com a ideia de fuga. Ele e seus amigos começaram a falar sobre assassinar Mao. Traçou um plano intitulado “esboço do projeto 571”, tendo escolhido esse nome porque 571, wuqiyi, tem a mesma pronúncia em chinês de “levante armado”. É difícil saber a autenticidade de tal plano, porque a notícia foi divulgada quase seis meses depois da morte de Lin Biao. Contudo, de acordo com o relato oficial, Tigre e seus amigos discutiram muitas ideias, mas todas em termos muito gerais, como “usar gases venenosos, armas bacteriológicas, bombas”, e não há indício de que tenham chegado a preparar alguma coisa semelhante. Mao mantinha regras rígidas sobre armas e movimento de tropas, e uma segurança fenomenal.

Em março de 1971, cerca de sete meses depois da rixa com Lin em Lushan, Mao decidiu convocar uma conferência de cerca de 100 membros da elite para ouvir a autocrítica da esposa de Lin e de seus asseclas no Alto-Comando do Exército. Mao mandou Zhou Enlai em pessoa pedir a Lin, peremptoriamente, para aparecer e “dizer algumas palavras”. Lin recusou-se. Isso foi uma grande afronta à autoridade de Mao, e ele ficou furioso. Instruiu Zhou a fazer uma denúncia violenta contra Lin em 29 de abril, embora sem mencionar seu nome, dizendo que a liderança do Exército vinha “seguindo uma linha política errada”. Lin sabia que Mao não o perdoaria pela recusa.

Após esse episódio, Tigre foi a Cantão, a fim de verificar a rota de fuga para Hong Kong. Em meados de agosto de 1971, um ano após Lushan,

Mao estava pronto para expurgar Lin Biao. No dia 14 daquele mês o “timoneiro” partiu de Pequim para preparar os líderes provinciais. Precisava ter certeza de que esses homens, em sua maioria designados por Lin, não ficariam do lado dele num confronto final. Lin, sua esposa e Tigre decidiram fugir logo. Planejaram partir do aeroporto vizinho a Shanhaiguan, onde a Grande Muralha encontra o mar. Tigre fora a Pequim no dia 8, a fim de conseguir aviões para fugir para Cantão e, depois, para Hong Kong. Na noite de 12 de setembro, voltou a Beidaihe no avião de Lin, um Tridente, e pretendia partir com a família na manhã seguinte.

Mas a irmã de Tigre, chamada Lin Li-heng, dois anos mais velha que Tigre, denunciou a família. Quando soube do plano de fuga, ela ficou apavorada. Para ela, tentar fugir para o exterior era deserção e, portanto, traição, ainda que soubesse que seu pai doente, que ela amava, provavelmente não sobreviveria muito tempo na prisão de Mao. Ela contou o plano para os guardas pretorianos que estavam estacionados num prédio separado, e essa denúncia condenou sua família.

A família Lin se viu obrigada a partir imediatamente. Decidiu não ir para Cantão, mas para a Rússia, via Mongólia Exterior, pois essa rota significaria muito menos tempo no espaço aéreo chinês: pouco mais de uma hora. Sob a perseguição dos guardas pretorianos, o Tridente decolou às pressas, aos 32 minutos do dia 13 de setembro de 1971, levando os três membros da família Lin, o amigo de Tigre e o motorista de Lin. Da tripulação de nove membros, somente quatro – o capitão e três mecânicos – tiveram tempo de embarcar. Os mecânicos haviam acabado de aprontar o avião para a decolagem e estavam começando a reabastecê-lo quando a esposa de Lin gritou para que afastassem o caminhão-tanque. Em consequência, o avião decolou com pouca gasolina, apenas suficiente para duas a três horas de voo, dependendo da altitude e da velocidade.

Eles tiveram de voar baixo na maior parte do tempo para evitar os radares, e isso gastou mais combustível. Às 2h30min do dia 13 de setembro de 1971, o avião caiu numa bacia plana e explodiu ao bater no chão – segundo o relato do governo chinês – matando todas as nove pessoas a bordo. A causa da queda do avião permanece indefinida. Fontes chinesas afirmam que faltou combustível à aeronave. O piloto teria tentado um pouso de emergência numa região acidentada, causando o acidente. O jornalista australiano Peter Hannam investigou o caso de Lin Biao e

entrevistou o ex-diretor da KGB Zagvozdin. Segundo Zagvozdin, a aeronave tinha combustível suficiente para chegar a cidades soviéticas de Irkutsk ou Chita.

Outros argumentam que, se tivesse faltado combustível, o fogo não teria sido tão forte, causando uma explosão, no entanto, Zagvozdin e o ex-vice-ministro do exterior da Mongólia, Erdembileg, também insistiram que o avião não foi atacado pela artilharia antiaérea. Zagvozdin defendeu que o piloto talvez tenha voado muito baixo para evitar os radares e acabou calculando mal a altitude, o que teria causado o acidente. As testemunhas que estavam em uma mina de fluorita, em Bekh, insistiram que o avião pegou fogo antes da queda, por isso, também existe a possibilidade de a aeronave ter sido atingida por um míssil da União Soviética, que não sabia da fuga de Lin Biao. Enfim, a morte de Lin Biao ainda está cercada de mistérios. Mao tomou conhecimento da fuga, mas não mandou a Força Aérea interceptar o Tridente de Lin – talvez porque ele não tivesse certeza da lealdade da Força Aérea, ou talvez não fizesse seu estilo, pois sempre preferia manter seu adversário vivo até ouvir suas autocríticas. Mao ficou sem dormir e angustiado até a tarde de 14 de setembro, quando chegou a notícia de que o avião de Lin havia caído na Mongólia. Do seu ponto de vista, era a solução ideal, e ele tomou um trago de mao-tai, a bebida forte em que normalmente não tocava, em comemoração. Mas o alívio de Mao com a morte de Lin foi logo ensombrado pela notícia de que houvera um complô para assassiná-lo, que veio à luz logo depois do anúncio do acidente. Era a primeira conspiração do alto escalão para matá-lo, e isso lhe causou um profundo choque. Igualmente alarmante era o fato de que várias pessoas tivessem sabido desses planos e nenhuma os houvesse delatado. Durante dias, ele mal dormiu, apesar de tomar vários soníferos. Tinha febre e tossia sem parar. Depois, descobriram que estava com problemas cardíacos.

Mao não tinha ninguém mais em quem confiar. Foi forçado a reintegrar também funcionários expurgados do Partido, porque era a única alternativa às pessoas que pertenciam à rede de Lin. Muitos foram então reabilitados e reempregados. Mao sabia que essas pessoas tinham-lhe muito rancor em razão dos sofrimentos a que haviam sido submetidas. A vulnerabilidade, tanto física quanto política, o forçou a permitir a aceleração da reabilitação de quadros expurgados, e o regime tornou-se visivelmente mais moderado pela primeira vez, desde o início da Revolução Cultural, quase seis anos

antes. As práticas abusivas na prisão diminuíram muito. As assembleias de denúncias foram suspensas, até mesmo para os homens de Lin Biao, que, embora detidos, pouco sofreram fisicamente em comparação com a rotina anterior de Mao.

No auge aparente de seu poder, em um discurso feito no IX Congresso do PCC, em 1º de abril de 1969, Lin dissera aos delegados reunidos que o chefe de Estado Liu Shaoqi tinha-se “tornado um traidor e canalha escondido”. Em 1973, o primeiro-ministro Zhou Enlai anunciava que era Lin Biao quem fora o “renegado e traidor”.

Rebelião Popular em Tiananmen

O desaparecimento de Lin Biao e de seu grupo favorecia a intensificação do processo de “normalização institucional”: as escolas e faculdades, fechadas desde 1966, foram reabertas em 1972; reabriram-se as escolas e universidade em 1973; os aparelhos do Estado e do Partido (então sob a denominação “comitês revolucionários”) foram reconstituídos; foi reafirmado o papel do PCC enquanto única vanguarda política; centenas de quadros afastados durante a Revolução Cultural foram reabilitados, entre os quais Deng Xiaoping, ex-secretário-geral do PCC e braço direito de Liu Shaoqi.

Nos últimos dois anos de vida de Mao surgiu uma tremenda “oposição” às suas políticas, na forma de uma aliança centrada em Zhou Enlai e Deng Xiaoping, este foi o homem que posteriormente desmantelaria boa parte do legado maoísta. Mao o havia expurgado em 1966, no começo da Revolução Cultural, mas o trouxe de volta ao topo do poder em 1973. Nascido em Sichuan em 1904 – 11 anos mais moço que Mao – Deng foi para a França em 1920, num programa de estudo e trabalho, e lá se tornou comunista, sob a liderança de Zhou Enlai. Os cinco anos que passou em Paris despertaram-lhe o gosto por muitas coisas francesas: vinhos, queijos, croissants e cafés. Ele havia aderido ao comunismo na França, mas sua formação foi feita na Rússia, onde passou um ano depois de ser expulso pelo governo francês.

Em 4 de abril de 1976, vésperas do Festival Anual de Qingming (corresponde ao Dia de Finados no Brasil) em homenagem aos ancestrais mortos, milhares de pessoas se reuniram em torno do monumento memorial aos mártires da revolução chinesa no centro da imensa praça

Tiananmen, em frente à Cidade Proibida. Fora nessa praça da Paz Celestial que, em 1966 e 1967, Mao Zedong e Lin Biao tinham saudado o desfile de milhões de guardas vermelhos. Agora o povo de Pequim usava a ocasião para prestar homenagem a Zhou Enlai, que morrera no dia 8 de janeiro, com coroas, estandartes, poemas, cartazes e flores. Na manhã de 5 de abril uma nova multidão reuniu-se no memorial e descobriu que todos os tributos do dia anterior tinham sido removidos pela polícia. Os protestos acabaram em tumultos e agressões. Incendiaram-se carros da polícia e as mais de 100 mil pessoas forçaram entrada em vários prédios do governo que cercam a praça. A maioria dispersou-se por volta das seis da tarde. Mas um grupo irreduzível permaneceu na praça até as 10 da noite. A essa hora forças de segurança avançaram sobre os manifestantes e prenderam, segundo relatos oficiais, 388 pessoas – embora o número verdadeiro de prisões tenha sido certamente muito maior. Vários dos detidos foram submetidos a “juízos populares” na Universidade de Pequim, e outros foram mandados para campos de trabalho, para “se reformarem através do trabalho”.

Manifestações em homenagem a Zhou, embora em escala menor, ocorreram em outras cidades, como Zhengzhou, Kunming, Taiyuan, Xangai, Wuhan e Cantão. Entre as provocações que tinham irritado particularmente as autoridades estavam os gritos e cartazes dos manifestantes, afirmando que o domínio do imperador Qin Shihuangdi (o primeiro imperador da dinastia Qin) tinha acabado, e exigindo uma volta ao marxismo-leninismo “genuíno”. Deng Xiaoping, que para os manifestantes era o mais apropriado sucessor do falecido Zhou Enlai, foi homenageado.

Tratava-se de críticas óbvias a Mao e aos líderes radicais da Revolução Cultural. Apesar de o movimento ser espontâneo e não existir ligação alguma com Deng Xiaoping, o Comitê Central decidiu reagir, aparentemente a pedido do próprio Mao. Em 7 de abril um anúncio conciso, em nome de Mao e do Comitê Central, destituía Deng de todos os cargos, sem, no entanto, expulsá-lo da organização. Uma nota igualmente breve do mesmo dia nomeava Hua Guofeng primeiro vice-presidente do Comitê Central do PCC (abaixo apenas de Mao) e primeiro-ministro do Conselho de Estado.

Nos meses seguintes o processo contra Deng aprofundou-se em reuniões e sessões de estudo em todo o país. O incidente de Tiananmen foi comparado ao levante húngaro de 1956, Deng foi acusado de ser um novo Imre Nagy (líder comunista da Hungria que lançou um movimento da reforma, mas foi reprimido pela União Soviética em 1956 e executado dois anos depois) e os poemas colados no monumento memorial iguados à “linguagem maligna” contrarrevolucionária usada por Lin Biao em seu ataque secreto a Mao. À medida que se espalhava, a campanha contra Deng aglutinava-se em torno das acusações de que ele acreditava que a luta de classes tinha acabado na China, que estava tentando reverter os progressos da Revolução Cultural, que desejava restaurar o capitalismo.

O Retorno de Deng Xiaoping

Em 9 de setembro de 1976 morreu Mao, com 86 anos de idade, e levou com ele o fanatismo comunista. A luta pelo poder no PCC ganhou nova intensidade. Hua Guofeng liderou um golpe de Estado e foram subitamente presos, no dia 4 de outubro de 1976, os membros do grupo de Xangai, ora etiquetado como “bando dos quatro”, liderado por Jiang Qing, a viúva de Mao (com 66 anos, ela era membro do Politburo).¹⁹ Estes quadros radicais, que ocupavam altos cargos no Partido mas não gozavam de popularidade, foram acusados de formar um “bando contrarrevolucionário dos quatro”. Wang Dongxing, o chefe da guarda pretoriana de Mao, desempenhou papel fundamental nesse golpe. Foi Wang quem incentivou Hua Guofeng a tomar a decisão, planejou e executou pessoalmente as prisões da viúva de Mao e de seus associados.

Nunca um golpe de Estado foi acolhido com maior júbilo pela população. Em Xangai, a base de poder do “bando dos quatro”, as milícias operárias, que possuíam uma força de mais de 1 milhão de homens, e os comitês revolucionários, organizados pelos radicais nos anos anteriores, não se moveram. As tentativas de resistência e de apoio ao “bando dos quatro” foram reprimidas em algumas cidades antes que chegassem a tomar corpo.



Cartaz de propaganda política: Mao Zedong (esquerda) e Hua Guofeng (direita)

A ascensão de Hua, no entanto, era seguida pelo fantasma de Deng, perante o qual o primeiro buscou legitimar-se reivindicando a continuidade da linha revolucionária de esquerda do presidente Mao. Por isso Hua insistiu sobre a necessidade de continuar a campanha de crítica contra Deng, lançada por Mao. Mas os apelos à crítica contra Deng caíram no vazio, mantidos em tons mais baixos até mesmo pela propaganda, enquanto começavam a aparecer dazibaos com pedidos para que retornasse. Em janeiro de 1977, 1º aniversário da morte de Zhou Enlai, houve novas manifestações em sua homenagem na praça Tiananmen, desta vez não reprimidas, com invocações expressas em favor de Deng e da revisão do veredicto sobre as demonstrações do ano anterior, então esmagadas e condenadas como contrarrevolucionárias.

Nos meses de outubro e novembro o grupo radical de Xangai, que tinha sido tão fiel cão-de-guarda do extremismo maoísta, foi denunciado por quase todos os crimes políticos possíveis: perseguir os quadros revolucionários veteranos, instigar as massas a lutar entre si, caluniar veteranos do Exército, levar os jovens a se opor ao marxismo, usar o aparato de segurança pública para seus propósitos pessoais etc.

Em julho de 1977, num plenário do X Congresso do PCC, Hua Guofeng obteve a formalização de sua ascensão, porém precisava pagar o pedágio: reabilitar Deng Xiaoping. Em 21 de julho de 1977, na conclusão do plenário, foi anunciada a volta de Deng a todos os seus cargos: vice-presidente do Partido, vice-primeiro-ministro, vice-presidente da Comissão Militar do Partido, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Mezzetti, 2000:94).

Em agosto realizou-se o XI Congresso do PCC, no qual Hua declarou “concluída” a Revolução Cultural, enaltecendo-lhe as conquistas e

advertindo que “revoluções políticas dessa natureza ocorrerão muitas vezes no futuro”. Quanto ao “bando dos quatro”, que havia sido o maior expoente desta revolução, recorreu mais uma vez ao rótulo do direitismo: seus membros eram, “no interior de nosso Partido, típicos representantes dos latifundiários, da antiga e nova burguesia e dos contrarrevolucionários”. Eliminados os rivais, a linha permaneceu a mesma.

Por insistência de Deng Xiaoping, a revolta de Tiananmen foi inocentada, reetiquetada como movimento “revolucionário”. Portanto, Deng Xiaoping sancionou os direitos de protesto das massas e, agindo assim, ele se tornou um único líder “liberal” da época. Deng beneficiou-se das ações espontâneas das massas mais uma vez em 1978, com o surgimento do “muro de democracia”. Os ativistas do “muro” não foram os dissidentes políticos; a maioria simplesmente reivindicava um ambiente político mais aberto. Eles viam a reabilitação de Deng como uma garantia dos direitos democráticos. Criaram a “pró-Deng”, mobilização que indubitavelmente o ajudou a triunfar no III Plenário do XI Congresso do Comitê Central, em dezembro de 1978.

Porém, três meses depois de tomar o poder, Deng mandou fechar o “muro de democracia” e alguns ativistas mais falantes foram presos. Seu líder, Wei Jingsheng, foi condenado a 15 anos de prisão. Traumatizado pelas experiências da Revolução Cultural, e entre o poder e a democracia, Deng não tivera dúvida em escolher o primeiro.

Batalha pela Verdade

Em julho de 1977, quando Deng Xiaoping foi reabilitado e voltou a seus cargos, ainda restava a divergência sobre os “dois tudo”, ainda exaltados por Hua Guofeng, isto é, “tudo que o presidente Mao tenha dito deve ser obedecido; tudo que ele tenha decidido deve ser respeitado”. Deng Xiaoping e seus associados insistiam na “libertação do pensamento”, na “procura da verdade nos fatos” e na “prática como o único critério para se julgar a verdade”.

Não se tratava de uma disputa epistemológica erudita, própria de uma cultura milenar, e sim de encarniçada luta política. Para Hua Guofeng, tratava-se da continuidade da linha maoísta e intocabilidade dos arranjos decorrentes da prisão do “bando dos quatro”; para Deng Xiaoping, tratava-

se de uma sofisticada combinação de profunda ruptura com aparente continuidade. No final de 1978, no III Plenário do XI Congresso Nacional do Partido Comunista, que entrou para a história do Partido e da China como divisor de águas, foram reabilitadas as principais vítimas da Revolução Cultural e, ainda mais para trás, as do Grande Salto para Frente, de 1958, no qual a própria Revolução Cultural tem suas origens. Nesse plenário Deng Xiaoping declarou o fim das lutas de classe e mandou o Partido “colocar o foco no trabalho econômico”.

É pouco conhecido, fora da China, o impacto que teve lá um artigo escrito por um dos homens aliados a Deng Xiaoping, publicado em 1978 em todos os grandes jornais do país, martelando o tema: “A prática é o único critério da verdade”. Não havia verdades reveladas, nem na Bíblia ou no Corão, nem tampouco nos escritos de Marx, Engels, Lênin ou Mao Zedong. A verdade tinha de ser conquistada pelo cidadão. O artigo desencadeou um debate nacional de três anos, com efeitos profundos na liberação dos espíritos na China. Em 1998 o PCC comemorou solenemente os 20 anos do “Discurso sobre a prática”, e o então vice-presidente Hu Jintao discorreu sobre a determinação com que milhões de chineses vinham rompendo velhos grilhões intelectuais.

Quinta Modernização

O Terceiro Plenário do XI Comitê Central do PCC e a visita de Deng Xiaoping aos Estados Unidos deram-se no que inicialmente parecia ser uma nova atmosfera de liberdade intelectual na China. Por mais de duas décadas quase ninguém se sentira à vontade para falar contra um Estado que reprimia. Os guardas vermelhos não foram exceções, uma vez que falavam contra uma ortodoxia em nome de outra e racionalizavam suas críticas com o pensamento de Mao Zedong. Mas em novembro e dezembro de 1978, estimulados em parte pela reabilitação dos manifestantes de Tiananmen de 1976 e em parte pela nova abertura do país para o Ocidente, milhares de chineses começaram a colocar seus pensamentos em palavras, suas palavras no papel e os papéis nos muros, para serem lidos pelos passantes. O foco mais famoso dessas exposições veio a ser um trecho de muro vazio logo a oeste da antiga Cidade Proibida, em Pequim, parte da qual era agora um museu e parque, sendo outra parte destinada à residência

dos mais altos dirigentes nacionais. Devido à franqueza de alguns desses cartazes e à mensagem de muitos no sentido de que era preciso introduzir um pouco de liberdade democrática na China, essa área de Pequim ficou conhecida como o “Muro da Democracia”.

Em 1978, uma quantidade de escritos ganhou ampla circulação através de jornais e revistas controlados pelo Estado. Enfocando os horrores e tragédias vividos por muita gente durante a Revolução Cultural, essa “literatura dos feridos” (*shanghen wenxue*), como foi chamada, estimulava o debate e a reflexão sobre o passado da China e suas perspectivas para o futuro. Dezenas de outros sinais pareciam apontar para um novo degelo cultural, entre os quais podia-se incluir a decisão de montar a peça de Wu Han *Demissão do mandarim Hai Rui*, que havia sido alvo de ataque e perseguição política no início da Revolução Cultural, e *Galileu*, de Bertolt Brecht. Outro sinal estava na realização de uma conferência (em Kunming, a capital na província fronteira de Yunnan), para estudar um tema tabu: religião comparativa, com trabalhos apresentados sobre budismo, taoísmo, islamismo e cristianismo.

Os principais meios de expressão desse breve movimento democrático foram os dazibaos colocados nos murais, compostos por ensaios ou poemas, e uma ampla gama de revistas pequenas, geralmente feitas por grupos de amigos e impressas ou mimeografadas em edições limitadas. Os nomes dessas revistas eram provocativos: *Luzes*, *Fórum 4 de Maio*, *Ciência*, *Democracia e Direito*, *Notícias das Massas*, *Primavera de Pequim* etc. A mais famosa fita do Muro da Democracia foi Wei Jingsheng, o ex-guarda vermelho. Sua influência derivou um pouco de suas ideias, um pouco do título inspirado que escolheu para seu mural de 5 de dezembro de 1978: “A quinta modernização”. Tratava-se obviamente de um tapa de luva no rosto da hierarquia do PCC, inclusive de Deng Xiaoping, que declarara as “quatro modernizações” (modernizações nos quatro setores, isto é, indústria, agricultura, ciência e tecnologia e defesa nacional) base suficiente para a transformação da China. Wei insistia que, enquanto o país não abraçasse uma “quinta modernização”, as outras quatro seriam “apenas outra promessa”. Para Wei, a “quinta modernização” era a democracia, “o poder nas mãos das próprias massas trabalhadoras”, em vez do controle pelos representantes corruptos do Partido Comunista, que tinham imposto uma nova “autocracia” sobre os operários e camponeses da China (Spence, 1996:618).

O movimento da democracia foi levado adiante com mais do que palavras. Em 17 de dezembro de 1978, 28 jovens realizaram uma manifestação na praça Tiananmen (em seguida, uma greve de fome), para protestar contra as condições de vida e trabalho no sudoeste rural do país. Embora esse número parecesse lamentavelmente pequeno, os manifestantes afirmavam falar em nome de 50 mil jovens que tinham sido mandados para o trabalho agrícola em Yunnan, e mantinham-se em “greve geral” desde 9 de dezembro, em oposição aos dirigentes partidários locais, que haviam “pisoteado seus direitos humanos”. Em outro incidente, em 8 de janeiro de 1979, vários milhares de pessoas que tinham sido mandadas para o campo em torno de Pequim realizaram uma manifestação na cidade, levando estandartes que diziam “não queremos fome” e “queremos direitos humanos e democracia”. No final de janeiro cerca de 30 mil trabalhadores e seus filhos, mandados para o interior, entraram na capital, acampando em torno da estação ferroviária e ruas laterais, muitos vestindo apenas trapos na temperatura abaixo de zero, com o objetivo de fazer uma petição de ajuda aos dirigentes governamentais. Pelo menos oito morreram de frio. Em Xangai, jovens mandados das universidades para o campo invadiram a cidade e cercaram a sede do Partido durante várias horas. Em Hangzhou surgiram cartazes exigindo o “direito de viver como seres humanos” e protestando contra a espantosa escassez de moradia na China, o que tornava difícil até para casais com 30 ou mais anos de idade achar um quarto onde pudessem ter alguma privacidade. Em Cantão apareceram numerosas revistas dissidentes e colaram-se nos muros pedidos de libertação dos presos do caso “Li-Yi-Zhe” de 1974.²⁰

A previsível reação do governo começou na metade de janeiro, antes da partida de Deng Xiaoping para Washington. Parece possível que Deng tenha inicialmente estimulado os cartazes do Muro da Democracia porque as ideias deles sobre modernização coincidiram muitas vezes com as suas próprias e porque criticavam ou zombavam das atitudes de Hua Guofeng e outros maoístas radicais. Mas quando os manifestantes começaram a questionar os fundamentos do próprio PCC, Deng voltou-se contra. Assim, os atos de Deng repetiam os de Mao em 1957, quando desencadeara a campanha antidireitista para reprimir o Movimento das Cem Flores, que acabara de pôr em andamento. Lembre-se de que, em 1957, o próprio Deng, na qualidade de secretário-geral do PCC, desempenhou também um papel importante no amplo expurgo dos intelectuais.

No final de março de 1979 Wei Jinsheng, que escrevera vários textos provocadores, foi detido, processado e condenado a 15 anos de prisão. As revistas foram fechadas uma a uma e, em 1º de abril, foi suspenso o direito de pendurar cartazes nos muros, exceto em alguns poucos locais específicos, sob supervisão policial. Em 5 de abril, o dia do Festival do Qingming, quando se poderiam esperar grandes demonstrações como as de 1976, os participantes do Muro da Democracia estavam abatidos demais para reagir, e o dia passou sem incidentes.

Enquanto o Muro da Democracia foi reprimido, suas vozes foram incorporadas nas várias revistas oficiais. Em lugar de confrontação direta, a dissensão tomou nova forma, a dissensão literária, isto é, o uso da analogia histórica, de referências literárias e reinterpretação da ortodoxia marxista-leninista. O jornalista Liu Binyan publicou uma reportagem literária na revista Literatura do Povo, de setembro de 1979, intitulada “Gente ou monstros”, denunciando os funcionários corruptos e criticando os defeitos estruturais do sistema socialista. O caso de Liu Binyan constitui um tremendo exemplo de como o papel crítico dos escritores “responsáveis” poderia ser eficaz, mesmo sendo controlado pelo Partido-Estado. Nos anos 1980 a “literatura dos feridos” (*shangheng wenxue*) se tornou a corrente principal: os ex-guardas vermelhos descreviam suas experiências na Revolução Cultural e sua vida no campo. Alguns ex-direitistas, agora inocentados e reabilitados, escreviam suas experiências no campo de trabalho, e nos “currais de vaca” (campos de trabalho para “reeducar” os quadros, montados por Mao). A maioria das obras foi publicada pelas revistas e editoras oficiais.

Entre o poder e a democracia, Deng não tivera dúvida em escolher o primeiro e reprimir a democracia. Porém, também demonstrou bastante flexibilidade na condução dos negócios do Estado. Combatia o “tudoísmo” de Hua Guofeng (obedecer tudo quanto Mao dissera e garantir a continuação de tudo quanto Mao decidira). Deng Xiaoping empunhava publicamente o slogan maoísta de “procurar a verdade nos fatos”, promovia energicamente sua imagem de pragmático e ampliava o sentido da frase de Mao ao acrescentar uma cláusula crucial: “e fazer da prática o único critério da verdade”. Ele e seus dois protegidos, Hu Yaobang, nomeado em 1981 secretário-geral do PCC, e Zhao Ziyang, que substituiu Hua Guofeng no posto de primeiro-ministro em setembro de 1980, implantaram várias políticas para corrigir os erros cometidos durante os

“10 anos desastrosos”. O ex-dirigente Liu Shaoqi foi formalmente inocentado de todas as acusações feitas contra ele durante a Revolução Cultural.

O “bando dos quatro” foi finalmente levado aos tribunais em novembro de 1980. Iniciaram-se os procedimentos do tribunal diante de 35 juizes, entre os quais estava o sociólogo Fei Xiaotong, cujo rótulo de “direitista”, atribuído em 1957, tinha sido finalmente removido em 1980. Era simbolicamente apropriado que essa eminente figura política e acadêmica, que não tivera permissão para publicar nada por 23 anos, ajudasse a julgar os seguidores mais extremistas de Mao Zedong. Parte dos procedimentos era transmitida pela televisão estatal, diariamente, para uma vasta audiência nacional. Havia 10 acusados no total: o “bando dos quatro”, cinco oficiais graduados do Exército acusados de cumplicidade com Lin Biao, e Chen Boda, um especialista ideológico, ex-secretário de Mao.

Foi levado a julgamento o “bando dos quatro”, acusado de “perseguir até a morte” cerca de 34.800 pessoas durante a Revolução Cultural, e de ter “incriminado falsamente e perseguido” outras 729.511 durante sua permanência no poder. Durante o julgamento a viúva de Mao comportou-se desafiadoramente, gritando com as testemunhas, chamando os juizes de “fascistas” e mantendo-se firme em sua defesa ao afirmar que Mao apoiara as atividades dela durante a Revolução Cultural e que, no fundo, estava apenas obedecendo à vontade dele, como se fosse um seu “cão-de-guarda”. Zhang Chunqiao recusou-se a responder às questões do promotor. A maioria dos outros réus comportou-se de forma mais amena, aparentemente abatida pelos longos anos de cárcere. Na verdade, todos os réus serviram como bodes expiatórios: não havia sido Mao quem iniciara a Revolução Cultural? Não havia sido Mao quem colocara Lin Biao no apogeu do poder e, depois, o lançara “no lixo da história”? Por que os erros de Mao eram os de um grande revolucionário (de acordo com Deng, Mao estivera correto 70% do tempo e incorreto apenas 30%), enquanto os erros de seus seguidores mais leais eram considerados “crimes contrarrevolucionários”? Contudo, neste julgamento, embora fosse ele o ator principal, o retrato do presidente Mao permaneceu no portão da praça da Paz Celestial.

Entretanto, o simbolismo era definitivo. Tudo indicava que a era do “extremismo maoísta” já tinha acabado. E a história da China entraria numa fase de desenvolvimento e democratização.

6. O Partido e o Poder na China: 1949-1989

Por 2 mil anos a China foi governada por um regime imperial centralizado, e o povo chinês acostumou-se com a forma imperial de governo. Mesmo depois da fundação da República Popular, valores culturais e estruturas políticas tradicionais continuaram influenciando o sistema de liderança comunista. A profundidade dessa influência é surpreendente. Persistiram os problemas, como o excesso de hierarquia, a concentração do poder, o culto à personalidade e o sectarismo político.

Os dirigentes comunistas da China buscavam destruir a estrutura tradicional, mas certos elementos culturais tradicionais permanecem no sistema socialista. Diversos métodos foram aplicados para reduzir estes problemas, por meio de medidas que os líderes da reforma tentaram implementar nos anos 1980: um sistema legal aperfeiçoado; ênfase em perícias, educação e eficiência; maior liberdade individual; procedimentos democráticos. Acredita-se que estes métodos sejam mais apropriados e efetivos para lidar com problemas da China.

O Poder do Partido

Na China maoísta, o Partido Comunista é um corpo político, funcional e governante. Ele é responsável pelo funcionamento do sistema socialista, controlando todos os setores: indústria, agricultura, comércio, cultura e educação, o Exército e o governo. Seu poder se estende a todas as áreas funcionais: da liderança central do Partido e do governo, das províncias e municípios para as fábricas, lojas comerciais, bairros e comunidade, escolas e Exército.

Semelhantemente ao imperador, a liderança do PCC tem como propósito básico assegurar a unidade, a estabilidade, a integração, o desenvolvimento e a segurança nacional. Neste sentido o Partido desenha uma “linha geral” (*luxian*) ou um “pensamento-guia” (*zhidao sixiang*) para orientar os programas econômicos, culturais, sociais e militares. Ele estabelece políticas e métodos compatíveis com a “linha geral”. Mas nenhuma política pode ser implementada uniformemente num país tão vasto e diversificado;

os quadros locais têm a responsabilidade de cumprir a tarefa política do Partido levando em consideração as condições locais específicas.

São os quadros das províncias, dos municípios e da zona rural, das fábricas, escolas, bairros, empresas coletivas e estatais nas cidades que normalmente determinam o sucesso ou o fracasso de uma determinada política. Por motivos diversos os quadros podem modificar ou engavetar uma política vinda do Comitê Central, por obstruir ou desviar-se das políticas centrais. Isto porque, para mencionar só algumas razões, políticas novas poderiam estar em conflito com os interesses e situações locais ou com as ambições, carreiras ou estilo de vida desses quadros. Não surpreendentemente, então, desde 1949 a liderança central sempre culpa os quadros de baixo nível da hierarquia pelos fracassos e pune aqueles tidos como culpados.

O Partido é organizado conforme os princípios hierárquicos leninistas. Pela teoria do “centralismo democrático”, órgãos de nível mais alto devem escutar as opiniões dos órgãos do nível mais baixo, e as células partidárias do nível baixo devem obedecer aos seus superiores. Organizações partidárias regionais, unidades estatais, células nas unidades de trabalho, e organizações de massa elegem delegados (entre os membros do PCC) para o Congresso Nacional do Partido. Entre estes delegados, elegem-se os membros do Comitê Central. Um punhado de candidatos é eleito para o Politburo, que dirige o Partido. A eleição é bastante arbitrária, refletindo o jogo do poder no centro. O XIII Congresso do Partido Comunista, em outubro de 1987, foi o primeiro no qual os delegados foram eleitos através de votação secreta, e o primeiro no qual o número de candidatos foi maior que o número de cadeiras no Comitê Central: 300 candidatos disputaram 175 vagas para deputados e 110 vagas para suplentes. Não há eleições abertas para o Politburo – Deng Xiaoping escolhe pessoalmente os membros do Politburo (30 a 50 pessoas) e do seu Comitê Permanente (cinco a sete pessoas).

Supostamente, o Comitê Permanente do Politburo é o poder mais alto no Partido. Na prática, o secretário-geral – que é um membro do Comitê Permanente do Politburo – assume as funções do Comitê Central. O secretário-geral convoca reuniões do Politburo e de seu Comitê Permanente, e supervisiona o trabalho desse corpo decisório. Passo a passo, o secretário-geral concentrou grande parte do poder central. Ainda

em 1982, o primeiro-ministro Zhao Ziyang declarou que o Politburo só se encontrava durante algumas horas numa tarde de cada semana porque a maioria de seus membros era muito velha (a idade média era mais de 80 anos) e de saúde frágil para participar efetivamente das reuniões políticas. Portanto, o secretário-geral exerce o poder não só nos assuntos de ideologia, propaganda e organização do Partido, mas também na formulação política. Em meados dos anos 1980 um poder extraordinário tinha sido concentrado nas mãos do secretário-geral. Embora Hu Yaobang tenha sido removido do cargo de secretário-geral em 1987, seu sucessor, Zhao Ziyang, fortaleceu o poder desta pasta.

Desde 1949 até sua morte em 1976, Mao Zedong ocupava a presidência do Partido, selecionava os membros para o Politburo – Comitê Central e Comitê Permanente. Mao baseava suas decisões pessoais em grande parte considerando a antiguidade e a lealdade para com ele. E os congressos do Partido Comunista funcionam como “carimbos de borracha” para endossar as decisões do líder máximo.

De acordo com o “centralismo democrático”, o Partido só tomava decisões depois de consultar os membros de todos os níveis. Supõe-se que seus militantes participem da formulação política e que as opiniões da baixa hierarquia sejam transmitidas para o nível superior, onde as ideias mais apropriadas são repassadas para o nível mais alto. Uma vez tomada a decisão, é considerado impróprio para os membros da baixa hierarquia discutir seus méritos. A Constituição do PCC, de 1982 especificamente, proibiu organizações do nível baixo de expressarem publicamente as diferenças de opinião.

Desde os tempos imperiais o poder na China reside nos indivíduos, não nas instituições. Tanto os imperadores quanto os líderes do Partido tendem a capturar instituições e transformá-las em base de poder próprio. Instituições têm tanto poder quanto o seu chefe. Assim, na história da República Popular da China, indivíduos com afiliações institucionais insignificantes ganharam enorme poder e, reciprocamente, a líderes de instituições poderosas faltou poder proporcional. Podemos citar o caso de Hua Guofeng, que de 1977 a 1980 ocupou duas posições institucionais mais importantes (a de presidente do Partido, e a de primeiro-ministro do Estado), enquanto Deng Xiaoping era meramente um vice-primeiro-ministro. Deng, entretanto, exerceu maior poder.

Não obstante essas características gerais, duas instituições partidárias exerceram grande poder nos anos de 1980: a Comissão da Disciplina e Inspeção e a Comissão dos Assuntos Militares.

Comissão da Disciplina e Inspeção do Comitê Central

A Comissão da Disciplina e Inspeção do Comitê Central do Partido é responsável por três tarefas: manter a moralidade e a disciplina do Partido; orientar as organizações para corretamente implementar suas políticas; e investigar os casos de violação das disciplinas pelos quadros.

Antes de 1978, porém, tal comissão representou um papel limitado no controle do PCC. No IX Congresso do Partido, em 1969, ela foi eliminada. Em seu lugar Mao chamou as massas revolucionárias para supervisionarem a disciplina partidária, através dos recém-criados comitês revolucionários (órgãos mistos compostos de soldados, operários e quadros veteranos). Em 1978 a Comissão da Disciplina e Inspeção foi restabelecida do centro até o nível de municípios e empresas estatais. Foi uma tentativa de devolver o poder ao Partido, obrigando os governantes a se restringirem no uso do poder.

De 1966 a 1976, calúnia, difamação, mesquinhez e tortura física de membros do PCC tinham sido predominantes. As primeiras tarefas da Comissão da Disciplina e Inspeção do novo sistema foram investigar milhões de casos de injustiça e de reivindicações no sentido de inverter os veredictos errados. Também foi a comissão responsável por apurar e expurgar os militantes do Partido que executaram as políticas fanáticas na Revolução Cultural. A disciplina partidária se tornou uma ferramenta importante para exonerar todos os que avançaram na carreira pelo radicalismo ideológico durante os “10 anos desastrosos” (1966-1976).

Em 1980 a Comissão da Disciplina e Inspeção produziu uma série de “princípios-guia” junto com um catálogo de denúncias contra os abusos de poder de Mao e do Partido sob sua liderança. Esses princípios ressaltam a decisão coletiva e o debate interno do Partido antes da decisão; proibição das práticas de culto à personalidade; tolerância à divergência; proibição de expurgos dos militantes quando estes exprimiam opiniões divergentes sem,

no entanto, defender atividades sectárias; proibição da luta desumana entre membros do PCC; reuniões e eleições regulares; igualdade de todos os componentes do Partido perante suas disciplinas e regras; proibição da corrupção e do nepotismo; promoção de acordo com mérito etc. Finalmente, à Comissão da Disciplina e Inspeção se conferiu o poder de investigar os crimes econômicos.

Para assegurar a aderência aos “princípios-guia”, a comissão também servia como o “tribunal” do Partido, bem como recebeu poder para processar os quadros e julgar a inocência ou a culpabilidade dos membros sem defesa legal; o Ministério da Justiça decidia punições de acordo com a recomendação da Comissão da Disciplina e Inspeção. Por um lado, isso interfere no princípio de um sistema legal independente e viola o princípio de igualdade perante a lei. Por outro lado, num sistema autoritário e unipartidário, a existência de um tribunal partidário também contribui para controlar o comportamento dos quadros; portanto, ajudando a combater a corrupção.

Comissão de Assuntos Militares (CAM)

O ditado de Mao era: “o poder político nasce do cano de fuzis, mas o Partido sempre controla esta arma”. O órgão do partido que controla essa arma é a Comissão de Assuntos Militares (CAM), um verdadeiro supremo comando militar. A CAM ordena o movimento das tropas e define os critérios para seleção e promoção dos oficiais do Exército de Libertação Popular (ELP). Em 1984 a CAM determinou que qualquer um que aspire a ser um oficial ou a ser promovido tem de se formar em uma academia militar. No contexto de controle civil do Partido sobre o Exército, a CAM pode determinar a estratégia das Forças Armadas e as táticas da guerra, e, até alterar sua estrutura de comando, e pode decidir acerca de suas atividades diárias em tempos de paz. Na década de 1950 Mao decidiu colocar “a política no comando”, e, em função da vontade dele, a estratégia das Forças Armadas, sua estrutura de comando e suas atividades diárias, foram todas alteradas. Com ajuda de Lin Biao, Mao implementou o culto à personalidade nas Forças Armadas. Foram abolidas as patentes e insígnias dos oficiais. O princípio-guia do ELP passou a ser “homem em lugar de armas”, ou seja, soldados equipados com o “correto” pensamento político

(maoísta) derrotariam os inimigos equipados com armas tecnologicamente superiores. Consequentemente, armamentos sofisticados providos pelos soviéticos foram menosprezados. Os oficiais do ELP foram obrigados a participar na produção agrícola e, até mesmo, a fazer as próprias roupas. Tudo isso estava de acordo com as preferências pessoais de Mao, que defendia a estratégia de uma guerra popular em lugar da guerra moderna.

Os acontecimentos históricos dos anos 1960 demonstram a importância da CAM como a base de poder. Embora Mao tenha perdido o controle sobre a liderança política depois do desastroso Grande Salto para Frente (1958-1960), seu controle sobre o ELP deu-lhe uma base suficiente para catapultar-se de volta para o apogeu do poder durante a Revolução Cultural.

Problemas do Exercício do Poder

Desde os primeiros dias da República Popular da China, Mao Zedong e outros líderes do Partido tinham a convicção de que certos aspectos do “feudalismo” da China contribuíam para a perpetuação de práticas incompatíveis com o socialismo, tais como o respeito e a submissão à autoridade, a aceitação da ordem social hierárquica, a superioridade dos funcionários sobre as massas. Percebe-se que as ideologias e práticas tradicionais, como o culto da personalidade, o sectarismo, o patriarcalismo, o privilégio e a hierarquia permaneceram no Partido, exercendo influências sobre os seus líderes mesmo depois da morte de Mao. Os chineses experimentaram períodos de mudança, mas ainda dentro da mesma estrutura cultural. Estudaremos dois problemas mais fundamentais: o feudalismo e o faccionalismo.

Feudalismo

O sentido chinês do termo “feudalismo” (*fengjian zhuyi*) é diferente daquele que lhe é atribuído pelos historiadores ocidentais. Noções ocidentais de feudalismo se referem a uma sociedade de ordens rígidas e hierárquicas. A sociedade é descentralizada e cada senhor tem direito de exercer autonomia dentro da área sob seu controle. A mobilidade social está limitada e a sucessão dos títulos é baseada no nascimento. Os senhores

distribuem pedaços de terra (ou seja, “feudos”) para os vassallos em troca do serviço militar. Dentro do feudo, o poder é altamente centralizado nas mãos do senhor. A lealdade pessoal ao senhor é absoluta e inquestionável e, normalmente, precede à lealdade ao rei. O feudalismo é exemplificado pelo tipo de sociedade que existiu na França medieval. Seus componentes principais incluem um campesinato meeiro, o uso difuso de feudos em troca de serviço militar, guerreiros especializados que fazem parte da classe dominante, uma sociedade definida pela obediência diferenciada e pela autoridade fragmentada.

A China tradicional não era feudal no sentido ocidental. As classes sociais da China durante os 2 mil anos passados eram relativamente abertas. O nascimento de uma pessoa não determina imutavelmente sua classe social. Se um homem jovem fosse talentoso, o seu clã poderia subscrever a despesa para a sua educação de forma que ele poderia subir na escala social, de humilde camponês para a categoria de estudioso-funcionário. De modo geral, a entrada na burocracia era determinada pelo desempenho no exame de serviço civil, não por nascimento. Nesses aspectos, a estrutura social tradicional da China possui muitas semelhanças com a estrutura social de sociedades relativamente modernas.

Apesar dos fatos históricos, os comunistas chineses usam o termo “feudalismo” para caracterizar a sociedade chinesa tradicional. A visão de Marx sobre o feudalismo é diferente do padrão do feudalismo europeu. Para Marx, o feudalismo se refere a um período associado a uma economia rural e pré-capitalista. O determinismo histórico marxista afirma que a sociedade humana se desenvolve ao longo de um caminho linear composto de uma série de fases: sociedades avançam do comunismo primitivo para a escravidão, para o feudalismo, para o capitalismo; do capitalismo para o socialismo e, finalmente, para o comunismo. Certas características econômicas e sociais são atribuídas a cada período histórico. O mais importante para comunistas chineses é que o feudalismo está associado com sociedades agrícolas e rurais, com uma “mentalidade do camponês”. Desde que a China tradicional não era, e provavelmente nunca foi, uma “sociedade escravista”, muito menos uma sociedade capitalista, conseqüentemente os historiadores comunistas chineses tiveram pouca escolha além de afirmar que a China era feudal durante mais de 2 mil anos (apesar da existência dos “brotos de capitalismo”).

Com a vitória comunista em 1949 foram eliminadas as propriedades rurais “feudais”. Mas a liderança do Partido reconheceu que as “escórias feudais” tinham sobrevivido ao fim do sistema feudal. Mao tentou eliminar alguns elementos da cultura tradicional (taxada como cultura feudal) que estorvam o socialismo, mas os atribuiu ao capitalismo, à contrarrevolução. Ele lançou diversas campanhas contra a “via capitalista”, como, por exemplo, a campanha de “educação socialista” de 1964 e as lutas contra os “seguidores da via capitalista” no interior do Partido, durante a Revolução Cultural. Os métodos adotados para atacar práticas feudais nos anos que se seguiram a 1949 não fi zeram desaparecer o feudalismo. Campanhas políticas, movimentos de massa e expurgos não eliminaram o burocratismo, o elitismo, o paternalismo e os outros problemas tidos como “feudais”, e, ao contrário, criaram outros problemas, vitimando as pessoas inocentes e semeando suspeitas e desconfianças entre os cidadãos, atrasando o avanço da educação, ciência e tecnologia, forçando a população a se dividir em “classes” e “facções” para se proteger.

Desde 1949, a ideologia oficial do Partido segue a linha marxista e insiste em que a China havia se libertado do feudalismo e do capitalismo, e podia avançar agora do capitalismo para o socialismo. A questão do feudalismo não tinha sido foco de discussão até 1978, quando os líderes da reforma revisaram a história oficial do Partido e redefiniram os problemas da China. Até 1978, de fato, quem ousasse sugerir que a China tradicional era feudal enfrentaria a censura política, pois tal sugestão divergia da ortodoxia marxista. Em 1979 os reformistas reinterpretaram a história da China. De acordo com a nova visão, o capitalismo na China tinha sido muito fraco para levar a cabo uma industrialização adequada. Como resultado, o país entrou na fase socialista prematuramente, sem uma base sólida de desenvolvimento industrial. Portanto, o país precisa se concentrar na modernização, e até mesmo reverter para o “modo de produção capitalista” para atingir um nível adequado de industrialização.

Os líderes reformistas admitiram que o país viveu um longo período feudal e as ideias e práticas feudais continuaram a existir depois de 1949. Permaneceram atitudes de “clã” e comportamentos patriarcais, um sistema burocrático, o elitismo, a concentração do poder e o sectarismo. A liderança da reforma usa até mesmo o termo “feudalismo” para se referir à rigidez, ao dogmatismo, ao nepotismo e às posições vitalícias para os governantes. Segundo a nova visão, o feudalismo tem-se tornado a “contradição

principal” que dificulta a modernização acelerada. Conseqüentemente, o feudalismo, em vez do capitalismo, é que há de ser eliminado. Pela teoria marxista, o capitalismo é o antídoto do feudalismo.

Nesse contexto pós-Mao, o feudalismo se tornou uma etiqueta para definir os erros do maoísmo e do socialismo chinês. O intuito dos reformadores era atacar os erros do regime de Mao e, ao mesmo tempo, evitar os perigos de “desmaoificação”; por isso, tomaram o cuidado de manter a validade do socialismo.

Trata-se de uma estratégia política. Nos anos 1980 críticas ao feudalismo proviam uma ferramenta teórica para justificar os métodos capitalistas introduzidos nas “quatro modernizações” da China. Afirmando que os problemas da China têm raízes feudais, a liderança evitava a luta contra o capitalismo. A linha oficial da reforma acreditava que a China precisava da concorrência saudável que o capitalismo gera. O capitalismo provê um antídoto terapêutico para a economia planificada e, por isso, a liderança dirigiu toda sua crítica contra os valores e práticas “feudais”. Para tranquilizar os marxistas ortodoxos, o governo insistia que estava controlando o desenvolvimento do capitalismo, de forma que isto não se tornasse espoliativo na China. Quando a China alcançasse um nível bastante alto de desenvolvimento econômico, os métodos capitalistas cederiam seu lugar aos métodos socialistas.

Faccionalismo (ou Sectarismo)

Apesar da sua predominância sobre a sociedade chinesa, o Partido não é, e nunca foi, monolítico. Ao longo do período desde 1949, ocorreram fissuras causadas pelas divergências acerca de meios e fins para alcançar o socialismo. Até 1976, quando morreu o presidente Mao, o Partido Comunista foi tão dividido que Hua Guofeng lançou um golpe e liquidou o “bando dos quatro” – a facção mais radical dentro do Partido. Nas lutas pelo poder, facções formam-se ao redor de líderes individuais que personificam orientações políticas distintas. O propósito principal da facção é, no mínimo, manter o poder já conquistado, proteger e apoiar os integrantes da própria facção e, se possível, ganhar mais poder ante os adversários.

Da perspectiva ocidental, o sectarismo (ou faccionalismo) não é problema. Num sistema político democrático, facções são simplesmente uma forma saudável de disputa política entre a elite. De fato, facções chinesas podem ser vistas como partidos dentro do Partido. Elas servem como um freio para as políticas mal-concebidas. Facções dentro do sistema de liderança chinesa representam grupos de interesse significativamente distintos. Políticas que as ignoram ou ofendem encontram dificuldades sérias.

No entanto, da perspectiva do “centralismo democrático”, facções são, quase por definição, traiçoeiras porque minam a autoridade política e a unidade do Partido Comunista. Embora sempre tenham existido diversas alas no interior do Partido Comunista, os cidadãos raramente souberam disso até um grupo ser atacado publicamente e seus membros exonerados, ou até que a ala dominante enviasse abertamente advertências ao grupo adversário. A liderança dominante reluta em admitir a existência de facções e em vê-las como um corpo conspirativo formado por indivíduos ambiciosos, que querem angariar mais poder, constituindo-se, por isso, num atentado potencial à unidade da nação.

Facções respondem às ameaças ao próprio poder tentando bloquear políticas que prejudiquem sua base. Elas usam palavras de código, analogias históricas, referências obscuras e reinterpretações de textos marxistas-leninistas ortodoxos (frequentemente em artigos e discursos que aparecem nos meios de comunicação de massa) para expressar sua oposição às políticas da ala dominante e para mobilizar apoio da própria facção.

Elas atacam um líder adversário com insinuação literária (um caso típico é a peça teatral *Demissão do mandarim Hai Rui*) ou referências históricas para mostrar sua dissensão diante das políticas da facção dominante. A consequência desse tipo de disputa entre as elites foi que, durante os anos de 1966 a 1976, diversos quadros do grupo divergente foram expurgados e perseguidos até a morte pela ala radical encabeçada por Mao Zedong.

No sistema autocrático maoísta, facções não são análogas aos grupos de interesses, como nos países democráticos, porque não existem interesses econômicos privados. Elas atuam dentro do Partido; não representam interesses institucional, geográfico e social claramente definidos, embora tais interesses possam contribuir para a sua formação. Elas tendem a ser

constelações pessoais de poder, de grupos de quadros e funcionários que, por diversos motivos, se unem, compartilham confiança e lealdade mútua, e têm inimigos comuns. Frequentemente a motivação é a “autodefesa” da carreira. Na situação normal (de equilíbrio), as facções representam canais informais através dos quais são manifestadas as queixas, divergências, ambições, os interesses e o medo de ostracismo político e social. Numa situação extrema, como ocorreu na Revolução Cultural, elas servem como trincheiras da batalha.

Revisão das Fichas Pessoais

Antes de 1949 o Partido Comunista atuava na clandestinidade, já mantendo fichas secretas (dang'an) sobre seus afiliados. Depois da tomada do poder, em 1949, foram instalados gradativamente em todo o país os aparatos da polícia política, com um sistema extenso de fichas secretas. Isto é, em cada unidade de trabalho, o setor dos Recursos Humanos mantém fichas de todas as pessoas efetivas e aposentadas. Essas fichas funcionam como dossiês secretos, que cadastram todos os dados pessoais, inclusive informações “políticas”. O que é “político” pode ser muito amplo: dedicação ao trabalho, frequência às reuniões políticas, “manchas negras” (como, por exemplo, amizade pessoal com um “reacionário”), reclamações sobre as falhas do Partido ou de algum líder em particular. Também podem ser encontradas nas fichas cartas de denúncias anônimas (geralmente escritas por amigos e colegas dentro da mesma unidade de trabalho, sob incentivo do Partido), cujos autores não serão responsabilizados em caso de denúncias falsas. O aspecto maldito das fichas é que o sujeito não tem nenhuma chance de refutar os conteúdos do seu dossiê. Além de “manchas negras”, cartas de denúncias e os comentários dos supervisores, uma ficha-dossiê contém também informação sobre o histórico familiar da “classe”, educação, relações sociais e participação em organizações políticas antes de 1949. Uma vez registrados na ficha, “erros” ou “manchas” no passado se transformariam em objetos da “luta de classes” no futuro. O conteúdo das fichas é mantido em sigilo, e acompanha os indivíduos ao longo das carreiras. Os supervisores das fichas-dossiê são membros do Partido, integram a polícia

política e, embora não pertençam à polícia secreta, estão ligados à rede de segurança pública.

A função principal do sistema das fichas-dossiê era controle político. Nos anos 1960/1970, quando começou uma campanha de “luta de classes”, as fichas foram reexaminadas para descobrir o histórico de “classe” dos indivíduos, as informações suspeitas dos alvos escolhidos. Dados que pareceriam inócuos em outros momentos, como nível de educação, estilo de se vestir ou hábitos alimentares, poderiam assumir importância suprema se a campanha fosse destinada a lutar contra “peritos brancos” (técnicos e intelectuais desinteressados na política), ou “elementos capitalistas”.

Certamente o sistema de fichas pessoais tem contribuído muito para um alto grau de conformidade ideológica (pelo menos na aparência), e por isso serviu como um poderoso mecanismo de controle social. Por outro lado, fichas-dossiê incentivavam a bajulação política e inibiam as críticas construtivas dos cidadãos, estrangulando iniciativas que poderiam ajudar avançar a modernização do país.

Nos anos 1980, os líderes reformistas reexaminaram as fichas-dossiê, não com a finalidade de eliminar o sistema, mas para salvar os líderes políticos castigados pelos dossiês “injustos, falsos e errados”, feitos durante a Revolução Cultural. Na medida em que as fichas-dossiê são referências cruciais para recrutamento, promoção, remoção etc., a revisão de fichas torna-se um trabalho altamente sensível. O processo também é demorado, porque muitos conteúdos devem ser averiguados antes de ser removidos.

Tentativas de Transparência nos Anos 1980

Talvez devido aos longos anos de clandestinidade durante a Revolução, o sistema de sigilo permaneceu depois da vitória comunista de 1949. Até os anos 1980 a maioria das notícias sobre o estrangeiro foi classificada como interna (*neibu*), sobre as quais somente poderiam ser informados os quadros e funcionários de alto escalão. A elite dirigente da China assim controlava a imprensa e violava, sem restrição, o direito de informação dos cidadãos comuns.

O sistema de sigilo permite que escândalos e erros políticos escapem da censura pública. Na China imperial os imperadores tomavam decisões por trás da cortina, a portas fechadas. Sob o socialismo o sigilo continuou, a ponto de só um punhado de líderes saber como e por que são tomadas as decisões. É quase impossível para as pessoas comuns, ou até mesmo líderes do baixo escalão, ter conhecimento de como foram tomadas as decisões, em que tipo de informação estão embasadas essas decisões e quais foram as alternativas possíveis. Sob o pretexto de sigilo, a China deixou de publicar o relatório anual de estatística de 1959 a 1978 porque Mao desejava esconder os dados econômicos duros para evitar que outros líderes o desafiassem com essas informações.

Esforços nos anos 1980 para abrir o sistema ao público representam um grande avanço na China. Durante o XIII Congresso do Partido, em 1987, foi dada publicidade ao Politburo e ao Comitê Central. Pela primeira vez na história da República Popular, jornalistas chineses e estrangeiros tiveram permissão para cobrir as reuniões do Congresso. Os jornais e a televisão trouxeram ao público informações que os cidadãos nunca antes haviam recebido. Maiores poderes foram devolvidos às províncias e aos municípios. A imprensa vem divulgando grande quantidade de informações detalhadas sobre a economia da China. Tudo isto significa que os líderes estão se tornando mais abertos e transparentes nos negócios do governo.

Reforma no Recrutamento dos Quadros do Partido

O recrutamento para os aparatos partidários e estatais foi uma preocupação constante para os líderes da China desde 1949. No entanto, a liderança do Partido Comunista estava dividida acerca dos critérios para o recrutamento. Antes de 1955, a qualidade técnica dos quadros foi negligenciada pela necessidade de convocar grande número de militantes num curto espaço de tempo. Por conseguinte, os inscritos subiram de cerca de 4,5 milhões em 1949 para aproximadamente 14 milhões em 1959. A ênfase estava na militância – alistar em grande parte militantes originários das classes mais baixas, particularmente os camponeses pobres, que tinham baixo nível de educação, mas eram considerados aliados naturais da

revolução. Pressões semelhantes também afetaram a qualidade técnica do recrutamento de funcionários para o setor estatal.

Mas, uma vez que o Partido e o governo resolveram edificar o socialismo no país, passo a passo, a qualidade técnica assumiu a prioridade no recrutamento. Mao preocupou-se cada vez mais com os “peritos brancos” (especialistas ideologicamente desinteressados) nas estruturas do partido e do governo. Ele temia que estes usariam sua perícia para conduzir o país na direção da tecnocracia. Além do mais, o recrutamento é um assunto relacionado à sucessão. Quem sucederia Mao e sua geração revolucionária?

Em 1949, mais de 80% dos dirigentes do Partido e das elites do Estado tiveram experiências revolucionárias. Mas, ao longo dos anos, essa percentagem diminuiu continuamente até as vésperas da Revolução Cultural, em 1966, quando somente 20% dos quadros tinham experiências revolucionárias. Na visão de Mao, esses 20%, lamentavelmente, tinham-se tornado letárgicos e carreiristas, interessados apenas em consolidar o próprio benefício, até mesmo à custa das massas. A juventude bem-instruída não tinha nenhuma experiência revolucionária e tornou-se tecnocrata. Mao achou que isto não era o tipo de qualidade dos quadros de que a China precisava e viu a necessidade de os estudantes deixarem as escolas, misturarem-se com as massas e aprenderem a “fazer revolução”. Um dos objetivos de Mao na Revolução Cultural era recuperar a imortalidade revolucionária, recrutar e treinar os jovens ativistas leais ao seu projeto de “revolução contínua”.

Nos anos 1980, os líderes da reforma, encabeçados por Deng Xiaoping, estavam ansiosos por recrutar quadros do PCC e funcionários do governo que fossem mais jovens e mais bem-educados, fazendo vista grossa à “vermelhidão” (isto é, o ativismo ideológico). O Partido elevou o status de classe dos intelectuais de “pequeno-burguesia” para “classe trabalhadora” (os que trabalham com a mente). Em 1986 o sistema de aposentadoria obrigatória foi estabelecido, o que ajudou o governo a reduzir o número de quadros anciãos. No nível das províncias e municípios, a idade média dos dirigentes principais foi reduzida de 62 para 53 anos, e os quadros diplomados nas faculdades aumentaram de 20% para 62%. Nas cidades, a idade média dos líderes diminuiu de 56 para 49 anos, e aqueles com educação universitária aumentaram de 14% para 55%. Em municípios

menores, a idade média dos dirigentes principais foi reduzida de 49 para 44 anos, e 54% tinham diploma do ensino superior.

Os jovens diplomados nas faculdades foram nomeados diretores das 3 mil empresas-chave estatais e, eventualmente, de todas as empresas estatais. Eles teriam um turno limitado de quatro anos no comando, sujeitando-se a nova nomeação. As políticas novas favorecem esses jovens educados em universidades, com pouca experiência de trabalho e nenhuma passagem revolucionária.

O critério de recrutamento dos líderes reformistas acentua a juventude, capacidade administrativa, educação, perícia, e compromisso para com a linha do Partido sobre a reforma e a abertura. Os velhos critérios como a antiguidade e a “vermelhidão” já não eram considerados pertinentes para o recrutamento. Em consequência, os 6 milhões de diplomados se tornaram membros da elite política da China e representaram uma mudança drástica na qualidade técnica dos líderes chineses.

Tensões Políticas e Sociais na China

No avanço das reformas lançou-se o Plano de Desenvolvimento das Regiões Litorâneas, onde viviam 300 milhões de pessoas, desafiando um dos princípios até então imperativos, isto é, favorecer o crescimento das zonas do interior para igualá-las à costa. O projeto de Deng baseava-se em dois elementos: importação de matérias-primas do exterior, que seriam transformadas nas indústrias localizadas nessas áreas; e exportação de produtos acabados para os mercados internacionais com competitividade, por causa do baixo custo da mão de obra, utilizando-se os lucros para adquirir tecnologia com o objetivo de modernizar e expandir a indústria, desenvolvendo, ao mesmo tempo, o setor terciário. Numa escala muito mais vasta, era um projeto semelhante ao das zonas econômicas especiais, que havia obtido grande sucesso e ao qual se juntou a abertura de 14 cidades portuárias como zonas francas, na área do delta do rio das Pérolas e do rio Yangzi.

Enfrentava-se, finalmente, também a questão dos preços, acelerando e ampliando sua liberalização, o que provocou aumento de 30% a 60% nos bens de consumo primário, especialmente os alimentos. Acentuava-se, assim, a espiral inflacionária: de julho de 1987 a julho de 1988, a inflação

foi de 19%, com um aumento do produto interno bruto de 11%, em cujo bojo a produção industrial crescera 17%.

Os reformadores responderam com novas liberalizações de preços, enquanto os líderes mais conservadores, como o premier Li Peng, advertiam contra o risco de revoltas e descontentamentos. No fim do ano foram adotadas medidas estabilizadoras de emergência: congelamento de preços, adiamento de novas liberalizações, redução de investimento de longo prazo, arrocho de crédito, reafirmação do controle central sobre as regiões que haviam avançado demasiadamente. Era uma forte freada nas reformas. A espiral inflacionária parecia confirmar todas as previsões catastróficas dos opositores, para os quais a austeridade econômica era o instrumento esperado. Temendo o descontentamento da população por causa da inflação, os líderes conservadores enfatizavam os riscos da instabilidade social, que poderia comprometer o papel do Partido como guia.

O medo dos conservadores se concretizou. No verão de 1989 eclodiram as manifestações na praça da Paz Celestial, o Partido Comunista sobreviveu aos tumultos, mas se estigmatizou. Então, o país entrou em crise, agravada pelo desmoronamento do socialismo na Europa, no outono de 1989, que chegou ao extremo em fins de 1991, com a encarniçada luta interna diante do espectro da dissolução da União Soviética. Desta crise a China salvara-se igualmente por meio de um avanço na reforma e na abertura, autorizado pelo discurso de Deng Xiaoping na sua “viagem ao Sul”, no início de 1992. Desde então, soprava na China um ar de capitalismo corsário, da época manchesteriana, que os sistemas historicamente capitalistas há muito já superaram.

7. A China em 1989: Protestos em Tiananmen

O protesto em Tiananmen (a praça da Paz Celestial), em 1989, mais conhecido como “massacre da praça da Paz Celestial” ou, ainda, “massacre de 4 de junho”, consistiu em uma série de manifestações lideradas por estudantes na República Popular da China, que ocorreram entre os dias 15 de abril e 4 de junho de 1989. Os manifestantes (em torno de 100 mil) eram oriundos de diferentes grupos, desde intelectuais que acreditavam que o governo do Partido Comunista era demasiado repressivo e corrupto, a trabalhadores da cidade, para quem as reformas econômicas haviam sido lentas. Além disso, a inflação e o desemprego dificultavam a vida da maior parte da população. O protesto de Tiananmen iniciou-se com o falecimento de Hu Yaobang, ex-secretário-geral do Partido, um político considerado liberal, que, apesar de gozar de grande popularidade, foi exonerado por Deng Xiaoping. As manifestações consistiam em passeatas pacíficas nas ruas de Pequim.

Devido aos protestos e às ordens do governo pedindo seu encerramento, produziu-se no Partido Comunista uma divisão de opiniões sobre como se deveria responder aos manifestantes. A decisão foi acabar com os movimentos pela força, em lugar de atender as reivindicações. Em 20 de maio, o governo declarou a Lei Marcial e, na noite de 3 de junho, enviou os tanques e a infantaria do Exército à praça Tiananmen para dissolver o protesto. O número estimado de mortes foi de 727, entre soldados (14) e civis (713), e o de feridos oscilou entre 7 e 10 mil, segundo o sr. Tan Yunhe, ex-secretário da Cruz Vermelha da China (Zhang, 2009). Diante da violência, o governo efetuou um grande número de prisões para tirar de circulação os líderes do movimento, expulsou a imprensa estrangeira e controlou completamente a cobertura dos acontecimentos pela imprensa chinesa. A repressão do protesto foi condenada pela comunidade internacional.

O Massacre

Mesmo com o governo chinês declarando a Lei Marcial em 20 de maio, continuaram as manifestações. A greve de fome se aproximava da quarta

semana, e o governo decidiu acabar com o assunto antes que se produzissem mortes. Depois de uma deliberação entre os líderes do Partido Comunista, foi ordenado o uso da força militar para resolver a crise, e Zhao Ziyang foi despojado da liderança política como resultado de seu apoio aos manifestantes. Deng Xiaoping e Li Peng decidiram controlar a situação, antes que fosse mais longe.

Os soldados e tanques das divisões 27 e 28 do Exército Popular de Libertação foram enviados para tomar o controle da cidade. Ainda que o governo tenha ordenado, mediante emissões por televisão e por megafones, a todos os civis de Pequim que permanecessem em suas casas, as advertências não foram levadas em conta, e muitos manifestantes pacíficos foram atacados por soldados. A violência exercida teve como resultado enormes baixas civis e algumas mortes de soldados, tendo o governo chinês atestado a morte de várias centenas de pessoas.

A entrada das tropas na cidade recebeu a oposição ativa de muitos cidadãos de Pequim, cuja resistência causou baixas entre os militares. Os cidadãos construíram grandes barricadas nas estradas, que diminuíram a velocidade do progresso dos tanques, mas a praça ficou vazia na noite de 4 de junho, por decisão dos líderes estudantis. O combate continuou nas ruas que rodeavam a praça, com a população civil avançando repetidamente contra as tropas armadas do Exército Popular de Libertação, o qual respondeu com metralhadoras. Muitos cidadãos feridos foram postos a salvo por condutores de riquixás, que se aventuraram entre os soldados e a multidão levando os feridos aos hospitais mais próximos.

O protesto se viu simbolizado nos meios de comunicação ocidentais pela fotografia de um manifestante solitário, tomada em 5 de junho, de pé, frente a uma coluna de tanques, detendo seu avanço. O homem subiu no primeiro dos tanques, falou com o condutor e depois desceu, continuando de pé, desafiante, encarando os tanques durante um longo período, antes de ser retirado do lugar, aparentemente por dois civis. Apesar dos esforços, até hoje os meios de comunicação ocidentais foram incapazes de identificar a figura solitária.

Prisões e Demissões

Durante e após a repressão dos protestos foram realizadas tentativas de prender e perseguir os líderes do movimento estudantil, em especial Wang Dan, Chai Ling e Wu'er Kaixi. Wang Dan foi detido e enviado à prisão, e mais tarde foi-lhe permitido emigrar para os Estados Unidos. Wu'er Kaixi fugiu para Taiwan; atualmente está casado e trabalha como comentarista político da Televisão Nacional Taiwanesa. Chai Ling fugiu para a França e, mais tarde, mudou-se para os Estados Unidos.

Os trabalhadores que foram presos em Pequim foram julgados e executados. Entretanto, os estudantes, muitos oriundos de famílias relativamente influentes, receberam sentenças muito mais suaves. Inclusive Wang Dan, o líder estudantil que encabeçava a lista dos 13 mais procurados, acabou passando somente sete anos na prisão.

No governo, Zhao Ziyang, que havia se oposto à Lei Marcial, foi expulso do poder, e Jiang Zemin, governante de Shanghai, que não esteve envolvido nos acontecimentos, tomou posse dos cargos de presidente da China e secretário-geral do Partido. O acesso de Jiang ao poder foi interpretado, frequentemente, como uma recompensa por parte de Deng Xiaoping por sua capacidade de manter a ordem em Shanghai, o que contrastou com o caos na capital. Os membros do governo prepararam, sobre o incidente, um informe que foi publicado no Ocidente em janeiro de 2001, com o nome de “Documentos de Tiananmen”, e oferece o ponto de vista do governo chinês sobre os manifestantes (Nathan e Link, 2001).

Os dois apresentadores da CCTV, o principal canal de televisão da China, que noticiaram o 4 de junho foram despedidos poucos dias depois dos acontecimentos. O apresentador de rádio, Wu Xiaoyong, filho do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian que então ocupava o cargo de vice-primeiro-ministro, foi expulso do Departamento de Programas em Inglês da Rádio Internacional da China. Qian Liren, diretor do Diário do Povo, órgão do Partido Comunista, foi expulso devido aos artigos em apoio aos estudantes.

Impacto Internacional

O massacre da praça Tiananmen comprometeu a reputação da China nos países ocidentais. Os meios de comunicação, como a BBC e a CNN, tinham sido convidados para cobrir a visita de Mikhail Gorbachev em

maio, e encontravam, portanto, uma excelente oportunidade para cobrir ao vivo a repressão do governo chinês. Os manifestantes aproveitaram essa ocasião, criando cartazes dirigidos à opinião pública internacional. A cobertura foi facilitada pelos conflitos governamentais acerca da maneira de tratar os protestos, o que teve como resultado que as emissões não fossem interrompidas imediatamente.

As imagens dos protestos junto com a queda do comunismo na União Soviética e no Leste Europeu contribuíram para formar a opinião e a política ocidentais sobre a República Popular da China durante a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI. Forjou-se uma considerável simpatia pelos protestos estudantis no Ocidente e, quase imediatamente, os Estados Unidos e a União Europeia anunciaram um embargo ao comércio de armas. A imagem da década de 1980 de uma China que empreendia reformas e uma aliada de peso contra a União Soviética foi revista e substituída pela de um regime autoritário muito repressivo. Os protestos de Tiananmen foram mencionados frequentemente nos Estados Unidos como argumento contra a liberalização do comércio com a China e como evidência de que o governo chinês era uma ameaça à paz mundial e aos interesses dos Estados Unidos.

Os Anos Pós-1989

Nos dias imediatamente posteriores à dissolução dos protestos, a ala conservadora do Partido Comunista tentou remover algumas das mudanças de liberalização do mercado que haviam sido empreendidas como parte da reforma econômica da China, e restituir os controles administrativos sobre a economia. No entanto, estes esforços encontraram a dura resistência dos governantes das províncias e foram abandonados completamente, no início da década 1990, devido ao fim da União Soviética e do discurso de Deng Xiaoping durante sua "viagem ao sul", no início de 1992. A "viagem ao sul" foi considerada uma demonstração de apoio às reformas por parte de Deng, diante dos setores conservadores que desejavam paralisar ou inclusive reverter muitas dessas medidas. A continuidade da reforma econômica provocou um intenso crescimento econômico na década de 1990, o que devolveu ao governo uma boa parte do apoio que havia perdido em 1989.

O protesto na praça Tiananmen é um tabu político na China, e falar na imprensa sobre ele é considerado inapropriado ou arriscado. A opinião dos meios de comunicação funda-se no ponto de vista do Partido Comunista: que foi um “incidente”, durante o qual as manifestações estudantis foram “manipuladas” e “aproveitadas” pelas forças subversivas pró-ocidentais, e o governo tomou uma ação certa para assegurar a estabilidade. Para impedir os protestos, a praça Tiananmen é patrulhada regularmente a cada 4 de junho para impedir qualquer tipo de comemoração.

Na atualidade, muitos chineses não consideram a liberalização política imediata uma medida sábia, mostrando preferência por uma democratização gradativa. São apontadas como principais causas dessa postura a valorização da prosperidade, da estabilidade, além do incremento da influência internacional da China, favorecido pelas dificuldades que experimenta a Rússia desde o fim da Guerra Fria, com a queda da União Soviética. Muitos jovens chineses, frente ao ressurgir econômico da China, estão mais conscientes do desenvolvimento econômico, do nacionalismo chinês e da restauração do prestígio internacional da China.

Para os operários das indústrias nas cidades, a continuação das reformas de mercado na década de 1990 trouxe consigo uma melhoria no seu nível de vida, junto a uma certa incerteza sobre o crescimento econômico. Os protestos isolados contra os abusos do poder local continuaram sendo frequentes e estima-se que ocorreram centenas a cada ano. O Partido mostrou-se receoso acerca da publicidade negativa caso reprimisse os protestos e, porque eram direcionados a dirigentes locais, eles não eram movimentos de oposição ao poder comunista e não estavam coordenados com outras cidades e não foram considerados uma ameaça.

As Perspectivas da Reforma Política Chinesa

Deng Xiaoping sabia que o sucesso da reforma econômica dependia da reforma política, por isso, implementou algumas novas medidas de reforma no sistema político chinês, como, por exemplo, os esforços para separar o Partido do governo. Contudo, a reforma tinha limites – a China não adotaria o sistema de separação dos poderes. Reiterando as afirmativas de Deng, na comemoração dos 30 anos da reforma (que se iniciou em 1978), o presidente Hu Jintao também jurou que não optaria pelo modelo ocidental

de equilíbrio dos três Poderes. Para Deng, seria um suicídio político fazer vigorar tal separação porque isto implicaria o surgimento da oposição no poder central e a conseqüente desagregação do partido.

Deng deixou como legado um novo sistema econômico, uma sociedade pluralista, o início de uma mudança política básica e um Congresso Nacional do Povo que periodicamente discordava votando contra ou abstando-se de seguir as diretivas do Partido. Embora enfraquecido, o Partido Comunista permaneceu intacto. Deng reconheceu as falhas no sistema político, mas sentiu-se relutante em expressá-las temendo que debilitaria o poder do Partido e de sua liderança. Do mesmo modo, nos primeiros anos do século XXI, nem a terceira geração de líderes, guiadas por Jiang Zemin, nem a quarta geração, liderada por Hu Jintao, que Deng designara para suceder Jiang e que assumiu o poder em 2002, demonstraram alguma inclinação para implementar a reforma política.

O extraordinário sucesso econômico pode ser atribuído em parte ao fato de que, ao contrário da antiga União Soviética, onde as reformas foram realizadas com velocidade e de uma só vez (a chamada terapia do choque), as mudanças na China foram conduzidas de forma gradual e em etapas. Enquanto na Rússia as reformas econômicas eram impostas sobre a população pelos dirigentes, na China as alterações mais importantes, como a reforma agrária, começaram com iniciativas locais. Embora Deng Xiaoping e seus colegas defendessem uma mudança após a Revolução Cultural, eles não tinham um plano para implementar uma reestruturação econômica. Por conseguinte, agiram segundo o que já estava ocorrendo localmente. Começaram testando os vários programas reformistas que haviam sido implantados por um breve espaço de tempo durante a era de Mao e que haviam sobrevivido sem maiores intervenções após sua morte.

Devemos lembrar que, ainda em 1961/1962, depois do desastroso Grande Salto para Frente, havia surgido o “modelo de Anhui” – um sistema de responsabilidade familiar, que propunha um retorno à agricultura familiar, e acarretou o desaparecimento de algumas comunas, a volta às forças do mercado e aos incentivos materiais. Mao interrompeu o programa em setembro de 1962. No entanto, em decorrência da Revolução Cultural, houve uma retomada do sistema de responsabilidade familiar, sobretudo, nas províncias de Anhui e Sichuan, ambas governadas pelos aliados de Deng. Quando a produtividade aumentou nessas províncias no início da

década de 1980, Deng e seus colegas converteram esse sistema de responsabilidade familiar em um programa de ação nacional. Em resumo, em contraste com as políticas e ideologias rígidas de Mao, as reformas econômicas de Deng seguiram um enfoque pragmático e flexível, como expresso por ele na metáfora “tatear as pedras ao atravessar o rio”.

O falecimento de Deng em 1997 marcou o desaparecimento da era dos homens fortes. Enquanto Deng possuía poder pessoal para realizar reformas, Jiang e seus colegas de Xangai, assim como a quarta geração de líderes do Partido conduzidos pelo secretário-geral Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao, eram apenas tecnocratas. Jiang e seus colegas ascenderam na política por meio da indústria estatal automobilística; Hu Jintao e seus companheiros chegaram ao pináculo do poder por intermédio de posições provinciais. Embora louvassem o marxismo-leninismo, na verdade, como tecnocratas, não eram ideologicamente atraídos por ele. Além disso, sendo os primeiros líderes da China que não haviam participado da revolução, tinham menos autoridade para governar que seus predecessores, dirigiam o Partido e o governo através de uma “liderança coletiva”. Após uma submissão inicial aos neomaoístas, que tomaram a dianteira como consequência de 4 de junho, Jiang, em meados da década de 1990, trilhava um caminho gradual e firme entre os extremos da esquerda e da direita.

Então, existe algum tipo de democracia política na China? Sim. No mais alto nível do poder, o Politburo, composto por 25 altos dirigentes do PCC e do governo, há grandes espaços para livre discussão e votação. O Politburo é um corpo que se assemelha a um conselho empresarial ou a um colegiado da universidade. Ele tenta negociar o consenso em todas as questões e tomar decisões coletivamente. Esses 25 integrantes do Politburo representam os diversos setores da indústria e da sociedade, com interesses distintos. Dentro desse mecanismo da decisão coletiva trabalha a quarta geração da liderança do Partido e do governo, chefiada por Hu Jintao.

Sob o sistema de liderança coletiva, qualquer assunto, independentemente de qualquer grau de sigilo e delicadeza, deve ser decidido pelo Politburo. Hu Jintao e Wen Jiabao dificilmente tomariam medidas contrárias ao consenso atingido pelo Politburo. Os assuntos mais importantes são decididos por todos os 25 membros, os menos complexos e

mais rotineiros são decididos pelo Comitê Permanente do Politburo, composto de nove membros, encabeçado por Hu e Wen.

Normalmente, os nove só tomariam a decisão depois das discussões e Hu Jintao mantém a palavra final. Mas qualquer um dos nove membros pode opinar contra a decisão da maioria. Esse arranjo foi feito por Deng Xiaoping para evitar a superconcentração do poder na mão de uma pessoa só, como aconteceu durante os últimos anos do regime de Mao. Cabe registrar aqui também que os integrantes da liderança coletiva vieram de diversos setores da sociedade, alguns têm interesses na indústria petroquímica, outros têm forte ligação com o setor imobiliário. Assim, o sistema de liderança chinesa se assemelha muito à diretoria de uma empresa industrial: Hu Jintao é presidente, Wen Jiabao, seu gerente executivo, e o Politburo seriam o conselho administrativo.

No Ocidente, desde os anos 1980, nutria-se a esperança de que a “Revolução Rosa”, tal como ocorreu na Europa Oriental, alcançasse a China e instalasse no país uma democracia liberal. Raramente, os teóricos da democracia se fazem uma pergunta: qual é o preço da democracia liberal? Se o sistema atual for derrubado, a paz e a prosperidade continuariam na China? Olhando para a situação política e econômica na Rússia, na Índia, Filipinas e na Tailândia, a resposta para tal pergunta é muito assombrosa.

Para a maioria dos chineses, apesar dos defeitos, o atual sistema político ainda é imprescindível para manter a paz, a estabilidade socioeconômica, porque, em primeiro lugar, foi o próprio Partido Comunista que iniciou a reforma e implementou o sistema de “livre mercado”. O sucesso econômico trouxe a prosperidade e bem-estar para a maioria da população, criando maior espaço para liberdade individual. Por conseguinte, o sistema unipartidário chinês ainda goza de bastante legitimidade, garantindo a sobrevivência do poder comunista. Em segundo lugar, no que diz respeito à política internacional, o governo chinês tem tido uma postura de controle e moderação, evitando o surgimento do ultranacionalismo. Mas, se a “Revolução Rosa” ocorresse na China e derrubasse o poder do Partido comunista, os novos governantes teriam toda a razão para recorrer ao ultranacionalismo e expansionismo para angariarem o poder e desviarem os descontentamentos internos. Tal cenário seria uma verdadeira ameaça para a ordem e a paz do mundo.

Pluralismo Cultural

A televisão teve uma grande importância na formação de um ambiente cultural plural na China. O advento da televisão se deu no contexto do programa de modernização que Deng Xiaoping implantou na tentativa de aproximar a China e o Ocidente capitalista.

No entanto, a televisão viria trazer para a China uma “amplificação das contradições”. Tal fenômeno se dava pelo fato de grande parte dos programas serem importados do Japão, Hong Kong ou do Ocidente – o que acabou por ajudar na implantação da “cultura pop” no país. Algumas minisséries com comentários políticos, como *River Elegy*, fizeram os chineses pensarem o quanto são atrasados em relação aos países do mundo capitalista, o que ajuda a fomentar um descontentamento generalizado em relação ao sistema.

Além disso, os comerciais ocidentais veiculados – mostrando produtos que apenas uma pequena minoria poderia desfrutar – faziam a população refletir acerca da existência de imensas desigualdades sociais em uma sociedade supostamente “sem classes”. Assim, iam ficando cada vez mais claras as contradições do sistema político chinês.

Durante o “massacre” da praça da Paz Celestial, a mídia foi essencial tanto na divulgação dos acontecimentos em escala internacional, quanto na justificativa da repressão por parte do governo. Após o ponto alto da manifestação – o confronto entre as tropas chinesas e os estudantes desarmados –, o governo promoveu uma campanha intensa para justificar a ação militar. Uma série de pequenos programas foi exibida pela CCTV, visando mostrar que a repressão militar não foi contra os estudantes e sim contra “desordeiros, vândalos e assassinos”. Para tal, o conteúdo e a narração foram moldados de forma a esconder o fato de que o protesto foi realizado por pessoas desarmadas, levadas à ação por circunstâncias políticas e econômicas intoleráveis.

Sem a televisão, seria impossível que o movimento de resistência na China, com sua ênfase na liberdade e na democracia, pudesse desafiar a tradição autocrática, devido a sua grande influência e poder sobre a opinião pública. No começo, a televisão era um acréscimo para a autoridade política chinesa, sua mera presença atesta a melhoria do padrão de vida no início dos anos 1980, seu poder de atração tornando-a uma necessidade

doméstica, sua eficiência promovendo-a como instrumento insuperável para divulgação de informações.

Contudo, as diferenças de classe – numa sociedade supostamente sem classes – que não propiciam oportunidades iguais de sucesso financeiro geraram reações extremamente negativas naqueles que sentiam estar desperdiçando seu potencial. O dilema era ampliado pela televisão – anúncios e filmes estrangeiros celebravam o individualismo e o materialismo da sociedade de consumo, ao mesmo tempo que o povo não conseguia se liberar de suas rotinas monótonas nem prosperar por iniciativa própria. Através da televisão muitas pessoas perceberam as vantagens de outros sistemas políticos e o quanto sua liberdade pessoal era limitada. Assim, os programas ofereciam alternativas concretas à cansativa retórica política e à dura realidade da vida cotidiana. Nesse sentido, o sistema de televisão da China expressava uma multiplicidade de visões políticas e culturais conflitantes, produto da execução de trabalho pelos profissionais do meio. Além disso, os programas de TV, mesmo quando produzidos e selecionados em condições de rígido controle, não são semanticamente homogêneos – os telespectadores frequentemente interpretam e usam o simbolismo televisivo de modo diverso ao pretendido pelo governo.

Os telespectadores oriundos de países autoritários acabam por adquirir uma habilidade de interpretar a propaganda política maior do que o normal. Tal fato ocorre, pois sabem que o governo frequentemente distorce e exagera seus relatos, desenvolvendo a capacidade de imaginar a verdadeira situação. Assim, a televisão na China – que num primeiro momento pretendeu aumentar o controle ideológico sobre a população – acabou por criar uma situação de contradição e por gerar um grande desejo entre os chineses de desfrutar dos privilégios do mundo capitalista, abalando drasticamente a autoridade e o controle do governo chinês sobre a população.

Em meados da década de 1990, as novas tecnologias de comunicação facilitaram um maior acesso não apenas ao mundo externo e aos avanços científicos e tecnológicos, mas também ao discurso independente e à organização de atividades políticas. Em junho de 2005, a China tinha 100 milhões de usuários da internet, excedendo em número os 69,6 milhões de membros do Partido Comunista. Previa-se que a cifra aumentaria para 120 milhões no final de 2005. Entre os usuários da rede mundial havia um

número reduzido de “ciberdissidentes”, em geral jovens urbanos e educados da geração pós1989, que usavam computadores e a internet para criticar a política do governo e reivindicar reformas políticas.

Filmes, televisão, rádio, e novas tecnologias de comunicação, como telefones celulares e internet, introduzidas em meados da década de 1990, alcançaram praticamente cada vilarejo na China. A cultura popular, embora fosse uma alternativa para a cultura oficial do PCC, era tolerada não apenas porque seu escapismo refletia a aspiração do Partido de manter um público apolítico, mas também porque exprimia o enorme desejo da população de manter-se afastada da política após 4 de junho. Não obstante, a propagação da cultura popular globalizada nos locais mais remotos da China indiretamente subverteu os planos do PCC, visto que fomentou valores que eram estranhos à típica cultura tradicional chinesa e à ênfase do marxismo-leninismo na obediência e no conformismo. Ao mesmo tempo, o Partido foi incapaz de criar uma nova versão da ideologia oficial que poderia adotar e incorporar as múltiplas transformações que ocorreram na sociedade, na economia, na cultura e nos valores chineses.

O Papel dos Intelectuais

Após o expurgo de Zhao Ziyang e de seus seguidores, juntamente com a supressão de organizações relativamente independentes de intelectuais envolvidos em questões políticas, houve uma repressão a associações independentes de cidadãos – grupos de profissionais e sindicatos que haviam sido organizados durante as manifestações de 1989. Mais tarde, em meados da década de 1990, um duro golpe foi desferido contra os trabalhadores que tentavam organizar seus próprios sindicatos e contra os dissidentes intelectuais que haviam participado do muro da democracia e das manifestações de 1989. Ao final de 1996, embora as estatísticas oficiais tenham mostrado que 186.666 organizações sociais estavam registradas em todo o país para lidar com uma ampla gama de questões sociais, profissionais, de gênero, meio ambiente e acadêmicas, suas expectativas de sobrevivência dependiam do não engajamento em questões políticas. Os chineses no início do século XXI podiam trocar de emprego, viajar para o exterior, reclamar em programas de rádio sobre buracos nas ruas e votar em líderes comunitários sem vinculação com o governo, mas não podiam

criticar publicamente o Partido e seus líderes. Aqueles que ousaram se pronunciar foram imediatamente silenciados.

A mudança do papel dos intelectuais na era pós-Mao foi contraditória. Por um lado, os intelectuais exerceram um papel importante não por serem uma base institucional forte ou prestigiosa, mas em virtude da autoridade debilitada do Partido. Nos anos 1980, embora tenham sido incapazes de assumir seu papel tradicional de liderança política, eles ajudaram a criar um clima ideológico e cultural que propiciou a inserção dos estudantes no ativismo político – como evidenciado nas manifestações de 1989 – os quais, entre outras coisas, reivindicavam reformas políticas. Por outro lado, o crescente pluralismo e a cultura popular difundida, sobretudo na década de 1990, enfraqueceram a posição dos intelectuais como pilares culturais e morais da sociedade chinesa. Eles não mais cumpriram o papel simbólico dos tempos de Mao como os supostos líderes da nação – por essa razão, Mao os perseguiu de forma tão severa e incessante. Pressionados pelas forças do mercado e vivendo no meio da popularização do ensino superior e da tecnologia de informática, os intelectuais chineses no século XXI perderam sua aura tradicional e seu ímpeto de renovação.

Apesar de os intelectuais politicamente engajados terem sido suprimidos, à medida que a economia foi se tornando mais complexa e o setor não estatal se expandia, um maior número de intelectuais passou a depender menos do Estado como meio de vida ou status. No final do século, a posição dos intelectuais estava mudando de uma relação próxima e dependente do Estado para um status de crescente autonomia. Alguns ingressaram no mundo dos negócios, outros, trabalharam como consultores ou se voltaram para a cultura popular. Quaisquer que fossem suas opiniões políticas, eles tornaram-se cada vez mais independentes intelectualmente, se não politicamente. Ao final do século, o papel singular dos intelectuais na sociedade chinesa estava, portanto, passando por uma profunda mudança. Um entre muitos atores políticos, econômicos e culturais, ajudou a produzir uma sociedade mais pluralista, mas também uma sociedade na qual seu papel histórico e simbólico de liderança era menos proeminente e, talvez, até mesmo marginalizado. Uma vez que durante os governos de Jiang Zemin e Hu Jintao os intelectuais não mais exerceram um papel essencial na política chinesa, os tecnocratas que haviam sido educados na União Soviética nos anos 1950 ocuparam essa posição de liderança não só no Partido como ainda na burocracia e nos institutos que auxiliaram a

moldar a política pública. Além disso, profissionais mais jovens e ocidentalizados retornaram de seus estudos no exterior e ocuparam os postos tecnocratas no início do século XXI.

Na virada do século, embora o sistema partidário permanecesse em sua posição e a estrutura corporativista ainda dominasse a sociedade, em virtude do direcionamento para a economia de mercado, da abertura para o mundo exterior e, sobretudo, das novas comunicações tecnológicas, o comando do Partido sobre a população se enfraqueceu. Quando os líderes pós-Mao iniciaram as reformas econômicas e a abertura internacional, eles com certeza não perceberam que as reformas provocaram o surgimento de uma sociedade cada vez mais independente e pluralista, que eles não conseguiriam controlar plenamente. A energia e a fluidez geradas pelas reformas produziram um crescimento econômico extraordinário, mas também produziram uma sociedade dinâmica e pluralista. A capacidade do Partido de acomodar essa crescente diversidade de interesses sociais pode determinar se a China está sendo submetida a uma mudança institucional construtiva ou se ela se deparará com uma situação de impasse e/ou caos nos próximos anos.

Os Anos 1990 e 2000

A repressão na praça da Paz Celestial em 1989 coincidiu com o fim da Guerra Fria e o conseqüente colapso do campo socialista. Para evitar o isolamento promovido pelos Estados Unidos e pela Europa ocidental, a China resolveu diversificar as suas relações exteriores. Em 1990, pela primeira vez, um chefe de Estado chinês fez uma visita a países latino-americanos: Yang Shangkun, então presidente, foi ao México, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. A visita significou também o apoio político latino-americano à China depois dos protestos de 1989. Esses países, inclusive o Brasil, perceberam que a situação de isolamento em que a China foi colocada pelas grandes potências era uma oportunidade política e diplomática para estreitar as relações com Pequim.

Em 1992, o primeiro-ministro Li Peng, um dos responsáveis pelo massacre de Tiananmen, participou, no Rio de Janeiro, da conferência sobre meio ambiente promovida pela ONU, tendo, na ocasião, mantido conversações com chefes de Estado dos seguintes países: Brasil, Cuba,

México, Argentina, Chile, Peru e Suriname. Em 1993, o presidente Jiang Zemin visitou Cuba e Brasil, e propôs ao governo brasileiro uma parceria estratégica sino-brasileira. No mesmo período, Pequim também procurou intensificar suas relações com os países periféricos, especialmente do continente africano, um campo bastante negligenciado pelo Ocidente. As relações sino-angolanas e sino-sudanesas são as maiores expressões do êxito desta tentativa (Pautasso, 2009a).

Nos anos 1990 a China obteve sucesso em seu esforço de quebrar o isolamento internacional depois do massacre de 1989. Isto porque, em primeiro lugar, o desenvolvimento chinês tem ampliado a renda e fortalecido o mercado interno, de modo que o comércio exterior chinês tornou-se crucial para a economia mundial. Em segundo lugar, o crescente acúmulo de capital ampliou a capacidade financeira do país para realizar investimentos diretos, fornecer crédito e financiar grandes economias, como a dos EUA, através da compra de título do Tesouro.

O governo da China respondeu de forma ativa aos constrangimentos internos, como a crescente demanda por recursos e por mercados exteriores, e às mudanças internacionais decorrentes do fim da Guerra Fria, evitando o isolamento através de sua enorme capacidade comercial. No limiar do século XXI, a China converteu-se numa potência de escala mundial ao utilizar-se da ampla capacidade econômico-financeira como instrumento central de sua diplomacia. De acordo com Diego Pautasso (2009b:15),

este instrumento traduz-se na capacidade de absorção do mercado interno chinês, bem como no crédito abundante e em excelentes condições, de modo que o país coloca-se como alternativa às condicionalidades macroeconômicas e institucionais impostas pelo Ocidente e por organizações que possuem ascendência (como o FMI).

A Prosperidade Econômica

Para modernizar o país, Deng Xiaoping mobilizou todos os instrumentos necessários, afinal, como ele gostava de dizer, pouco importava a cor dos gatos, desde que eles comessem os ratos. O primeiro rato que a China comunista “comeu” foi que a produção, agora sim, deu um grande salto

para a frente: de 284 milhões de toneladas de grãos, em 1978, para 456 milhões de toneladas nos anos 1990. Elevaram de modo consistente a renda média das famílias camponesas, de 100 yuans em fins dos anos 1970, para cerca de 920 yuans, nos anos 1990. Foi uma explosão, irrigando os mercados, aumentando a demanda de produtos industriais e as receitas do Estado.²¹

Em outro setor, mais um surto fantástico de crescimento: os investimentos de capitais estrangeiros. Ao longo das duas últimas décadas do século passado, a China converteu-se no grande mercado do mundo globalizado. Portos livres, zonas econômicas especiais, zonas econômicas abertas, zonas de desenvolvimento econômico, modalidades diferentes, todas visando criar as melhores condições para atrair capitais, incorporar tecnologia, exportar. A comparação (baseada nos dados de 2002) com o outro gigante asiático, a Índia, oferece dados eloquentes. Enquanto a nação de Ghandi atraiu, nos últimos 20 anos, US\$ 18 bilhões, a China pôde contar com US\$ 336 bilhões de investimentos externos (Aarão Reis, 2003:12-13).

Com base nestes dois “milagres”, a transformação da agricultura e a política de atração de investimentos estrangeiros, a China tem edificado sua prosperidade, que se estende a muitas outras dimensões: indústria rural, instrução em todos os níveis, infraestrutura de transporte e comunicações, indústrias de ponta (espaço, informática etc.).

Não Apenas Rosas Habitam o Jardim Chinês; Há Espinhos Também

Entretanto, como na canção popular, não são apenas rosas que habitam o jardim chinês; há espinhos também. Os surtos de crescimento, como sempre, provocam desestabilização e pontos de estrangulamento. O desemprego e, principalmente, o trabalho informal suscitam inquietação, oposição e protestos num país que não dispõe de um sistema nacional de previdência social. Na periferia de Pequim já se flagram jornadas de trabalho de 14 horas, sem descanso semanal, retribuídas com salários de 400 yuans (cerca de US\$ 55). Detalhe: os trabalhadores, sem a indispensável autorização para residir no local, tornam-se “clandestinos”; simplesmente não possuem hukou e, em consequência, nada podem

solicitar ou reclamar. Nos anos 1990, em virtude dos saltos na produtividade, foram reduzidos em um terço os postos de trabalho nas indústrias urbanas. As empresas estatais ou já privatizadas, que empregavam 113 milhões de trabalhadores, já operam com 86 milhões, uma perda de 27 milhões de postos de trabalho. Agora essas pessoas buscam, no olho da rua, apoio na “mão invisível” do mercado. As autoridades reconhecem, oficialmente, a taxa de 3,5% de desemprego, mas analistas independentes a estimam em cerca de 10% da população ativa.

Disparidades entre regiões; desigualdades sociais extremas, tanto mais chocantes porque se inserem numa sociedade de tradições igualitaristas; migrações populacionais descontroladas; escândalos de corrupção envolvendo não raro distintas figuras das elites políticas e sociais, eis alguns dos tormentos que assombram a sociedade chinesa.

No âmago de todos estes tormentos, retomam-se a crítica ao centralismo dos mandarins e a reivindicação de uma participação política maior, que alguns traduzem, já há longos anos, como a “quinta modernização”: a democracia política. Neste debate é impossível evitar a sombra dos protestos de Tiananmen, dos massacres no verão de 1989. Tema tabu, que a prosperidade encobre e silencia, mas que lateja ainda na consciência social, sobretudo nas cidades, onde se torna cada vez mais evidente a incompatibilidade entre a complexidade social e econômica da sociedade chinesa e os padrões de ditadura política que a regem (Aarão Reis, 2003:12-13).

A Pobreza no Campo

Entre 1978 e 2002, a renda média per capita mais do que quintuplicou na China, mas o país tornou-se, no processo, um dos menos igualitários da Ásia. Uma China com 90 milhões de chineses sobrevivendo com US\$ 112 por ano. Desse total, 76 milhões residem na zona rural, onde ainda há grandes bolsões de miséria, apesar de a ação governamental haver elevado mais de 220 milhões de pessoas acima do nível de pobreza, entre 1978 e 2004. O relatório da OCDE enfatiza a crescente disparidade entre as populações rural e urbana, na China. Já na década dos 1990, embora empregando 40% da mão de obra do país, o setor agrícola só respondia por 15% da produção nacional. Cerca de 200 milhões dos 248 milhões de

famílias de agricultores dispunham de lotes de terras em torno de 0,65 hectare. Há 20 anos, um agricultor ganhava 1,8 vez menos do que um trabalhador da cidade; hoje ganha 3,2 vezes menos.

Segundo dados do Serviço Estatal de Estatísticas da China, entre 1996 e 2003 mais de 6,7 milhões de hectares de terras foram retirados do cultivo — 3,5 vezes mais do que no período 1986 a 1995. Surgia um novo tipo de migrantes, com famílias inteiras de despossuídos tomando a estrada, e as autoridades centrais tendo de correr atrás para organizar os deslocamentos e a absorção, na economia moderna, dos sem-terra. No ritmo atual, entre 70 milhões e 100 milhões de trabalhadores rurais terão deixado a agricultura, de 2000 a 2010. Os sem-terra de hoje não são mais os camponeses revolucionários dos anos 1940, nem também os migrantes resignados a vender sua força de trabalho. Eles se mobilizam na defesa de interesses econômicos legítimos, invocando sonoramente os seus direitos. Mas é interessante verificar que os protestos voltam-se em geral contra dirigentes locais, acusados de corrupção. O descontentamento não parece ameaçar a estabilidade do regime, tanto mais quanto a dupla Hu Jintao e Wen Jiabao vêm efetivamente criando válvulas de escape para essa pressão.

A ação governamental vem sendo ajudada, desde meados dos anos 1990, por um dos fenômenos mais notáveis da atualidade chinesa. A multiplicação das ONGs, que aparecem como motores da formação de uma sociedade civil. Há dezenas de milhares delas, desde grandes associações internacionais até minúsculas associações de bairro, para o combate à Aids, por exemplo. Com a cooperação de ONGs, os próprios migrantes começam a tomar em suas mãos problemas como o de escolas para seus filhos, em desafio ao hukou. A esperança é que, de toda essa movimentação, surja um salto qualitativo. É inconcebível, com efeito, que a China possa pretender atingir o nível de sociedade harmoniosa sem uma terceira reforma agrária que corrija definitivamente a situação dos rurais como cidadãos de segunda classe.

Em resumo, os problemas da China são desafiadoramente complexos, cada um dos quais podendo inviabilizar seu avanço. Além da corrupção política, que causa descontentamentos crescentes, há questões básicas, como o fato de o regime precisar alimentar mais de um quinto da população mundial dispendo de 7% das terras agricultáveis do globo, área em contínua contração à medida que progridem a urbanização, a malha dos

transportes e outras obras públicas. Ou como o preço terrível cobrado da sociedade em termos de degradação do meio ambiente, inclusive o escasseamento da água. Há o colossal déficit energético. E a necessidade de seguir criando 10 milhões de novos empregos por ano, em meio à brutal desigualdade de renda.

A conjugação destes problemas reais com o peso da tradição também explica a tendência para o conservadorismo na cultura política chinesa. O XVI Congresso do PCC, realizado em setembro de 2002, abriu as portas do Partido para “todos os que contribuem para a riqueza e a felicidade da nação”, fez uma importante jogada no sentido de compartilhar o poder com as chamadas “novas camadas sociais” (ou seja, a classe capitalista emergente): um novo pacto de poder, mais amplo. Os dirigentes procuraram corrigir as desigualdades mais gritantes. Aboliram por completo a cobrança da taxa rural, o imposto anual extraído dos camponeses e causa, ao longo de séculos, de inúmeras rebeliões rurais. Além disso, têm introduzido medidas para tornar mais efetivo o escasso sistema de previdência social. Obviamente, quanto mais avançam as reformas e a abertura, mais e maiores obstáculos se encontram no caminho. Portanto, é mais seguro seguir uma “via do meio”, pois qualquer mudança radical poderia pôr em risco o funcionamento do sistema.

8. Uma Breve História sobre as Relações Brasil-China

A partir de 1949, quando foi proclamada a República Popular, a China passou anos no esforço de abrir novas áreas de relações e amizades. Em 1959 o país recebia visitantes de quase todos os países latino-americanos em missões de boa vontade, realizava contatos culturais e trocas de delegações que, embora não fossem incomuns na vida internacional, chamavam a atenção por serem as primeiras entre a América Latina e a China comunista.

Relações Sino-Latino-Americanas nos Anos 1960

Na década de 1960, a China estava comprando muitas coisas que a América Latina desejava vender. Pondo de lado Cuba, o comércio sino-latino-americano era em um só sentido e consistia em compras chinesas de trigo, algodão, carne congelada, cobre e nitratos. As missões comerciais chinesas concentravam-se nos países mais importantes da América Latina, como México, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Tal comércio ainda se fazia em escala reduzida, pois o que a China importava desses países representava 12% de suas importações totais e 17% das suas importações do mundo não comunista, segundo os dados de 1964 (Rodrigues, 1965:57-94). Embora em pequena escala, este comércio foi importante para esses países latino-americanos, pois diversificaria seus mercados de exportação, ajudaria a reduzir o déficit comercial pelo pagamento à vista em moedas conversíveis e, além disso, os preços ou eram mundiais ou ligeiramente mais altos.

As relações com o Chile tinham sido ampliadas pela compra chinesa de cobre, não controlado pelas companhias norte-americanas, e de nitratos. A China comprou 48 milhões de dólares em algodão chileno que foi pago em libras esterlinas. Cogitava-se a compra pela China dos produtos petrolíferos mexicanos. As relações com a Argentina cresceram ano após ano e, segundo o acordo assinado em dezembro de 1963, a Argentina prometia entregar 1,75 milhão de toneladas de grãos à China em 1964 e 1965, o que

representou uma saída para as dificuldades argentinas de estocar sua grande produção. A China estava indo muito bem no Chile, no México e na Argentina, apesar de esses países manterem relações diplomáticas apenas com Taiwan. No Brasil, suas esperanças comerciais foram destruídas pelo golpe militar de março de 1964.

Assim, as relações comerciais da China com a América Latina tinham-se ampliado, mas a abertura de relações políticas encontrou formidável oposição. A diferença de tratamento político, na América Latina, entre a União Soviética e a China talvez se originasse na diferença que as separava no que diz respeito ao método da revolução comunista. Na América Latina, problemas sociais e econômicos causavam grandes descontentamentos e agitações, e os seus governos insistiam em defender o status quo ou, no máximo, a tese de um reformismo gradualista. Embora minoritários, os comunistas da linha soviética preferiam uma estratégia mais flexível, mais infiltradora, e negavam a possibilidade da revolução violenta. Já os partidários da linha chinesa fomentavam a luta armada, eram mais agressivos, mais intransigentes, mais anti-Estados Unidos.

Segundo José Honório Rodrigues (1965:57-94),

a linha soviética da coexistência pacífica ativa e competitiva, a incapacidade dos partidos comunistas latino-americanos de alcançarem o poder pela luta armada, os riscos políticos e econômicos de mais uma revolução na América Latina, todos esses fatores determinavam que o caminho latino-americano é mais pacífico que o chinês. Além disso, na tradição europeia, a força do comunismo provém dos sindicatos urbanos, enquanto na Ásia provém dos elementos rurais. Como os países latino-americanos são agrícolas, a tradição asiática tende a ganhar vigor. Isso talvez explique o fato de que a China era vista como a mais perigosa ameaça externa pelos governantes da América Latina.

Relações Sino-Brasileiras nos Anos 1960

A relação sino-brasileira começou no início do século XIX, quando algumas centenas de camponeses plantadores de chá chegaram ao Brasil via Macao, uma região chinesa então sob o governo colonial português (Shu, 2009). Em meados do mesmo século o Brasil estava planejando

importar os coolies da China, para suprir a falta da mão de obra depois da proibição do tráfico negreiro e da subsequente abolição da escravidão; propusera estabelecer relações diplomáticas com o governo da dinastia Qing, da China (1644-1911). Em 1881, os dois países assinaram um tratado de amizade e de livre-comércio e navegação.

O principal conteúdo do tratado era: (1) proclamação do estabelecimento oficial de relações diplomáticas entre os dois países; (2) promoção de intercâmbio amistoso, liberdade de migração e tratamento recíproco de nação mais favorecida; (3) igualdade e benefício mútuo, promoção do comércio e proibição explícita do tráfico do ópio.

Em 1883, foi aberto o consulado brasileiro em Xangai. Enquanto isso, o governo da dinastia Qing nomeou seu representante diplomático na França para tratar de assuntos consulares com o Brasil. Desde 1889, ano em que o Brasil aboliu o sistema imperial e proclamou a República, até 1911, quando explodiu a revolução republicana na China, todos os presidentes brasileiros, depois de tomar posse, receberam do governo chinês cartas credenciais de saudações e votos de amizade.

Em 1909, Liu Shixun, ministro plenipotenciário chinês na França, na Espanha e no Brasil, viajou ao Rio de Janeiro, capital brasileira na época, tendo sido bem-acolhido pelo presidente do país. No mesmo ano o Brasil enviou um emissário especial à China, assinando o Tratado Sino-brasileiro de Arbitragem. Em 1913, a China montou sua embaixada no Rio de Janeiro, então a capital do Brasil.

A interação da política brasileira com a China entre 1881 – quando se assinou o primeiro tratado – até 1961 é irrelevante. Pelo lado chinês, a China viveu períodos de crises econômicas, instabilidade política e sucessivas guerras civis, o que impossibilitou o seu melhor desempenho internacional. Pelo lado brasileiro, a política exterior do Brasil republicano, especialmente de 1913 a 1961, segue uma linha americanista, de consulta e cooperação com a política americana no plano hemisférico e global. No contexto internacional da Guerra Fria, em 1949, o Brasil transferiu sua representação diplomática na China para Tóquio, sede do Comando Supremo das Forças Aliadas, passando-a, mais tarde, em 1952, para Taiwan e recusando-se a reconhecer o regime comunista na China continental (Rodrigues, 1965:57-94).

Com a presidência ocupada por Jânio Quadros, em 1961, o governo brasileiro pareceu decidido a mudar a linha de total acompanhamento da política americana no território chinês e no mundo, e passou a praticar uma política denominada independente e não alinhada. Em maio de 1961, uma missão comercial da República Popular da China visitara o Brasil, iniciando conversações sobre as possibilidades de intercâmbio entre os dois países. Em agosto do mesmo ano o Brasil enviou àquele país uma missão comercial com o objetivo de examinar as possibilidades de trocas comerciais entre Brasil e China e mostrar que, se houvesse interesses econômicos, o Brasil não os subordinaria à política dos Estados Unidos no extremo Oriente, política essa que, efetivamente, desencorajou o comércio com a China comunista. Essa missão foi, sem dúvida, uma das mais destacadas já enviadas pelo Brasil ao exterior, pois era presidida por João Goulart, vice-presidente da República, presidente do Congresso e do Senado, e chefe do Partido Trabalhista Brasileiro – o mais popular dos partidos políticos brasileiros de então. Era composta de representantes do Ministério do Exterior, do Banco do Brasil, e de várias instituições econômicas estatais e privadas. A missão João Goulart não era a primeira tentativa de abertura de negócios, embora fosse a mais significativa e importante, pelo relevo das personalidades que a integravam e pelo fato de ter dado início às relações comerciais diretas.

Em 20 de novembro de 1962 chegou ao Brasil uma delegação chinesa que vinha reiniciar as conversações destinadas a incrementar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a China, mantidas quando da visita do vice-presidente Goulart. A delegação chinesa manifestou o grande interesse que tinha o seu governo em realizar uma exposição comercial-industrial no Brasil, o que já fora solicitado durante o governo Jânio Quadros e autorizado em julho de 1961. A renúncia do presidente Quadros e o caráter “político” da exibição chinesa – pois se utilizariam materiais de propaganda da exposição feita em Cuba – fi zeram com que as autoridades brasileiras adiassem a mostra. A insistência da delegação de 1962 obrigou ao reexame da matéria, sendo, afinal, autorizada a mostra pelo presidente João Goulart. Nota-se que essa insistência chinesa sobre a exposição com conteúdos políticos deveu-se ao fato de que, três meses antes do envio dessa delegação, em agosto de 1962, o presidente Mao Zedong havia abandonado sua postura moderada na política internacional e adotado uma linha mais agressiva na promoção da revolução comunista mundial.

Autorizada a abertura do escritório comercial da China Popular, chegaram os chineses para organizá-lo e preparar a exposição, que se realizaria em Niterói. Entretanto, o golpe militar anticomunista que derrubou o governo João Goulart prendeu, em 3 de abril de 1964, nove chineses que tinham vindo para montar o escritório e a exposição, acusando-os de ligações íntimas com as organizações esquerdistas brasileiras e de atividades subversivas. Em 5 de janeiro de 1965, eles foram condenados a 10 anos de reclusão, apesar da inexistência total de provas e indícios autênticos, na palavra do advogado Sobral Pinto,²² presidente do Instituto dos Advogados. Os nove chineses foram expulsos do Brasil em 18 de abril de 1965, um ano após a prisão. Esses fatos mostram que o governo militar brasileiro atribuiu à adoção da linha chinesa pelos comunistas brasileiros as greves e a indisciplina que agitaram a vida brasileira, especialmente em 1963 (Rodrigues, 1965:57-94).

Cabe salientar que, na época, a China já estava empenhada na luta nacional e internacional contra o “revisionismo” soviético e o imperialismo norte-americano. Em 28 de abril de 1964, o jornal Diário do Povo, órgão do Partido Comunista Chinês, atribuiu à maquinação do imperialismo americano a prisão dos nove chineses. Essa acusação se deveu ao fato de que, através da embaixada paquistanesa no Brasil, o governo militar brasileiro propôs a troca dos nove chineses pelos presos norte-americanos nos cárceres da China. Pequim resolutamente rejeitou essa proposta e denunciou os Estados Unidos por promoverem e dirigirem a “cilada” contra a missão comercial chinesa.²³

Por meio de outro editorial do Diário do Povo, a China atribuiu o golpe militar que derrubou João Goulart à aplicação da linha suave de Moscou, afirmando que foi demonstrado, mais uma vez, “o crime dos revisionistas modernos em propagar a teoria da transição pacífica, numa época em que o imperialismo norte-americano e seus lacaios dominam pelas armas”. A China comunista considerou a derrubada do governo João Goulart mais uma prova de que a teoria da transição pacífica, defendida por Khrushchev, não pode ser aplicada na América Latina, África ou Ásia, principalmente na primeira, onde surgiriam mais duas ou três Cubas.

Formação de uma “Parceria Estratégica”

O fervor maoísta pela revolução mundial diminuiu depois de 1969, quando a China entrou num estado de caos político e guerra civil. Mas a hostilidade do governo militar brasileiro começou a arrefecer somente depois da visita do presidente norte-americano Nixon à China, em 1971, e da retomada do assento da República Popular da China na ONU em 1972, quando muitos países latino-americanos começaram a mudar sua posição política em relação àquele país. Em agosto de 1974 o Brasil e a China firmaram relações diplomáticas.

Em maio de 1984 o presidente Figueiredo visitou a China. Na ocasião Deng Xiaoping fez discurso sobre a dicotomia no sistema internacional do “Leste e Oeste”, do “Norte e Sul”. Deng disse que o mundo enfrentava dois grandes desafios: o primeiro, manter a paz pela redução do conflito Leste-Oeste, e o segundo, promover o desenvolvimento internacional para diminuir a disparidade entre os países desenvolvidos (o Norte) e os países subdesenvolvidos (o Sul). Quase uma década depois, quando o presidente Jiang Zemin visitou o Brasil, em novembro de 1993, os dois países anunciaram a formação de uma “parceria estratégica” entre os dois lados.

O respeito à soberania e à independência, e a não intervenção nos assuntos internos de cada um contribuíram para moldar a cooperação sino-brasileira. Essa parceria de alto nível gerou cerca de 34 contratos de prestação de serviços entre empresas brasileiras e chinesas de 1984 a 1999. Nesse período foi acertado um dos mais importantes projetos na área científica e técnica: o desenvolvimento do satélite de rastreamento dos recursos da Terra, que teve seu primeiro lançamento em outubro de 1999.

Entre os dias 23 e 26 de maio de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou, na China, os 30 anos de relações entre os dois países. A visita já é considerada histórica, já que o gigante da Ásia e a maior economia latino-americana estão em franca aproximação, seja pelo comércio ou um maior relacionamento nas esferas internacionais, como a ONU e a OMC. Em novembro do mesmo ano, o presidente Hu Jintao visitou o Brasil, assinando acordos de cooperação econômica, tecnológica e de promoção de turismo entre os dois países.

Em resumo, depois de 2002, quando Lula assumiu o governo, a relação política sino-brasileira entrou numa fase de aproximação. Propulsionado ainda pelo mecanismo dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China),²⁴ o presidente Lula fez sua segunda visita oficial à China em maio de 2009, e

em menos de um ano, em abril de 2010, o presidente chinês Hu Jintao visitou o Brasil. A frequência dos encontros entre os líderes políticos da China e do Brasil tem sido muito alta: entre 2009 e 2010, praticamente um encontro em cada 5 meses. Além de uma parceria estratégica na política internacional, a importância da relação sino-brasileira também se reflete no comércio bilateral: em 2009 a China substituiu os Estados Unidos como o maior mercado exportador para os produtos brasileiros.

Segundo a informação do Ministério do Comércio chinês, o comércio da China com o Brasil tem crescido vertiginosamente, do valor total de US\$ 3,7 bilhões em 2001 para US\$ 42,5 bilhões em 2008 (janeiro a outubro). Em março de 2009 o Brasil exportou US\$ 1,74 bilhão em mercadorias para a China e US\$ 1,27 bilhão para os Estados Unidos. Isto mostra que a China superou os EUA e se tornou o maior mercado exportador para os produtos brasileiros (tabela 5).

Tabela 5: O comércio da China com o Brasil (em bilhões de dólares)

	Volume total	Crescimento (%)	Exportações chinesas	Importações chinesas	Balanco
2001	3,70	-	1,35	2,34	-0,99
2002	4,47	20,8	1,47	3,00	-1,53
2003	7,98	78,5	2,14	5,84	-3,70
2004	12,36	54,8	3,67	8,68	-5,01
2005	14,82	20,0	4,83	9,99	-5,16
2006	20,30	37,0	7,38	12,92	-5,54
2007	29,70	46,4	11,37	18,33	-6,96
2008*	42,54	81,0	16,64	25,91	-9,27

*Note que os dados de 2008 somente cobrem o período de janeiro a outubro.
 Fonte: Ministério do Comércio da China <<http://zh.mofcom.gov.cn/tongji.shtml>>. Acesso em: set. 2010.

A China exportou produtos eletrônicos e têxteis para o Brasil, e importou matéria-prima e commodities. Ela mantém, com o Brasil, déficit comercial que está aumentando de quase um US\$ 1 bilhão de dólares em 2001 para mais de US\$ 9 bilhões em 2008 (janeiro a outubro).

Até setembro 2008 a China tem registrado um total de investimento direto da ordem de US\$ 210 milhões no Brasil, principalmente na mineração, processamento de madeira, produção de motocicletas e eletrodomésticos. O maior investimento chinês no Brasil até agora foi feito pelo Baosteel Group Co., em cooperação com a Vale do Rio Doce (CVRD), para construir uma indústria siderúrgica no sul do estado do Espírito Santo. O valor total seria US\$ 3 bilhões, assim divididos: 60% para Baosteel e 40% para CVRD.

Até outubro de 2008 o total de investimentos diretos feitos pelo Brasil na China atingiu US\$ 270 milhões, principalmente na indústria de aviões, compressores, autopeças, máquinas hidroelétricas e têxteis. O maior investidor é a Embraer, que se instalou na China em 2002. A imprensa chinesa tem elogiado esse projeto como o modelo da cooperação “Sul-Sul”.

A China também está interessada no setor energético brasileiro. Durante a visita do vice-presidente chinês, Xi Jinping, ao Brasil, em fevereiro de 2009, foi firmado um acordo de “financiamento do petróleo”, pelo qual o Banco do Desenvolvimento da China forneceria para a Petrobras uma linha de crédito no valor de US\$ 10 bilhões para financiar a exploração do petróleo nas camadas do pré-sal nas costas brasileiras. Em compensação, o Brasil concordou em vender até 100 mil barris de petróleo por dia para a China.

O fato de Brasil e China, por seu peso continental e populacional, serem os dois maiores países do mundo em desenvolvimento os distingue como protagonistas especiais do processo de criação de uma nova ordem econômica e política internacional. Assim se desenvolve a ideia comum aos intelectuais e acadêmicos, no Brasil e na China, de que o concerto internacional deverá ser buscado pelo diálogo e entendimento recíproco, pela criação de um mundo harmônico em que as múltiplas culturas possam desfrutar de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento estável e pacífico.

O tema é de grande importância para o Brasil e a China, entre outras razões pela emergência de um bloco político de megaproporções – como o representado pelo mecanismo dos Brics. Coloca-se, assim, a necessidade de criação de centros de estudos que proporcionem encontros regulares entre intelectuais chineses e brasileiros, a fim de que se conheçam melhor os interesses comuns de cada país. Tal intercâmbio permitiria, por um lado, um melhor conhecimento e entendimento entre as elites de ambos os países e formação dos sinólogos no Brasil e brazilianistas na China. Por outro, constituir-se-ia, em suma, em uma base sólida e um grande salto para a frente na aliança sino-brasileira.

Notas

1 - Os regimes socialistas caracterizavam-se pela economia planificada e o programa mais famoso era o chamado Plano Quinquenal. Tratava-se de um projeto de investimento do governo para os próximos cinco anos, isto é, a lista de todas as medidas a serem realizadas pelo governo até que terminasse seu mandato (o presidente era “eleito” por cinco anos e poderia ser “reeleito” por mais cinco anos). Depois da II Guerra Mundial, muitos países capitalistas também adotaram formas de planejamento semelhantes à da União Soviética sem, no entanto, reconhecê-las publicamente. Esse modelo conjugou megaprojetos para revalorizar o capital com medidas sociais paliativas e assistencialistas para conter a pressão social.

2 - Hukou ainda está em vigor na China até o presente, embora desde 1997 tenha sido bastante afrouxado.

3 - Os Estados Unidos não reconheceram a China Popular e se recusaram a aceitar a delegação chinesa enviada por Mao Zedong para a ONU, apoiando o regime de Chiang Kai-shek e Livros na ilha de Taiwan como o único governo legítimo da China.

4 - No final, 16 países se uniram aos Estados Unidos: Grã-Bretanha, França, Austrália, Holanda, Nova Zelândia, Tailândia, Filipinas, Canadá, Grécia, Turquia, Colômbia, Etiópia, África do Sul, Japão, Bélgica e Luxemburgo.

5 - O leitor interessado pode ler o artigo de Chen, 1992.

6 - Sobre a negociação da aliança sino-soviética, ver o trabalho de Chen, 1992.

7 - Sobre a vida de Wang Han, ver o artigo de Wei Junyi na revista Renmin Wenxue (literatura popular), fev. 1993.

8 - No decurso, as pequenas cooperativas tornaram-se equipes de produção (sheng-chan-dui) e dezenas de equipes formaram uma brigada de produção (sheng-chan da-dui). Uma comuna típica abrangia dezenas de brigadas, com 2 mil famílias ou cerca de 10 mil pessoas. Comunas de 6 mil famílias foram permitidas dependendo da condição local. Os condados (xian) foram reorganizados com dezenas de comunas. Dezenas de condados formaram um distrito (diqū) e diversos distritos formaram uma província (sheng).

9 - Liu Shaoqi (1898-1969), um dos líderes do PCC, foi eleito vice-presidente do novo governo popular em setembro de 1949. Em 1959 foi eleito presidente do governo e reeleito para o mesmo cargo em 1965. Desde 1959 ele foi considerado “sucessor” de Mao Zedong, presidente do PCC. A partir de 1962 surgiram divergências entre os dois; Liu Shaoqi foi removido de todos os cargos por Mao e condenado como “traidor” da causa revolucionária em 1969; morreu no mesmo ano por causa da tortura.

10 - Conversa de Liu Shaoqi com a delegação do Partido Comunista Italiano, em 12 de outubro de 1959, em Testemunhos Históricos, publicado em 1968 pelos Guardas Vermelhos do Primeiro Ministério da Indústria Mecânica, do Instituto da Indústria Mecânica e do Segundo Ministério da Indústria Mecânica. Cf. Ding., 1997.

11 - Relatório do Distrito de Xinyang sobre a retificação, o alívio dos desastres e a recuperação da produção, 22 dez. 1961 apud Chuntao, 1961:203.

12 - Conversa de Mao com o diretor da comuna de Yingjū, do condado de Shangqiu, de Henan, em 14 de junho de 1958.

13 - Em 10 de novembro de 1965, Yao Wenyuan publicou no jornal de Xangai, Diário de Wenhui, “Comentário sobre a nova peça histórica Demissão do mandarim Hai Rui”. Depois de 20 dias de relutância, o Diário do Povo também divulgou o artigo de Yao.

[14](#) - Por uma questão tática, Mao tinha nomeado Peng Zhen – prefeito de Pequim e associado de Liu Shaoqi – chefe do GDRC, que contava com cinco integrantes. Depois do expurgo de Peng Zhen, reorganizou o GDRC, ampliando-o para sete componentes e transformando-o numa espécie de comando-geral da Revolução Cultural.

[15](#) - O dazibao é uma forma chinesa de expressão política. São grandes folhas de papel, cada uma, do tamanho de uma folha de jornal, na qual o autor escreve suas opiniões com tinta e pincel, para fazer o conteúdo legível de longe. Simples em forma, o dazibao se tornou o mais famoso e mais comum modo de expressão política na era comunista. Com um custo mínimo, o dazibao ajuda o autor a alcançar um grande público, porque é colocado em lugares estratégicos, tal como o quadro de anúncios da faculdade ou um muro da cidade.

[16](#) - Kuai Dafu nasceu em 1945 numa família camponesa da província de Jiangsu. Os pais de Kuai eram militantes do PCC. Em 1963 foi aprovado na seleção para o curso de engenharia química da Universidade de Qinghua. Em 1966 liderou o movimento estudantil de Qinghua. Em dezembro de 1967, Mao mandou Kuai para trabalhar numa fábrica. Em 1970 ele foi preso e, em 1983, foi condenado a 17 anos de trabalhos forçados. Saiu da prisão em 1987.

[17](#) - O Grupo dos Operários para a Propaganda do Pensamento de Mao – conhecido como Gong-xuan-dui – desempenhou o mesmo papel repressivo das equipes de trabalho político (gong- zuo-zu), enviadas por Liu Shaoqi. As ETPs duraram 50 dias em Qinghua, e o GOP durou oito anos.

[18](#) - Informação detalhada sobre a Revolução Cultural encontra-se no livro de Wang Nianyi, 1988.

[19](#) - Além de Jiang Qing, os outros três integrantes do “bando dos quatro” são: Zhang Chunqiao (um ideólogo radical, vice-primeiro-ministro, chefe do Departamento Político das Forças Armadas, membro do Politburo e de seu Comitê Permanente, primeiro-secretário do comitê do PCC em Xangai); Yao Wenyan (de 46 anos, membro do Politburo e segundo-

secretário do comitê do Partido em Xangai; e, finalmente, Wang Hongwen (de 46 anos, um líder rebelde dos trabalhadores de Xangai, promovido por Mao a vice-presidente do Partido, membro do Politburo e de seu Comitê Permanente).

[20](#) - O nome “Li-Yi-Zhe” era um pseudônimo combinando as três letras dos três nomes: Li Zheng-Tian, Chen Yi-Yang e Wang Xi-Zhe. Em 1973 Wang Xi-Zhe, escreveu e divulgou um dazibao junto com outras três pessoas sobre “a democracia e a lei no socialismo”, no qual denunciavam a ditadura do regime maoísta. Wang foi preso e condenado em 1974; os outros três coautores também foram presos e condenados. Os quatro autores foram inocentados em 1978. Wang Xi-Zhe tornou-se um participante ativo do Muro da Democracia em 1979.

[21](#) - O autor agradece ao professor Daniel Aarão Reis Filho, professor titular de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense, pelo brilhante artigo escrito em janeiro de 2003, sob o título “China atual: prosperidade econômica e ditadura política”.

[22](#) - Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) estudou no Colégio Anchieta, em Friburgo, e na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, onde se formou advogado em 1917. Defendeu vigorosamente a causa dos nove chineses em 1964/1965. A ele os chineses devem gratidão.

[23](#) - China responsabiliza Estados Unidos pela prisão dos nove chineses no Rio. Jornal do Brasil, 28 abr. 1964. Primeiro caderno, p. 5.

[24](#) - Apesar da invenção do termo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) em 2001, pelo economista Jim O’Neill, da Goldman Sachs, por algum tempo este era apenas um termo dos analistas econômicos. Em 2008, quando ocorreu a crise financeira internacional, os líderes dos Brics decidiram se reunir para lutar por um poder decisório que correspondesse à sua contribuição para a economia mundial. Nesse contexto ocorreu a primeira reunião da cúpula dos países dos Brics, na Rússia, em junho de 2009. Em 15 e 16 de abril de 2010 os líderes dos Brics se encontraram em Brasília, na segunda reunião da cúpula. Discutiram os problemas da

economia mundial, da reforma do sistema financeiro internacional, da mudança climática e da cooperação econômica entre os Brics. Foi a consolidação de um novo mecanismo de cooperação transregional dos países emergentes. As próximas reuniões anuais da cúpula dos Brics serão realizadas na China e na Índia, respectivamente. Para uma discussão mais detida, ver Hurrell et al., 2009.

Table of Contents

[Introdução](#)

[1. Comunistas no Poder](#)

[2. Repressão aos Direitistas](#)

[3. Grande Salto para Frente](#)

[4. Mao, Guardas Vermelhas e a Revolução Cultural](#)

[5. O Fim da Revolução](#)

[6. O Partido e o Poder na China: 1949-1989](#)

[7. A China em 1989: Protestos em Tiananmen](#)

[8. Uma Breve História sobre as Relações Brasil-China](#)

[Notas](#)